

700

Jurisprudencia
DO
CONTRACTO-MERCANTIL
DE
SOCIEDADE.

1822

Jurisprudencia
DO
CONTRACTO-MERCANTIL
DE
SOCIEDADE,
SEGUNDO A
LEGISLAÇÃO, E ARESTOS
DOS
CODIGOS, E TRIBUNAES
DAS
NAÇOENS MAIS CULTAS DA EUROPA.

POR
Jose Ferreira Borges.

SEGUNDA EDIÇÃO,

Mais correcta, e augmentada com algumas Notas que o A. destinava para a reimpressão da obra, e outras referindo-se aos artigos do nosso Codigo Commercial, pelo Bacharel Gaspar Pereira da Silva, Presidente do Tribunal de Commercio do Porto.

*« L'intérêt du commerce modifie les principes du
« droit commun par des considerations propres
« au contrat de société.*

PARD. — C. de D. Comm. n. 1090 — 3. Ed.

LISBOA :

*Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Utéis.
Largo do Pelourinho, N.º 21.*

1844.



III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.^a D. B. Candida Ferreira Borges.

TENHO a honra de remetter a V. Ex.^a o exemplar da Jurisprudencia do Contracto Mercantil de Sociedade, em que lancei as notas que se referem aos artigos do nossoCodigo Commercial. Posso dizer d'ellas o mesmo que disse das que escrevi nas Instituicoens de Direito Cembiel: todavia como a quasi totalidade das disposicoens da nossa Lei Commercial é identica aos §. §. da mencionada obra, no que respeita ás Sociedades, os que por elle estudarem esta importantissima parte do direito mercantil, terão a vantagem de conhecer ao mesmo tempo a lei, e de a verem explicada e desenvolvida nas notas respectivas. Tambem outra razão me faz persuadir de que ha neste pequeno trabalho alguma utilidade, e vem a ser — que o nosso illustre Author havia começado a fazer outro tanto no seu Diccionario Juridico-Commercial, como se observa em algumas das suas palavras. Em todo o caso, fiz quanto pude dentro dos limites que me forão prescriptos; de o não fazer melhor peço desculpa, e me offereço para quanto for do agrado de V. Ex.^a, pois me confesso com toda a consideração e respeito

De V. Ex.^a

Muito respeitoso V.^{or} e Cr.^o

Gaspar Pereira da Silva.

Porto 10 de Fevereiro de 1844.

PREFACIO.

Ainda que nenhuma nação possa gloriar-se de possuir um tractado completo do contracto de sociedade (*), todavia nenhuma se acha em tanta mingoa d'algum como a Portugueza e Brazileira, porque não tem nenhum, e toda a sua lei escripta se reduz ao tit. 44. da Ord. do L. 4., quanto sabemos. Dahi a incerteza dos respectivos direitos dos cidadãos; daqui a vacillação e absurdo dos julgados. A sociedade, assim como todos os contractos, tem soffrido consideraveis alteraçöens marchando a par de todas as vicissitudes, que tem caracterizado o progresso

(*) O Mémorial Encyclopedique et progressif des connaissances humaines, março de 1833 — bibliographie — annuncia com elogio a seguinte obra, que acaba de sahir — *Traité des Sociétés commerciales accompagné d'un précis de l'arbitrage forcé et de modèles des divers genres d'actes de Sociétés commerciales* par M. M. L. Malepeype et Jourdain — à Paris chez Maut, rue de l'École de Medecine n.º 7 — 7 fr.

da civilização, que sem parar caminha cada dia. Assim o contracto marcado pelo direito dos Romanos tem oje feições, que os diversos legisladores daquelles povos lhe não conhecerão. Isto, que aconteceu em todos os contractos em geral, operou com mais força naquelle, que é privativo do commercio, no contracto de sociedade. Nem os Romanos tiveram commercio qual oje se pratica, e usa, e entende, e conhece, nem o commercio d'oje é ja o commercio do seculo passado. A sciencia economico-politica derrocou o edificio da jurisprudencia gothica; e começa a formar uma nova época, que necessita d'estudos diversos e reflexoens novas sobre a natureza dos contractos. As ideas de *lesão*, que alegora vogavão, devem rectificar-se pela idea de *valor* desconhecida ha meio seculo: as doutrinas de *usuras*, que encherão tantos livros, sumirão-se no pó desses livros nas estantes das bibliothecas; a analyse philosophica do contracto geral de *troca* modificou as regras da *compra-e-venda*, da *locação-conducção*, e das differentes gradaçoens da *permutação* de cousas, direitos e trabalho. N'uma palavra quatro- quintos dos livros de direito se podem dizer amortizados e sem uso.

Mas é ja essa mudança geralmente conhecida, e abraçada? Infelizmente ainda o não é; e entre nós de pouquissimos sentida. Se olhamos para a nossa universidade, as doutrinas são as mesmas, o mesmo o methodo, os compendios, e a lição: se voltamos os olhos para o foro, a sciencia é menor, que a dos passados, os julgados menos-juridicos, e a propriedade sem protecção nem norma. D'um montão de citaçoens copiadas de peculios passou-se a nenhuma citação: então ainda esse livro se abria, oje

nenhum se revolve, nenhum tem autoridade por suas razões: a jurisprudencia, ainda que entre as sciencias *positiva*, nutrida de factos, abrangendo as combinaçoens infinitas das convençoens humanas, emendada pela experiencia, melhorada pela philosophia, aperfeiçoada pela analyse, oje perdeu todos os seus caracteres, e cada qual se presume um código innato. Os resultados, alem do pejo, são de grande consequencia á felicidade social. Cumpre pois começar na tarefa da reforma da jurisprudencia, e alfaia-la com o trajo, que podem as luzes do seculo. O que devéras ama a sua patria deve dar-se a este trabalho; por que de nenhum outro tanto carece, e nenhum outro se lhe pode prestar tão proficuamente. É arduo o começar uma empreza; assim como tem mais difficuldade a invenção do que o melhoramento; mas é necessario, que alguém seja primeiro; e esse titulo o escude contra a malicia e ignorancia, incitadas pela inveja, que oje é infelizmente a sombra, que acompanha todas as acçoens boas do homem.

Para alcançar o meu fim o mais perfeitamente, que me foi possível, organizei este tractado da maneira seguinte. Fallei primeiro da sociedade em geral; dahi de cada uma das divisoens, que tem adoptado as diversas naçoens europeas para designar as sociedades mercantis; e finalmente concentrei a jurisprudencia commercial no que entendo, e me parece que deva entender-se por sociedade commercial puramente, isto é abstrahindo de divisoens e subdivisoens, que são *modos* e não *especies*, e que prestão á confusão, em vez de ajudarem á clareza.

Eu tenho pois trabalhado por fazer conhecer qual fosse este contracto no tempo dos Romanos; como delles passou para a nossa Ordenação, aonde ficou estacionario ate oje, em quanto que todas as mais naçoens se avantajarão e desinvolverão. Mostrei depois como essas mesmas naçoens á proporção que o commercio adquiria novas feiçoens necessitarão separar as determinaçoens puramente juridicas das necessarias exceiçoens commerciaes, e como em consequencia foi absolutamente necessario considerar dous distinctos contractos na sociedade, um puramente civil, outro puramente commercial.

Dahi como as hypotheses, que se appresentavão no commercio fazião confundir as modificaçoens do contracto com especies delle, trabalhei por fazer ver o vicio dessas divisoens, appresentando todavia a sua legislação respectiva para que o leitor ficasse ao alcance de conhecer toda a legislação europeia sobre a materia.

Terminando isso, concentrei-me a fallar do que propriamente se entende por sociedade mercantil, e quaes são os direitos e obrigaçoens dos socios, sua responsabilidade nos diversos actos, que como taes practição, dissolução da sociedade, e seus resultados, acçoens, e execução.

Eis-aqui o que é esta pequena obra.

Se com ella conseguir reduzir a alguma certeza a jurisprudencia deste contracto tão util e tão commum, e dest'arte utilizar ao commercio e foro de Portugal e do Brazil, identicos em usos e leis, terei alcançado o meu desenho; e quando menos terei provado, que nenhuma privação, nenhum exilio, padecimento nenhum pôde até

oje arrefecer em mim aquelle amor da patria, que *desinteressado* dirige todas as minhas acçoens para promover, o que julgo interesse della: hei por sobeja paga, do que fiz, o havê-lo feito; por que tenho para mim a maxima de SENECA — *Recte facti fecisse merces est; officii fructus ipsum officium est.*

O ACTOR.

LONDRES,
em 8 de junho de 1830.

INDICE

PARTE I.

Pag.

Do contracto de sociedade em geral, sua natureza, condições, especies, formalidades, clausulas e associação de terceiro á parte do socio.....	1
---	---

SECÇÃO I.

Da natureza, condições, e objecto do contracto de sociedade em geral.....	4
---	---

SECÇÃO II.

Das differentes especies de sociedades.....	13
ART. 1. — Das sociedades uníversaes.....	13
ART. 2. — Das sociedades particulares.....	15
ART. 3. — Das sociedades de commercio.....	16
NUMERO 1. — Da sociedade em nome colectivo..	21
NUMERO 2. — Da sociedade em commandita....	24
NUMERO 3. — Da sociedade anonyma, ou companhia.....	35
NUMERO 4. — Da sociedade em participação, ou conta d'ametade.....	41
NUMERO 5. — Da sociedade de capitaes e industria.....	43
NUMERO 6. — Das parcerias maritimas.....	45

SECÇÃO III.

Formalidades, a que é sujeito o contracto de sociedade tanto para sua perfeição intrinseca, como para sua execução, e prova.	51
--	----

ART. 1. — Formalidades dos contractos de sociedade de bens, ou negocios não commerciaes. . .	52
--	----

ART. 2. — Formalidades dos contractos de sociedade de commercio segundo a jurisprudencia e divisão commum.	53
--	----

SECÇÃO IV.

Das clausulas mais usuaes no contracto de sociedade.	59
--	----

SECÇÃO V.

Da associação d'um terceiro á parte d'um dos socios.	67
--	----

PARTE II.

Das sociedades de commercio. Dos Socios. Seus direitos e obrigações, e responsabilidade de seus actos.	69
--	----

TITULO I.

Dos principios por que as sociedades de commercio se regulão. Suas especies reaes, formação e contrahentes.	69
---	----

ART. 1. — Direito, por que as sociedades de commercio se regulão, e suas especies reaes.	69
--	----

ART. 2. — Quem pode ser socio commercial — e como celebrar-se o contracto.	72
--	----

ART. 3. — Do socio tacito.	91
------------------------------------	----

ART. 4. — Do socio nominal.	101
-------------------------------------	-----

TITULO II.

Dos direitos, e obrigações dos socios commerciaes.	103
ART. 1. — Acerca das entradas.	103
ART. 2. — Acerca da gestão dos negocios.	109
ART. 3. — Acerca da dação de contas.	111
ART. 4. — Acerca das suas relações com terceiros.	115
ART. 5. — Acerca de ganhos e perdas.	119

TITULO III.

Do interesse dos socios no fundo em commercio.	121
--	-----

TITULO IV.

Da responsabilidade dos socios pelos actos dos socios.	123
ART. 1. — Da responsabilidade da firma por convenção simples.	125
ART. 2. — Da responsabilidade da firma por letras, e notas promissórias.	134
ART. 3. — Da responsabilidade da firma por fiança.	140
ART. 4. — Da responsabilidade da firma por contracto solenne.	142
ART. 5. — Da responsabilidade da firma em procedimentos legais.	146

PARTE III.

Do fim e dissolução da sociedade, seus resultados, e consumação.	149
--	-----

TITULO UNICO.

Da dissolução da sociedade.	149
ART. 1. — Causas da dissolução.	149
ART. 2. — Por acto dos contrahentes.	150
ART. 3. — Por acto ou operação da lei.	152

	Pag.
ART. 4. — Por acto da natureza.....	155
ART. 5. — Modos da dissolução da sociedade....	160
ART. 6. — Consequencias da dissolução geral....	161
ART. 7. — Consequencias da dissolução parcial....	174
ART. 8. — O que é que constitue uma dissolução legal.....	186
ART. 9. — Da responsabilidade depois da dissolu- ção da sociedade.....	193

PARTE IV.

Das acções reciprocas, activas e passivas dos so- cios, sua prova, e execução.....	195
---	-----

TITULO I.

Das acções judiciaes dos socios entre si.....	195
---	-----

TITULO II.

Das acções judiciaes dos socios contra terceiros...	200
ART. 1. — Do que é especial nas acções dos so- cios contra estranhos.....	200
ART. 2. — Da prova.....	205

TITULO III.

Das acções judiciaes contra os socios.....	208
ART. 1. — Das acções contra socios.....	208
ART. 2. — Da reconvenção por e contra socios....	214
ART. 3. — Da prova.....	216
ART. 4. — Da execução contra socios.....	221
ART. 5. — Da prescrição.....	224

APPENDIX.

I. <i>Prova de F. B. G. (Soc.) Y. C. A. B.</i>	1	1624-5
II. <i>A. B. C. D. E. F. G. H. I. J. K. L. M. N. O. P. Q. R. S. T. U. V. W. X. Y. Z.</i>	41	
III. <i>Edição de D. C. E. F. G. H. I. J. K. L. M. N. O. P. Q. R. S. T. U. V. W. X. Y. Z.</i>	71	

JURISPRUDENCIA

DO

CONTRACTO-MERCANTIL

DE

SOCIEDADE.

PARTE I.

DO CONTRACTO DE SOCIEDADE EM GERAL, SUA NATUREZA,
CONDIÇÕES, ESPÉCIES, FORMALIDADES, CLAUSULAS, E
ASSOCIAÇÃO DE TERCEIRO À PARTE DO SOCIO.

ARTIGO PRELIMINAR.

A SOCIEDADE, *em geral*, é um contracto, pelo qual duas ou mais pessoas convem voluntariamente em pôr alguma

Art. preliminar.) — Nota com razão DUFOUR T. 1. p. 28, que como as sociedades convinhavelmente contrahidas podem alcançar vantagem aos socios, assim as mal contrahidas lhes podem originar a perda.

O Código civil de França no art. 1832 define a Sociedade um contracto, pelo qual duas ou mais pessoas convem em pôr alguma coisa em commun com fim de partilhar o beneficio, que dahi possa resultar.

A nossa Ord. L. 4. tit. 44 in princ. diz: Contracto de companhia é o que duas pessoas ou mais fazem entre si, ajuntando todos os seus bens ou parte delles para melhor negocio, e maior



cousa em commum para melhor negocio licito e maior ganho com responsabilidade na perda.

ganho. CARY, *Law of Partnership*, a quem em grande parte seguimos, diz que sociedade pode em geral definir-se uma associação voluntaria de dous ou mais individuos para fins d'um trafico licito, na qual cada pessoa tem de receber e supportar um quinhão proporcional de ganho e perda.

Destas tres definições formamos a nossa. Os romanos definem assim este contracto — *Est autem societas duorum pluriumve conventio, honeste contracta, ad ubiorem quantum et commodiorem usum.* — Definir é sempre difficil: parece-nos contudo haver dicto quanto baste para se conceber, o que em geral seja este contracto.

É obvio, que é essencial a existencia de duas pessoas; porque não pode haver consento sem duas vontades, e consequentemente dous individuos: associação e unidade repugna. Cumpre que seja voluntario, porque ninguem pode ser compellido a entrar em um commercio ou trafico sem o seu livre consentimento. É necessario, que seja licito o trafico, ORD. L. 4. tit. 44. §. 3. A lei não poderia consentir a um corpo colectivo, o que denega ao individuo. Repugna, que a lei dê força e protecção á illegalidade, e deshonestidade. Cumpre, que cada socio quinhão em ganho e perda: o pacto d'aferir ganho e não responder por perdas é illicito e reprovado, ORD. L. 4. tit. 44. §. 9. Entretanto quando em geral se diz *aferir ganho*, entende-se, *deduzidas as perdas*; porque ganho é o que resta salvo das despesas e perdas. Assim se entenderão as hypotheses das INSTIT. DE JUSTINIANO NO Tit. de Societate.

HUMPHRY W. WOOLRYCH — *A Practical Treatise of the Commercial and Mercantile Law of England*, p. 298, define a Sociedade uma supposta participação geral em perdas e ganhos. Este jurisconsulto dá á sua definição o nome de boa: elle é em geral mui conciso; todavia em definir parece have-lo sido em demasia.

A palavra *Sociedade*, nota DAGEVILLE, Code de Comm. ex-

pliqué par la jurisprudence, tom. 1. p. 72, tem um sentido dobrado, serve d'exprimir a associação e o contracto, que a forma; significa a um tempo o material e moral d'uma reunião de muitas pessoas; mas não deve confundir-se com a reunião, que resultasse d'uma communhão d'interesses d'uma co-propriedade da mesma cousa, ou d'uma participação de muitos individuos nos mesmos direitos." — Eis-ahi a differença entre a sociedade e a parceria, e a communhão de direitos. — "O que distingue a sociedade, continua elle, de qualquer outra communhão, que com ella podesse ter alguma similhança, é que ella é fundada na vontade e escolha dos que se unem: tal é o character que a distingue e a faz conhecer facilmente."

Terminaremos com os termos de JAMES WHISHAW, a *new law dictionary* (ed. 1829), na palavra *Partners*, p. 229, que dizem — "Quando duas ou mais pessoas convencionão entrar em quinhão, ou quinhoar egualmente, ou em qualquer outra proporção em qualquer trafico ou contracto, esses são socios em commercio. *Jacob*. Em ordem a constituir uma completa sociedade tanto entre as partes, como em respeito a estranhos, que podem com ellas contractar, é *essencial* uma communhão e participação de ganhos e perdas. Os quinhoens das partes devem ser juntos, posto que não é necessario, que sejam eguaes. Se as partes intervierem conjunctamente na compra, é necessario que tãoobem intervenhão na venda futura, alias não são socios. *Sel. Nisi Prius*, 1013."

É pois a Sociedade uma convenção pela qual dous ou mais individuos poem em commun entre si todos os seus bens ou parte delles, em algum commercio, obra ou outro trafico para dahi partilhar os lucros, ou supportar a perda em commun, cada qual segundo os seus fundos, ou o que pelo contracto é convencionado.

Para proceder com alguma ordem fallaremos primeiro da natureza deste contracto *em geral*, sua essencia, e objectos, que podem ser-lhe materia: dahi distinguiremos as suas differentes especies segundo os codigos e jurisconsultos de diversas naçoens,

SECÇÃO I.

DA NATUREZA, CONDIÇÕES, E OBJECTO DO CONTRACTO
DE SOCIEDADE EM GERAL.

§. 1.

O contracto de sociedade é synallagmatico: nelle cada um dos contrahentes é obrigado para com o outro ou outros; e entende receber tanto quanto presta.

e passaremos em seguimento a cahir sobre a divisão mais simples das sociedades *mercantis*, de que principalmente tractamos: notaremos as formalidades intrinsecas, e extrinsecas do contracto em geral, e em particular do que pertence ao commercio; fallaremos das suas clausulas mais ordinarias: veremos o resultado da associação d'um terceiro á porção d'um dos socios. Dahi certificaremos os direitos, obrigações, e responsabilidades dos socios em seus diversos actos. Examinaremos o como a sociedade se dissolve, e quaes os seus resultados; tomando dahi occasião de ver o que respeita á sua liquidação, conta, e partilha, e os poderes dos liquidantes: terminando enfim com as acções, que nascem deste contracto mercantil nas diversas combinações das suas relações, não da forma, que é commum na acção *pro socio*, senão do que é particular á legislação commercial, sobre que tencionamos escrever.

(Veja-se o art. 547 do nosso Codigo Comm., onde se lê uma definição de sociedade com pequena differença, como a que se contem no artigo preliminar, a que se refere a nota supra.)

§. 1.) “Pelo contracto ou convenção, diz POTHIER no seu excellente *Tratado das obrigações*, duas pessoas reciprocamente ou so uma dellas promettem e se obrigão ou a dar, ou a fazer alguma cousa.” São necessarias duas pessoas, como vimos, porque ha um concerto sobre alguma cousa: isto por tanto torna-se da essencia de todo o contracto. Diz-se que reciprocamente ou so uma dellas *promette*; porque não é necessario que am-

§. 2.

E' da essencia deste contracto, que cada uma das par-

bas se obriguem. Uma pode não contrahir obrigação alguma. Assim no *mutuo*, o que empresta o dinheiro a outrem não fica obrigado a nada: o que o toma d'emprestimo é que fica unicamente obrigado. Diz-se *promettem e se obrigão*; estes termos são essenciaes na definição; porque deve haver no contracto não so uma *promessa*, mas tambem uma verdadeira *obrigação*.

Deixadas as divisoens de direito romano de contractos de *direito das gentes*, de *direito civil*, de *direito stricto*, de *boa fé*, *nominados*, e *innominados*, parece-nos que a mais simples divisão, sendo ao mesmo tempo justa e exacta, será sempre mais geralmente preferivel e preferida. Abstrahindo pois das suas subdivisoens, dizemos com o mesmo POTHIER, que os contractos que residem todos no concurso de duas ou mais pessoas as ligão de diversa maneira: ou todas as partes se achão respectivamente obrigadas, isto é responsaveis umas para com outras por certos factos; ou ha somente uma que tenha alguma obrigação a desempenhar.

Pode-se por tanto dizer, que todos os contractos são ou *bilateraes*, que tanto importa como *synallagmaticos*, que obrigão a uma e outra parte; ou *unilateraes*, isto é que ligão a uma parte somente. Assim, por exemplo, a compra e venda é um contracto *synallagmatico*, porque encerra duas tradiçoens, a da cousa, e do preço, esta pelo comprador, aquella pelo vendedor; e por isso ambas as partes tem obrigação a desempenhar. E pelo contrario no contracto d'emprestimo, de que ja fallámos, o tomador é o unico que se obriga a um facto, scilicet ao reembolso. *Cod. Civ. de Frang.* art. 1102, 1103.

Assim no contracto de sociedade os socios obrigão-se a prestar trabalho ou cousas, ou ambos, e a cumprir reciprocas obrigaçoens: e tem mais de particular, que cada socio entende receber tanto quanto dá, e nessa proporção, como teremos occasião de ver.

§. 2.) O *Cod. civ. de Franga* art. 1873 diz: "cada socio de-

tes entre com alguma cousa na sociedade, ou com dinheiro, ou outro haver, ou com a sua industria.

§. 3.

Toda a sociedade deve ser contractada para interesse commum das partes.

ve entrar com dinheiro, ou outros bens, ou com a sua industria.” Em todo o contracto é essencial, que exista uma *cousa* fixa e determinada, que faça o objecto d'elle. E isto não é tudo ainda: um contracto é necessariamente a disposição d'uma *cousa*: esta *cousa* passa d'um dos contrahentes para o outro: o que cede deve ter uma compensação: esta é a unica condição, porque della se desapossa. Esta compensação, ou indemnização, que suppoem a cessão, é tãobem igualmente essencial ao contracto; e chama-se em direito *preço* ou *cousa*.

Tres pontos principaes formão a essencia de toda a convenção, e devem nella encontrar-se para se dizer perfeita e real — 1.^o) o consentimento das partes — 2.^o) uma *cousa* de que ellas dispoem — 3.^o) um *preço*, uma condição, uma razão em virtude da qual esta *cousa* passa d'um dos contrahentes para o outro. Vide o cit. Cod. Civ. art. 1108.

Um contracto, em que estas *cousas* se não dessem, deixaria de ser contracto. Uma sociedade, em que os socios nada contribuissem, seria uma quimera.

(A doutrina deste §. passou, quasi pelas mesmas palavras, para o art. 527 do Cod. Comm.)

§. 3.) É igualmente da essencia deste contracto, como ja acima tocamos, que as partes se proponhão a alcançar um beneficio, no qual cada um dos contrahentes possa esperar ter um quinhão na razão da sua entrada na sociedade. Daqui se segue, que se pelo acto da sociedade se conviesse, em que a totalidade do beneficio pertenceria a um dos contrahentes, sem que o outro pudesse ter pertensão a *cousa* alguma, a convenção seria nulla, como evidentemente injusta. É a esta casta de convenção que os juriconsultos romanos chamarão *sociedade leonina* em allusão á fabula do leão, que tendo feito uma convenção de sociedade com outros

§. 4.

Toda a sociedade deve ter um objecto licito. Por tanto toda a empresa, todo o commercio, toda a obra, que não tem nada de contrario ás leis, e bons costumes pode ser materia d'uma sociedade.

animaes, de ir á caça, empolgou elle so a preza inteira. Se o interesse pois não é *commun* (embora desigual) se o interesse é d'um so, deixa d'existir sociedade.

(O mesmo que se lê no § se contem hoje no art. 528 do Cod. Com.)

§. 4.) A doutrina deste §. não é privativa do contracto de sociedade, é generica a todas as convenções. Nós vimos, que toda a convenção deve ter uma causa; daqui se segue, que a obrigação, cuja causa é falsa ou illicita não pode ter effeito algum, art. 1131 do Cod. civ. de Fr. Mas não é necessario, que a causa da obrigação seja expressa, MERLIN *Recueil de Questions de droit*, nas palavras *Causes des obligations* §. 1. Donde se segue, que uma obrigação, cuja causa é falsa, não é menos valiosa tendo uma outra causa legitima. Que devemos porem entender por objectos, ou causas *illicitas*? São aquellas, diz o cit. Cod. civil art. 1133, que são ou prohibidas pelas leis, ou contrarias aos bons costumes, ou á ordem publica. Eis aqui a origem da doutrina deste, e dos dous seguintes §§.

Lê-se no ALV. do 1.º d'agosto 1774, que os contractos feitos em positiva desobediencia das leis são nullos e pecaminosos em si-mesmos, por que ellas obrigão em um e outro foro.

Todavia para que uma sociedade seja classificada sociedade commercial é necessario, que tenha por objecto um acto de commercio. — “Diversas pessoas, diz DAGEVILLE ao Cod. de Comm. pag. 82, reúnem-se e associão-se para comprar e revender bens de raiz: será esta sociedade commercial? Não: nisto nem sequer um acto de commercio formão: as operações de tal sociedade são sujeitas á jurisdicção dos tribunaes ordinarios, quando mesmos os socios fossem commerciantes de profissão. É o que julgou o tribunal de Metz n'uma sentença em data de 18 de junho 1812.” (Sirey t. 12, part. 2. p. 417).

§. 5.

Assim, toda a sociedade, cujo objecto offende a moral ou a lei, é illegal; e a lei não protege as pessoas, que nella entram; todavia com respeito a terceiros, ignorantes da illegalidade, ministra a mesma protecção, que nas sociedades legais.

§. 6.

A sociedade formada para o fim de fazer contrabando é illegal.

“Como o contracto de sociedade, continua o mesmo juriscônsulto, apresenta muitas vezes diversas interpretações, e é elle quem determina em geral a natureza da sociedade toca aos juizes exclusivamente o direito de interpretar as clausulas do contracto de sociedade, e determinar-lhe a natureza: assim foi julgado no tribunal de cassação confirmando a do tribunal de Douai em 2 de fevereiro 1808.” (Sirey tom. 8. part. 1. p. 183).

(Vid. art. 529 do Cod. Com., cuja disposição corresponde sem differença á doutrina do §.)

§. 5.) HENRY CARY, *A practical treatise on the Law of partnership* (ed. 1827,) p. 19 e 20.

Diz a ORD. L. 4. tit. 44. §. 3: “E fazendo algumas pessoas contracto de companhia em materia illicita e reprovada, assim como em roubar ou outra similhante, o tal contracto será nullo e de nenhum effeito e vigor.”

Estas palavras *de nenhum effeito e vigor* não podem respeitar a terceiros contrahentes innocentes: a ignorancia *de facto* excusa; e seria injusto, que o inscio fosse punido. Uma sociedade pode ser em si illegal, e todavia legal as convenções com terceiros. O vicio relativo ao vinculo obligatorio de socio para socio não destróe as obrigações destes para com quem não é socio. Esta ordenação é coherente com a doutrina da L. 57. Dig. *pro socio*, donde provavelmente derivou.

(Veja-se o art. 529 do Cod. sup. cit.)

§. 6.) Se duas pessoas se associassem para fazer contrabando,

não seriam de sorte alguma obrigadas uma para com a outra em virtude desta associação, e se uma lucrasse ou perdesse na empresa que intentarão em commun, nem seria obrigada a dar a outra quinhão dos lucros, nem teria acção para exigir-lhe composição das perdas: é o que resulta da L. 1, §. 14. Dig. de tutela et rationibus distrahendis, e da L. 57, Dig. pro socio. MERLIN *Répertoire universel raisonné de jurisprudence*, tom. 16, p. 290.

Sobre a doutrina específica do nosso texto ácerca das sociedades mercantis, vide WOOLRYCH, l. c. p. 299.

São obvios os males, que do contrabando resultão á Sociedade; já desequilibrando os preços dos generos, se aquelle tem por fim faltar ao pagamento de direitos; já roubando tributos estabelecidos a bem da totalidade social; já enfim introduzindo generos, que as vistas economico-politicas do governo defendiam para maior bem da communidade. Destes males evidentemente grandes vem a rispidez d'expressoens, que encontramos, e com razão em muitas leis nossas; assim o Alv. de 14 de novembro de 1757 diz, que os contrabandistas são a abjeção e o desprezo de todas as nações civilizadas, e os inimigos communs do erario, da patria, e do bem publico: elle diz, que o contrabando tem a vileza do furto, e é um dos mais perniciosos delictos que infectão os estados, e que mais odiosos se fazem na Sociedade. O Alv. de 19 de novembro do mesmo anno diz, que o contrabando é a ruina do commercio, e descredito dos homens honrados. A Lei de 30 d'agosto de 1770 chama-lhe a peste mortal do commercio. E enfim o Alv. de 14 de fevereiro de 1772 diz, que envolve publico escandalo.

Pergunta-se, se devem comprehender-se na classe d'obrigações fundadas em causas illicitas os concertos, que os particulares fazem entre si para que um sollicite em proveito d'outro, ou deixe de pertender certa graça do governo? Tracta desta especie MERLIN cit. *Recueil de Questions de droit*, verbo *Causes des obligations*, §. 2.

Ha uma outra questão a este respeito sem duvida mais digna

§. 7.

Quando se empresta dinheiro para emprego commercial, e o emprestador estipula participar dos lucros, mas não responder pelas obrigaçoens de socio, o contracto é

de discutir-se, e é: se ha causa illicita n'uma convenção, pela qual um particular, que obteve do governo uma permissão d'exportar cereaes n'um tempo, em que a exportação era prohibida, cede esta permissão a outrem por uma somma de dinheiro?

O senhor *Reyssset*, negociante, vende ao senhor *Jacobi e companhia* duas licenças d'exportar grãos, e estes lhe dão em pagamento do preço convindo tres letras a prazo. No vencimento *J. e c.^a* recusão paga-las sob pretexto de que a causa das letras era illicita; porem serão condemnados pelo tribunal de commercio de Moguncia. Appellando, o tribunal de Treves julgou incompetentemente decidido. Esta sentença contudo foi annullada em recurso da cassação em 3 d'agosto de 1806, desta sorte:

“Visto o art. 4 do tit. 12 da ord. 1673, e o art. 2 tit. 12 da lei de 26 d'agosto de 1790; considerando, que a negociação de que se tracta teve logar entre commerciantes: considerando, que licenças taes quaes na especie se referem não são mais do que o restabelecimento parcial da liberdade natural do commercio de grãos: que nenhuma lei poem taes licenças fora de commercio: que podem por tanto ser objectos commerciaes; e que o são com effeito, quando, como na especie, ha dellas trafico entre negociantes, commerciantes ou mercadores: que, do que precede, a causa era realmente da competencia do tribunal de Moguncia, e o tribunal de Treves julgando o contrario, violou evidentemente as leis acima transcriptas: Portanto o tribunal cassa e annulla &c.” MERLIN, cit. *Répertoire* tom. 3, pag. 775.

Esta convenção podia ser objecto d'uma sociedade, e este julgado lhe seria sem duvida appropriado.

(Veja-se o art. 529 sup. cit. e os art. 1641 e 1705: da combinação d'elles resulta a regra estabelecida no §.

§. 7.) Nos ja tivemos occasião de ver como era da essencia

illegal, e por tanto nullo. Se o prestador estipular o quinhão d'uma quantidade de lucro além dos juros, sem responsabilidade a perdas, o contracto é usurario.

§. 8.

Quando se celebra por escriptura um contracto de sociedade, e nelle um socio adianta por emprestimo dinheiro á firma com estipulação mais forte do que juros, o con-

tracto de sociedade a responsabilidade por perdas: a nossa ORD. sustenta positivamente a nossa doutrina no L. 4. tit. 44. §. 9, dizendo — “*Não poderão porem os companheiros pôr tal pacto, e condição, que um companheiro leve o ganho todo, e na perda não tenha parte; porquanto tal concerto como este é illicito, e reprovado.*” A similhante estipulação da-se o nome de *leonina*, como vimos.

A segunda parte do nosso §. comprehende uma convenção *usuraria*. Deixaria de sê-lo se o prestador respondesse por perdas. Será a proposito prevenir neste lugar o leitor sobre a ORD. L. 4. tit. 67 — *Dos contractos usurarios*. Esta ORDENAÇÃO no seu §. inicial destruiria o commercio por sua base se podesse observar-se: e os seus §.§. 5, 6, e 7, são inintelligiveis ao jurisconsulto commercial: é este o caso de dizer *literalmente*, que os compiladores não souberão, o que escreverão, nem entenderão o que legislarão. Isto prova já que os jurisconsultos, e os juizes, se querem aconselhar e julgar devidamente, leião, estudem e julguem por *direito commercial*, e trabalhem por despir-se da prevenção e prejuizos da jurisprudencia romana e canonica; alias destruirão o commercio, o principal instrumento do desenvolvimento da riqueza nacional.

(O §. 7 a que se refere a nota supra deo materia para os dois art. 530 e 531 do Cod. Com.)

§. 8.) Como ninguem ignora que a estipulação de juros superior á taxa da lei é illicita e usuraria, uma convenção tal celebrada n'uma escriptura publica feita com uma firma commercial não poderia sustentar-se a não dever olhar-se debaixo de differente ponto de vista. Na hypothese do nosso §. a estipula-

tracto não é usurário; por que sendo o prestador responsável a terceiros como socio, a estipulação mais avultada de lucros não vicia o contracto.

§. 9.

Uma sociedade commercial formada entre duas pessoas, uma das quaes resida em um paiz inimigo, é illegal no effeito de poder pedir o pagamento de divida, que se lhes deva como socios; salvo commerciando com licença do seu paiz. Mostrando-se porem que a residencia não envolve adherencia ao inimigo, o simples facto do domicilio não basta para privá-los do direito d'exigir de terceiros o cumprimento de contractos.

ção nada mais importa do que uma *marca* ou *designação* da *quantidade* de lucros como socio. Esta é inteiramente dependente da convenção das partes, contanto que o que estipula essa quantidade responda por perdas, e responda como socio mercantil, quer dizer *solidariamente*. Neste caso a desigualdade da estipulação não vicia o contracto.

Se um jurisconsulto olhar simplesmente para as palavras do Alv. de 16 de janeiro de 1773, que no §. 4. diz, que "*são usurarios os contractos, cujos títulos tiverem clausulas usurarias, ambigvas, e taes, que não fação logo visível a sua legitimidade,*" a não reflectir, que estamos tractando de direito mercantil, condemnará immediatamente a doutrina do texto.

(Segundo a nossa actual legislação, não só na hypothese do §., mas ainda em qualquer outra, é sabido que se não reputão usurarios os contractos em que se estipular juro sem limite de taxa, ou juro de juro, como se vê nos art. 280 e 286 do Cov. Comm.)

§. 9.) Neste caso os individuos seguem a sorte da nação, a que pertencem, e o direito publico e das gentes sanciona o principio. Entretanto a residencia casual não importa *tomar partido, ser parte*; não é facto illicito e criminoso; e assim fôra injusto, que delle resultasse uma punição, uma perda d'um direito ad-

SECÇÃO II.

DAS DIFFERENTES ESPECIES DE SOCIEDADES.

§. 10.

As sociedades, em geral, são *universaes*, ou *particulares*.

ART. 1.

DAS SOCIEDADES UNIVERSAES.

§. 11.

Ha duas castas de sociedades *universaes*: a sociedade de todos os bens presentes, e a sociedade universal de ganhos.

§. 12.

Sociedade de todos os bens presentes é aquella, pela qual as partes poem em *commum* todos os bens moveis e immoveis, que actualmente possuem, e os lucros, que della poderão auferir.

quirido por uma convenção licita. No caso de licença ella absolve a culpa, e legitima o facto.

CARY p. 27 aponta um *arêso* desta e outras *hypotheses* com o mesmo principio de decidir. Nós teremos ainda occasião de fallar nesta materia.

§. 11.) São as palavras do art. 1836 do *Cod. civ. de Fr.*; e com ellas se entenderá a doutrina da *ORD. L. 4. tit. 44. §. 1.*, que ambas tem a mesma origem; salvo que a nossa Ordenação resente-se do limitado direito romano, em grandissima parte depurado, e melhorado n'aquelle codigo.

§. 12.) E' a doutrina do art. 1837 do cit. *Cod. civ. de Fr.* "Esta sociedade pode tãobem comprehender em si toda e qualquer outra especie de ganhos; porem os bens que podem acon-

§. 13.

A sociedade universal de ganhos comprehende tudo o que as partes adquirirem por sua industria, por qualquer titulo que seja, durante o curso da sociedade.

lecer aos socios por successão, doação, ou legado não entrão na sociedade senão no uso-fructo: é prohibida toda a estipulação tendente a comprehender a propriedade de taes bens, salvo entre esposos, e conforme o que a seu respeito está regulado." Tal é a doutrina do resto do cit. art. Entretanto a nossa ORD. L. 4. tit. 44. §. 1. legisla em contrario dizendo — "E tudo o que qualquer dos companheiros adquirir depois de feita a tal companhia de *todos os bens*, por qualquer titulo que seja, se comunicará entre todos, e o dominio e posse delles se traspassará nos dictos companheiros."

Ella é todavia coherente com a legislação do Cod. civil na sociedade *parcial*, ou *particular*: ahi então exceptua da communhão a aquisição — "aquillo que cada um delles houver por outro modo fóra da companhia por respeito de sua pessoa, ou por beneficio particular, que d'alguem recebeu, assim como uma herança, ou legado, doação, ou outra cousa similhante.

§. 13.) Cod. civil de Fr. art. 1838. Os moveis, que cada um dos socios possuiue ao tempo do contracto comprehendem-se tão-bem nesta sociedade; não assim os bens de raiz, que so entrão no usufructo, cit. art.

Nós vimos na nota precedente como esta divisão e legislação differia da nossa: entretanto é innegavel, que esta divisão e legislação é mais entendida na pratica d'oje do que a Ordenação; e mesmo a sua decisão é menos juridica. Ella considera, como vimos no seu §. 2. uma sociedade parcial de bens, e no §. 1. uma sociedade universal de bens. Considera, como o nosso §. 12 — sociedade de todos os bens presentes — por que se explica pelos termos — *de todos os bens que tiverem* — sem duvida presentes, ao tempo do contracto; tanto que logo se traspassa o senhorio e posse, o que não poderia ser se os bens fossem futuros. Logo se a sociedade é de bens presentes, com que jurispru-

§. 14.

A simples convenção de sociedade universal feita sem mais explicação, so importa sociedade universal de ganhos.

§. 15.

Nenhuma sociedade universal pode ter logar, salvo entre pessoas respectivamente capazes de dar e receber uma da outra, e a quem não é prohibido avantajarse em prejuizo d'outras pessoas.

ART. 2.

DAS SOCIEDADES PARTICULARES.

§. 16.

Sociedade particular é aquella, que se não applica sendencia se pode legislar que presentes quer dizer e comprehendendo acquisiçoens futuras?

Fazendo-se pois a divisão da legislação franceza a jurisprudencia é corrente. Sociedade universal de ganhos é necessariamente futura. Sociedade de bens presentes não pode comprehender o de que se não tem, ao tempo do contracto, nem dominio nem posse. Daqui vem a doutrina do §. seguinte.

§. 14.) Art. 1839 do cit. *Con. civ. de Fr.*

A doutrina deste §. é bma consequencia da legislação dos precedentes, e especialmente do que dissemos na nota antecedente.

§. 15.) Esta these é tomada do cit. *Con. civ.* art. 1840. Nós trasladamos aqui estas doutrinas somente para dar uma idea da legislação actual da Europa a este respeito, sendo a nossa d'oje tal qual se achava em 1603. Porem como o nosso plano é tractar unicamente de sociedades commerciaes, evitamos o demorar-mo-nos mais sobre esta materia. Basta conhecer, ou fazer conhecer, para o men fim, a divisão civil do contracto, e suas principaes doutrinas tanto quanto approveite ao perfeito conhecimento do direito especial do contracto mercantilmente oibado.

§. 16.) Esta definição é do *Con. civ. de Fr.* art. 1841, e parece bem preferivel á generalidade da nossa *Ord. L. 4. tit. 41.*

não a certas cousas determinadas, ou ao seu uso, ou aos fructos a perceber dellas.

§. 17.

Tãobem se diz sociedade particular o contracto, por que muitas pessoas se associão, quer para uma empreza designada, quer para o exercicio d'algun officio ou profissão.

As sociedades mercantis pertencem ás sociedades particulares.

ART. 3.

DAS SOCIEDADES DE COMMERCIO.

§. 18.

O contracto de sociedade *commercial* pode definir-se o

§. 2. A combinação d'uma e d'outra importará a demonstração do que avançamos.

§. 17.) É esta outra especie marcada no *Cod. civ. de Fr.* art. 1842, e ommissa na nossa lei.

Bem entendida a doutrina deste §., e do precedente se descobrirá ja em grande luz o que é uma *sociedade commercial*, seja qualquer que for a sua especie. A ommissão da nossa Ordenação prova, que ella não teve em vista fallar ou legislar sobre *sociedades mercantis*. Nos teremos occasião frequente de demonstrar esta proposição, cujos resultados na materia, de que tractamos, são de mui transcendente ponderação.

Pertence egualmente á divisão das sociedades particulares a *tontina*: desta fallaremos, quando tractarmos do que se chama sociedade anonyma, quanto baste para dar uma idea da sua natureza, e formação desta mais *associação* do que sociedade.

DAGEVILLE sobre o *Cod. de Com.* art. 8 p. 75 diz que o art. 1842 do *Cod. Civil* enumera as sociedades commerciaes entre as sociedades particulares: — que os commerciantes podem, sim, contrahir uma sociedade universal. mas que, neste caso, tal sociedade será regida pelos puros termos de direito civil, sem embargo da sua qualidade de negociantes.

§. 18.) Esta definição é transcripta da *Ord. de Bilbao*, cap.

concerto, que se faz entre duas ou mais pessoas, em virtude do qual se obrigão reciprocamente, por certo

10. n.º 1. Ella parece abranger o contracto em sua essencia e natureza, e consequentemente corresponde ao que se deseja, que é fazer conhecer o que seja o contracto de sociedade mercantil, seja qual for a especie, em que se apresente. Cumpre preencher neste lugar, que nos apresentamos em seguida os nomes e caracteres das diversas especies de sociedades, e associações commerciaes para que o leitor conheça a jurisprudencia geral a este respeito, e a particular de cada nação commerciante; e possa consequentemente entender seus respectivos livros, e escriptores; não por que nós achemos essas divisoens exactas, e dignas de serem por nós adoptadas; se não por que reputariamos sem uso o nosso trabalho se elle ao menos não habilitasse o leitor ao conhecimento das doutrinas dos diversos jurisconsultos, que escreverão sobre a materia. A nossa divisão será simples e clara, abrangerá o seu objecto em todas as suas partes; e talvez por isso terá um dia a preferencia. Seria bem para desejar, que todas as nações se uniformassem nesta e em todas as materias, que respeitão á jurisprudencia do commercio, por que sendo este universal, e formando o seu corpo, ainda que em desvairados portos, uma familia, uma so nação, fôra do mais alto interesse que as suas leis, os seus usos, os seus costumes, o seu direito enfim fosse uniforme. Elle pode dizer-se tal em seus pontos cardaes: é todavia certo, que em muita e grande parte é ainda diverso, e encontrado. As causas, donde isto provem, é alheio deste lugar investigar. Se fizermos sentir a inutilidade d'algumas das divisoens e especies, e consequentemente a necessidade de despreza-las, por que sobre inuteis confundem, teremos conseguido em grande parte o nosso fim.

(Veão-se os artigos 527 e seguintes do Cod. Com. e o art. 547.)

Depois de trepidar por muito tempo na redacção deste §., e depois d'impressa esta obra, alcançamos o codigo commercial da Belgica no qual achamos o art. 2. L. 1. tit. 3 con-

tempo, e debaixo de certas condicoens e pactos, a fazer e proseguir juntamente vários negocios licitos por conta

cebido nestes termos — “Le contrat de société se regle par les conventions des parties, par les lois particulières au commerce, et par le droit civil.” — Os redatores deste Codigo derão á convenção das partes, e ás leis do commercio a preponderancia, que nos moveu a antepor esta lei ao direito civil. — Como nos tivessemos atrevido a alterar diversas determinações de Codigos quaes citamos nesta nota, a nossa consciencia juridica somente se tranquillizou escudada deste tão abalizado documento.

A jurisprudencia, que respeita o contracto de sociedade não sendo no *direito civil* propriamente dicto uma das suas materias mais complicadas, não é todavia das menos espinhosas em *direito commercial*. Os romanos tiveram o contracto, mas desconhecerao o commercio; e assim a sua legislação mal podia prevenir as questoes commerciaes. A nossa ORDENAÇÃO nada accrescentou ao direito romano. Que applicação pode ter por tanto a sua doutrina a mil hypotheses desconhecidas da antiguidade, e que nascerão e crescerão com o desenvolvimento do augmento do commercio? Daqui conheço os negociantes qual é o seu fado, se as suas controversias são decididas por direito civil. Nós mesmos fomos d’alguma sorte victima da ignorancia (PELO MENOS) dos julgadores, que n’uma causa ponderosa, mas simples no direito, que a regula, calcarão a jurisprudencia mercantil trivial, fazendo-nos uma injustiça desconhecida ao mundo commercial. Fallaremos ainda em lugar competente desta monstruosidade do foro portuguez; e isso demonstrará a necessidade da reforma de nossos estudos juridico commerciaes.

O CODIGO DA PRUSSIA p. 2. tit. 8. n.º 614. diz que “as disposicoens geraes ácerca dos contractos de sociedade são communmente applicaveis ás sociedades de commercio, *salvas as derogagoens comprehendidas neste titulo.*”

O CODIGO civ. de França no art. 1873, diz mais positivamente. — “As disposicoens do presente titulo não se applicão ás

e risco commum, e de cada um dos socios respectivamente; segundo e na parte, que pelo cabedal ou indus-

sociedades de commercio, salvo nós pontos, que não tem nada de contrario ás leis e usos do commercio.”

O *CODIGO de commercio de França* no art. 18. disse: — “O contracto de sociedade regula-se pelo direito civil, pelas leis particulares do commercio, e pelas convençoens das partes.” — Cumpre para bem entender a legislação franceza consultar neste caso DAGEVILLE sobre o art. 18 do *COD. DE COM.* p. 73. — Pelas mesmas palavras se expressa o *PROJECTO DO CODIGO de commercio d'Italia*. Nos invertemos esta ordem. Começamos pela convenção; por que esta é a primeira lei, que os contrahentes a si-mesmos impoem. “*As convençoens legalmente formadas tomão o lugar de lei a respeito daquelles, que as celebrão;*” tal era a maxima de direito romano transcripta para o *COD. civil da Fr.* art. 1134. — Segue-se a *lei commercial* como preponderante sobre a civil propriamente dicta. E dahi enfim esta para os casos, em que a *lei* e os *costumes commerciaes* não legislão. Os *costumes* são a regra immediata sobre as convençoens, por que nascerão dellas; e a *lei mercantil* é em grande parte o *costume escripto*. Elles devem ser de tanto pezo aos juriconsultos quanto os considera o *ALV. 2.º* de 13 de dezembro de 1771. §. 3, nas palavras: — “*Attendendo a que as decisoes dos negocios mercantis costumão ordinariamente depender muito menos da sciencia especulativa das regras de direito e das doutrinas dos juriconsultos, do que do conhecimento pratico, das maximas, usos e costumes, &c.* Nós não temos leis commerciaes positivas; temos contudo uma lei providente, que supprio este vazio mandando-nos recurrer ás das naçoens mais commerciantes e illustradas da Europa: é esta a lei de 18 d'agosto de 1769. Ninguem poderá negar á Inglaterra estes attributos em *costumes commerciaes*, e á França em lei escripta; logo, que cederia á Italia, se causas bem conhecidas não tivessem addiantado uma, e atrazado outra: mas até certa epocha nenhuma outra nação se lhe avantajou nesta jurisprudencia. Nós seguiremos pois a

tria, que cada um empregue; lhe podem pertencer assim nas perdas como nos ganhos, que no fim do tempo marcado resultem de tal associação.

legislação inglesa como nossa, modificando-a com essoutras leis segundo for mais conforme a nossos usos, que ainda que poucos, temos alguns.

Fecharemos esta nota com lembrar desde já, o que depois desenvolveremos mais amplamente, que as sociedades *mercantis* são tão essencialmente diversas das sociedades *civis* ou *não-commerciaes*, que n'aquellas os socios são responsaveis *solidarios*; não assim nestas: naquellas o socio pode responsabilizar o socio sem autorização especial; nestas não. Estas diferenças tão extraordinarias provão evidentemente que applicar o direito civil propriamente dicto a sociedades *mercantis* é arriscar a decidir contra a lei do contracto. Este contracto deve estudar-se pelas leis e escriptos *commerciaes*, e não pelo *Digesto*. Eu prevejo, que o jurisconsulto, que me ler, ha-de muitas vezes taxar-me de absurdo, pelo encontro, que tem de achar entre as suas e as minhas ideas na materia; mas confio em que, depois d'alguns momentos de reflexão, e quando bem seguro nos princípios deste contracto mercantil, concederá, que tive razão em pedir-lhe, que se esqueça da *legislação romana* sobre sociedades, e que estude este contracto como desconhecido de *Justiniano*.

Esta solidariedade é tão ampla quanto se expressa no art. 26. do *PROJECTO de código de commercio d'Italia* nas palavras — “Estendo-se esta obrigação não so aos respectivos capitães, que cada um dos socios expoz, mas alem disso a todos os seus respectivos bens, e bem assim ás suas pessoas.”

Solidaridade) — DAGEVILLE nota ao art. 22 do *Cod. de Com.*, que no imperio da ordenança de 1673 se julgou que socios poderiam ser obrigados solidariamente por obrigaçoens contrahidas por um delles, posto que não houvesse assignatura em nome social, se alias dos factos resultasse e das circumstancias da causa, que a obrigação tinha sido tomada por conta da so-

§. 19.

Este contracto regula-se pela convensão das partes, e pelas leis particulares do commercio. O direito civil, propriamente dicto, so lhe é applicavel na falta de leis e usos do commercio.

NUMERO 1.

DA SOCIEDADE EM NOME COLLECTIVO.

§. 20.

Sociedade em nome colectivo é aquella, que contra-

cidade — Tribunal de cassação 30 de julho 1810 — Dahi passa a combinar a materia com a legislação do codigo. vide. —

§. 19.) Assim nota DUFOUR, Parf. neg. tom. 1. p. 30 — *contrahentium voluntas fiat lex.* —

(Á primeira parte do § corresponde o art. 537 do Cod. Com.; e quanto á segunda veja-se o art. 1. do mesmo Cod. que, referindo-se a todos os contractos mercantis, comprehende tambem o de sociedade.)

§. 20.) — Estas sociedades tãobem se denominão *simples*, e *ordinarias*, DUFOUR, Parf. neg. tom. 1. p. 29. — ou *geraes*, DUFOUR, *ibid.* p. 30. — SAVARY, Parf. neg. part. 2. L. 1. Cap. 1. — Jousse sobre a Ord. (Tit. 4.) de 1673. —

Tal é a definição, que desta sociedade dá o Cod. de Comm. de Fr. art. 20, repetida por M. Jard-Pauvillier, Rapport au tribunal sur les sept premiers titres du L. 1, du projet de Code de Commerce.

Entende-se por sociedade em nome colectivo, a que tem logar entre dous ou mais negociantes para fazerem em commun certo commercio em nome de todos os socios. Todos os actos desta sociedade são feitos em nome dos socios, que a contrahirão, quer estes nomes sejam expressos cada um em particular, quer collectivamente; por exemplo — *Fulano e companhia* MERLIN t. 16. p. 292.

POTHIER, du contrat de société, Cap. 11, sect. 11. §. 111.

hem duas ou mais pessoas, e que tem por objecto commerciar debaixo d'uma firma social.

§. 21.

Na sociedade em nome colectivo so o nome dos socios pode fazer parte da firma social.

Daqui se vê, que se deu esta denominação, e se fez uma especie de sociedade, por que esta sociedade tinha uma *firma*. Os seus outros caracteres são marcados nos dous seguintes §§. Quanto a contrahir-se *entre duas ou mais pessoas*; qual é a sociedade, em que esta circumstancia se não da? E sobre ser o seu objecto *commerciar* —; este objecto é geral a toda a sociedade mercantil. Fica por tanto para esta especie o ter por objecto *commerciar debaixo d'uma firma*.

(Veja-se os artigos 547 e 548 do Cod. Com.)

§. 21.) O art. 21 do cit. Cod. de comm. aponta esta regra.

Parece, fallando em rigor, que esta regra alem de inutil não designa caracter especifico desta sociedade. Eu não posso conceber como o que se chama uma *firma social* possa conter nomes, que não pertençam á sociedade que ella designa. A firma é o nome da casa social. Eu não sei como um nome possa abranger outro objecto alem daquelle, que precisamente intenta designar.

Como caracteristico desta sociedade, tal regra não alcança o seu fim, por que quem diz sociedade so designa os socios, que a compoem, e não terceiros estranhos.

Vide HORSON quest. 7. e 8.

Se isto allude á excepção da que se denomina sociedade *em commandita*, não é exacta a expressão; e quando muito deveria guardar-se para a legislação sobre essa sociedade.

Com muito mais exactidão descreveu a sociedade em *nomes collectivos* o PROJECTO de Cod. d'Ital. art. 25, dizendo: “Na sociedade debaixo de *nomes collectivos*, que se contrahe entre duas ou mais pessoas, e que tem por objecto exercer commercio em nome social, os socios são solidariamente obrigados por

§. 22.

Os socios em nome colectivo, indicados no contracto da sociedade, respondem *solidariamente* por todas as con-vengoens da sociedade, posto que um so delles assignas-se, comtanto que o fizesse com a firma social.

todas as dividas contrahidas em nome della pelas pessoas desti-nadas á administração dos effeitos commerciaes.”

DUFOUR, Parf. neg. tom. 1 pag 31 diz sobre este §. o se-guinte. “Em razão da confiança, que podem inspirar os no-mes de taes ou taes pessoas, e da desconfiança que poderão fa-zer nascer os nomes d’outros taes ou taes, é necessario que os que tractão saibão quaes são todas as pessoas com quem contra-ctão. Alem disso se houvessem outras pessoas alem das denomi-nadas, já não seria uma sociedade puramente em nome colle-ctivo, porem uma sociedade que participaria de commandi-ta.” — É facil o ver que estas razoes não destroem as reflexoens feitas nesta nota.

É muito mais exacto dizer sociedade em *nomes collectivos*, do que em *nome colectivo*, por que este singular confunde-se com o *nome* ou *firma social*; quando designa logo, o que com-prehende essa firma, que vem a ser os nomes collectivos, ou collectivamente os nomes dos socios.

(A doutrina do §. se contem no art. 548 do Cod. Comm.)

§. 22.) HONSON, Quest. IX.

Este §. tem por fonte o Cod. de Comm. de França, e este vem do art. 7. do tit. 4. da Ord. de 1673.

O que temos a dizer sobre a sociedade em *commandita* minis-trará novas luzes sobre o character particular da sociedade em *no-me colectivo*.

Esta doutrina é tomada do art. 22 do Cod. de Comm. de Fr. Nós a mencionamos aqui como um outro apontado caracteristico desta sociedade, ainda que teremos occasião de fallar mais larga-mente deste objecto quando fallarmos dos *direitos e obrigaçoens dos socios*.

Aqui pois so notaremos, que a *solidaridade* é activa ou passi-

DA SOCIEDADE EM COMMANDITA.

§. 23.

A sociedade em *commandita* contrahe-se entre um ou
 va: da-se entre muitos credores, assim como entre muitos deve-
 dores. Relativamente a muitos credores d'uma mesma cousa, a
 solidariedade é o *direito*, que cada um delles tem de se fazer pa-
 gar inteiramente pela totalidade. E, relativamente a muitos de-
 vedores é a *obrigação*, que lhes é imposta de pagar um por todos
 a somma, que devem em commun.

Solidariedade.) Sobre a solidariedade activa e passiva, vide DA-
 GEVILLE ao art. 22. do Cod. de Comm. p. 89.

Sobre a solidariedade diz o Cod. civ. de Fr. art. 1200, "Ha
 solidariedade da parte dos devedores, quando elles são obrigados
 a uma mesma cousa de sorte que cada um possa ser adstricto pe-
 la totalidade, e que o pagamento feito por um so liberte os de-
 mais para com o credor." E no art. 1201 accrescenta. — "A
 obrigação pode ser solidaria posto que um dos devedores seja obri-
 gado diversamente do outro ao pagamento da mesma cousa; por
 exemplo, se um não é obrigado senão condicionalmente, em
 quanto que a obrigação do outro é pura e simples: ou se um to-
 mou um prazo de tempo não concedido ao outro."

Esta legislação não deve perder-se de vista, nem se encontra
 facilmente em outra parte. As suas consequências são de muita
 ponderação.

Cumpre de resto notar neste logar, que a solidariedade mar-
 cada no Codigo veio ja da ORD. de março de 1673. tit. 4. art.
 5., e nenhuma legislação commercial ha em contrario. Não se
 entenda contudo que ella é privativa da sociedade em nome col-
 lectivo; ella é generica, como teremos occasião de fazer ver, e
 entra em quasi todas as convençoens mercantis.

(Veja-se o art. 549 do Cod. COMM., onde se lê a doutrina
 deste §.)

§. 23.) DUFOUR, Parf. Neg. Tom. 1. p. 28 — e p. 33. Aqui

mais socios responsaveis e solidarios, e um ou mais socios simples fornecedores de fundos, a que se chama com-

nota ser commandita — *commendatio pecuniae suae alicui* — a entrega do seu dinheiro a outrem para commun luero. — Vide SAVARY, Parf. Neg. loc. cit., e POTHIER, du contrat de société, Cap. 2. sect. 2. §. 3. — A etymologia que da palavra commandita dá BOUCHER, Manuel des Neg. tom. 1. pag. 154 parece-nos arbitraria. — DAGEVILLE ao art. 23 do Cod. de Comm. p. 95, citando DELVINCOURT diz que esta palavra vem da antiga *command*, que significa deposito, procuração. O socio garante é o procurador do commanditario, e o depositario de seus fundos.

Sobre esta sociedade chamada em commandita, vide o cit. DAGEVILLE desde pag. 94.

Esta especie de sociedade é d'origem franceza: o seu nome é francez, e para nós barbaro. As expressões do nosso §. são tomadas do art. 23 do Cod. de Comm. de Fr., e os escriptores desta Nação explicão-se sobre ella da maneira seguinte. “Sociedade em commandita é aquella, que um mercador contrahê com um particular para um commercio, que deve ser feito no nome so do mercador, e para o qual o outro contrahente contribue somente com uma certa somma de dinheiro, debaixo da condição de que terá no beneficio uma certa parte, como uma ametade, um quarto, um sexto, &c., e que soffrerá uma igual parte na perda, sem que todavia, no caso de perda, possa ser obrigado alem dos fundos, com que entrou na sociedade, MERLIN l. c. tom. 16. pag. 292. D'esta clausula de não responder alem da entrada fallaremos no §. 26.

A simples descripção desta convenção mostra ja, que esta sociedade não é diversa da sociedade em nome colectivo, salvo em que o socio dador de fundos não apparece na firma, nem responde alem delles. Isto em verdade é uma exeeição á qualidade de socio, mas não uma especie distincta, como teremos occasião de ver.

Esta chamada especie de sociedade, ou antes as relações ac-

manditarios. Esta sociedade governa-se debaixo d'um no-

tivas e passivas do *commanditario* são as que appresentão as questões as mais complicadas da materia.

Cumpre desde já notar, que a jurisprudencia ingleza desconhece esta especie: e para que esta materia fique por uma vez discutida vamos trasladar o que a este respeito escreveu Mr. STEWARD KID, antigo advogado inglez, que dá um perfeito conhecimento da legislação ingleza sobre sociedades mercantis.

“Estudei a legislação ingleza por mais de vinte annos, diz este juriconsulto, e por mais de quinze a exerci na qualidade de advogado nos tribunaes superiores de *Westminster-hall*, e *Guild-hall*, em Londres, aonde todas as questões de direito são debatidas em publico; e nunca ouvi fallar senão d'uma sociedade *geral*. Atrevo-me mesmo a dizer, que nem os juizes, nem os advogados, nem os negociantes, nem os banqueiros formárão jamais idea de *commandita*, como constituindo parte da legislação ingleza, e tomo sobre mim o affirmar, que não ha em livro algum, que tracte do direito inglez uma so palavra, que possa dar idea d'um socio, que não seja *solidariamente* responsavel por todas as dívidas da casa *em caso de fallencia*.

A coisa mesmo em si é tão estranha ás idéas inglezas, que se eu houvesse de traduzir em inglez um documento que fallasse em *commandita* e *commanditarios*, não poderia achar não so palavras isoladas, mas nem mesmo circumlocução, com que exprimir taes ideas em inglez: seria obrigado a conservar as palavras francezas, e dar-lhe explicação circumstanciada em notas.

Em Inglaterra todos os socios d'uma casa de commercio são *solidariamente* responsaveis, quer sejam gerentes quer não, seja qualquer que for a sua porção d'entrada, ou lucros, sejam ou não annunciados ao publico como socios, sejam ou não conhecidos como socios antes da fallencia: nenhuma estipulação entre as partes pode abriga-las desta responsabilidade. É verdade que ha muitas vezes socios *secretos*, que não querem ser conhecidos do publico como interessados na casa de commercio. Chamão-se *socios dormentes*. Dormem tranquillamente em quanto que os ne-

me social, que deve ser necessariamente o de um ou mais socios responsaveis e solidarios.

gócios da casa vão bem ; mas no caso de fallencia cedo despartão ; raras vezes escapão a ser descobertos : ou se encontra o seu nome nos livros da casa ; ou se pode provar, que quinhoavão nos lucros por algum acto d'intervenção nos negocios da sociedade &c. ; e tudo isto por *testimunhas*, por que em Inglaterra admitte-se a prova testemunhal em todos os casos, quer em falta d'escriptas, quer em concurso com ellas.

Para constituir um homem socio d'uma casa, e torna-lo responsavel por suas dividas, não é necessario, que haja uma escriptura de sociedade, ou uma escriptura, em que o seu nome se ache ; muitas casas das mais consideraveis formão sociedades sem escriptura alguma : as suas convenções são formadas ás vezes por uma carta, ás vezes verbalmente ; e se ha-escriptura nunca ha registro nem publicação alguma.

O publico não lhe importa informar-se das suas estipulações, nem de seus socios escondidos, tendo sempre a segurança de que estes serão descobertos, e tornados solidariamente responsaveis no caso de fallencia da casa. Em Guild-hall onde se fazem todos os exames dos fallidos de Londres questiona-se muitas vezes se o fallido tinha socios *tacitos*, e todos os credores fazem diligencias por descobri-los, e quando se descobrem são obrigados por todas as dividas da casa.

Acontece muitas vezes, que uma pessoa atacada como socio disputa o facto de have-lo sido em tal caso : mas nunca se ouviu, que um homem admitisse haver quinhoado dos lucros d'uma casa de commercio allegando que não era mais do que commanditario. Dir-se-ha talvez que os accionistas nas grandes companhias publicas taes como a companhia das Indias, o Banco, as companhias da pesca, dos canaes, e outras empresas publicas tem alguma semilhança com os commanditarios em França. Respondendo que não é senão semilhança ; e essa bem remota e fraca. E' verdade, que estes accionistas não são ordinariamente gerentes, e que não são demaneira alguma responsaveis pelas dividas da

companhia em caso de fallencia; porem se se considera a constituição destas companhias, e a maneira porque são estabelecidas, achar-se-ha que o caso destes accionistas ministra uma prova incontestavel de que a commandita não é reconhecida na Inglaterra.

Nenhuma destas companhias, com privilegio de não-responsabilidade dos accionistas, pode ser estabelecida *sem um acto do Parlamento*. Por quanto mil individuos poderiam fazer subscriçoes para uma grande empresa, escolher administradores, e obrar em tudo como n'uma sociedade ordinaria de commercio: mas nesse caso cada subscriptor seria obrigado e responsavel solidariamente. Como isto é bem sabido, nunca se formão taes empresas sem se dirigirem ao Parlamento para os libertar de tal responsabilidade. Quando a empresa é approvada o Parlamento passa um acto para o seu estabelecimento, porem sempre debaixo de condicoes. Sempre o capital é limitado a uma certa somma, e o poder de tomar emprestimos limitado: ás vezes os primeiros administradores ou directores são nomeados no acto, e o modo d'eleger os successores prescripto, e ás vezes mesmo o numero dos accionistas fixo com a somma da subscripção."

Eis-aqui em summa a legislação inglesa sobre sociedades; legislação sabia, simples, e clara, e que seguimos quanto podemos. BOUCHER, *man. des neg.* tom. 1. p. 163 allude a esta legislação inglesa, e acrescenta elle, americana.

Sobre o dizer-se em o nosso artigo, que esta sociedade tem uma firma, deve ver-se no Appendix 2.^o o que se disse no Conselho d'estado na discussão sobre o respectivo artigo do codigo. Na verdade as razoes dadas no Conselho não so não tem resposta, porem provão sem replica a justificada razão, com que devemos banir dentre nos a legislação franceza das sociedades chamadas em commandita, apesar dos elogios, que lhe teceu o conselheiro d'estado M. Regnaud, *Exposé des motifs destitres I. a VII. inclusivement du L. 1. du code de commerce présentés au corps legislatif, 1 septembre, 1807.*

(No nosso Codigo Com. não se trata de sociedade que corres-

§. 24.

Quando ha muitos socios solidarios e em seu nome, quer todos administrem juntos, quer um ou muitos por todos, a sociedade é a um tempo sociedade em nome colectivo a seu respeito, e sociedade em commandita a respeito dos simples fornecedores de fundos.

§. 25.

O nome d'um socio commanditario não pode fazer parte da firma social.

ponda á *commandita* dos Francezes, nem está n'esse caso a nossa sociedade tacita de que trata o art. 565 e seguintes, nem a parceria; mas o socio tacito, em quanto não for descoberto, pode equiparar-se ao socio *commanditario*. Vide as pal. *commandita* e *sociedade*: no Dic. Jurid. Com. do Auth.)

§. 24.) Esta doutrina é a do §. 24 do Cod. de Comm. de Fr. Elle é apenas exemplificação do §. precedente.

(O socio, em cujo nome se fazem nesta sociedade as transacções sociaes chama-se *cumplimentario*, BOUCHER, manuel des neg. tom. 1. p. 158 citando ALBERTI, e outros. Consulte-se DAGEVILLE sobre o art. 24 do Cod. de Commercio.)

§. 25.) Assim se explica o Cod. de Comm. de Fr. art. 25. Se o nome do socio chamado *commanditario* faz parte da firma, o seu nome torna-se *collectivo*, e a sociedade é outra; porque o caracteristico da de que tractamos é, que se não saiba, ou antes que o socio não appareça como tal em acto ou facto algum. Estas miudezas provão a desnecessidade de fazer uma especie distincta de sociedade. Não bastaria marcar os direitos e obrigações do fornecedor de fundos a uma sociedade debaixo da convenção de auferir certos lucros, e responder por certas perdas? Não seria isso mais juridico, do que considera-lo socio, e perder-se o juriconsulto e o negociante n'um labyrintho de considerações muitas vezes indeterminaveis?

MENZIN na sua cit. grande obra (ou que corre com o seu nome) t. 16. p. 293. n.º III. propoem esta questão: — “Será co-

§. 26.

O sócio commanditario só responde pelas perdas até á

mo sociedade ordinaria ou como sociedade em commandita, que deve considerar-se uma associação entre dous negociantes, em cujo contracto se diz — 1.^o) que os negocios sociaes serão regidos por um dos socios somente debaixo da firma — *Palano e companhia*. 2.^o) que o outro socio poderá, quando julgar a proposito, e depois d'uma nova convenção, ajuntar a sua assignatura á primeira — 3.^o) que este mesmo socio poderá ceder o seu interesse a um terceiro designado, e que o seu cessionario tomará parte na administração da sociedade. 4.^o) que cada um dos socios supportará as perdas na razão da entrada respectiva. 5.^o) que a sociedade se dissolverá pela morte do socio gerente, — e continuará com os herdeiros do socio não gerente. — Tem os credores desta sociedade acção contra o socio não gerente, posto que o não conhecessem, contractando com o socio gerente?

Estas questcoens forão tractadas e julgadas com grande solemnidade n'uma causa agitada em outubro de 1800 entre partes Jacques Lievia Vancaneghem, negociante de Gant, e Carlos Moke, de Turnhout em Brabant. E' tão singular e tão bem desenvolvida esta causa, que a trasladamos no Appendix n.^o 2. Se o Leitor reflectir bem sobre as doutrinas desta celebre causa ficará persuadido de que nós devemos remover da nossa jurisprudencia commercial esta sociedade chamada em commandita; e que as regras que adoptamos na 2.^a Parte desta obra são as verdadeiras a seguir nesta materia.

§. 26.) Estas palavras são do art. 26 do *Con. de Comm. de Fr.*

Se reflectirmos sisudamente sobre estas palavras, tendo ante os olhos toda a legislação franceza sobre esta sociedade, devemos concluir, que este contracto não é effectivamente sociedade; mas sim uma convenção exactamente similhante, á que se celebra no contracto de *risco* ou *cambio marítimo*. Neste, o dador empresta uma somma de dinheiro, ou valores á gestão do tomador, e estipula um premio compensativo dos riscos, que toma sobre si, e do desembolso do seu haver. Elle dador não tem gestão al-

concurrencia dos fundos com que entrou, ou prometeu entrar na sociedade.

guma, nem arrisca mais do que o fundo, e interesses delle. E nem por isso este contracto é sociedade, apesar de conter uma associação d'interesses, por que um e outro se interessão na prosperidade da especulação, e o tomador trabalha para si e para o dador. Entra com sua industria, e o dador com os fundos: o tomador faz tudo, e o dador nada.

Ora se este contracto não é considerado sociedade, para que é necessario, que o seja, o que se celebra no fornecimento de fundos para emprego de commercio, e d'uma maneira, que constitua o fornecedor socio, e não-socio segundo as circumstancias? Pelo menos, eu confesso ingenuamente, que não vejo nem razão, nem necessidade de tal differença, e me convengo cada vez mais da justeza da jurisprudencia ingleza. Se é socio, porque quinhão nos lucros e perdas indefinidamente deve responder solidariamente sempre que seja descoberto tal.

Para fazermos sentir toda a força do nosso argumento supponhamos, que o dador a risco é um homem qualquer, e o tomador uma sociedade com uma firma, e um estabelecimento inteiramente commercial. Perguntamos: neste caso não ha uma sociedade ostensivel, e um fornecedor de fundos para melhor ganho commum? E este contracto todavia nem é sociedade nem outra cousa, salvo a convenção de risco ou cambio-maritimo. Assim, por que um individuo qualquer fornece uma somma, e diz a uma sociedade ou a um homem: mistura esta somma no teu commercio; administra; se ganharmos, partiremos; se perdermos, essa porção fornecida sofrerá a perda porporcional, que eu não respondo por mais: — é por isso necessario, que a sociedade, um contracto que tem uma essencia, e uma natureza marcada pelo direito das gentes, e pelo direito civil sofra uma divisão sem outro fim mais, salvo para marcar os direitos e obrigações d'um homem, que contracta com outro ou outros, para lhe chamar socio, e cortar-lhe ou limitar-lhe as suas obrigações como tal? Isto ate um certo ponto repugna. Ou deve admittir-

§. 27.

O socio commanditario não pode fazer acto algum de gestão, nem ser empregado nos negócios da sociedade

se contracto de mutuo com a condição de poder auferir lucros superiores ao juro marcado pela lei em contemplação do risco a que se expõem o mutuante no caso de perda; — ou, considerar-se este contracto usurario, deve dizer-se que quem tal fizer é socio, e responsavel *absolutamente* como socio, isto é alem do fundo fornecido, logo que se descubra que o é.

BOUCHER, man. du neg. tom. 1. p. 162. discute a seguinte questão: — um particular associa-se em commandita a outro particular debaixo da convenção, de que o commanditario fornecera os fundos, e elle a sua industria, pelo que receberá todos os annos uma somma fixa, sem participar nos ganhos nem nas perdas. — E logo abaixo propoem a seguinte: Se os credores se poderão igualmente dirigir, na repetição que fação, contra o mandante e mandatario. —

Cumpra não confundir esta hypothese com a sociedade de capitais e industria: ou a conceber a hypothese como tal, decidila pelas regras dadas abaixo desde o §. 35.

O mesmo BOUCHER diz a p. 172, que posto que uma sociedade quebre, o commanditario não se reputa quebrado.

Cumpra referir neste logar o julgado do tribunal de cassação de 14 fevreiro 1810, que decidio, que um commanditario não pode ser obrigado a repor, depois da fallencia da sociedade, os interesses recebidos da sua entrada, e lucros adquiridos antes dessa epoca. — DAGEVILLE, art. 26. COD. COMM. p. 104.

§. 27.) A doutrina deste §. vem dos art. 27 e 28 do COD. de comm. de Fr.; e pelo que temos dicto será sufficientemente entendido.

Estes dois artigos derão occasião a uma questão sobre que o Conselho d'Estado disse, em abril de 1809, nestes termos, o que em maio seguinte se confirmou.

“O Conselho d'Estado, tendo ouvido o relatorio da secção do interior sobre o ministro deste departamento, tendente a fazer

mesmo em virtude de procuração: fazendo-o, ou sendo-o, é obrigado com os socios em nome colectivo por todas as dividas e obrigaçoens da sociedade.

declarar se a prohibição comprehendida nos art. 27 e 28 do código de commercio ácerca das sociedades commanditarias de fazer acto algum de gestão nos negocios da sociedade em commandita, pena de serem obrigados solidariamente, se applica ás transacçoens commerciaes reciprocas estranhas á gestão da casa commanditada: é de voto, que os art. 27 e 28 do código de commercio não são applicaveis senão aos actos que os socios commanditarios fizessem representando como gerentes a casa commanditada, mesmo por procuração, e que não se applicão ás transacçoens commerciaes, que a casa commanditada pode fazer por sua conta com o commanditario, e reciprocamente o commanditario com a casa de commercio.”

É sobre todas estas consideragoens, accrescenta DAGEVILLE p. 109, que é fundada a sentença do tribunal de Paris, 16 margo 1808, que julgou — “que ainda que uma sociedade seja qualificada de commandita deve ser reputada geral e pura e simples quando os pretendidos commanditarios reservarão para si a administração da caixa social, e a inspecção dos livros com intendencia reciproca.” —

é obrigado com os socios.) Desde que o socio abandona o seu character distincto e particular a lei franceza não quer nem pode considera-lo mais salvo como socio ordinario. Mas o commanditario ou antes o socio assim designado no acto social, que perdeu este nome por sua vontade propria, e que foi compellido a pagar dividas sociaes; tem elle direito de recorrer contra o socio complementario para lhe repor o que desembolçou e pagou alem da sua entrada? — Julgamos com PARDESSUS e DAGEVILLE, que a penal é so em favor de terceiros e não dos consocios, e que LOCRE’ não quiz dirimir a questão nas palavras — *não pode ser mais considerado, salvo como socio ordinario.*

Nada illustra melhor a doutrina do nosso §. do que a causa,

§. 28.

O capital das sociedades em commandita pode ser dividido em acções, sem derogação alguma ás regras estabelecidas para este genero de sociedade.

que ajuntamos no Appendix 2. Ella nos poupa o dizer mais coisa alguma neste lugar.

Se o commanditario, que alem da sua entrada deu d'empres-timo á sociedade, de que é membro, sommas a titulo ordinario, tem direito a obrigar como terceiro credor o gerente da sociedade, a que lhe embolse immediatamente as sommas emprestadas sem esperar as entradas da liquidação — ? — HOBSON, Quest. XIII.

§. 28.) Esta faculdade acha-se accordada pelo art. 38 do *Com. de comm. de Fr.*

Se em acções ao portador? Que não — HOBSON — Quest. XV., e XVI. — Que sim — Cour de Paris 7 fevereiro — Monit. du Comm. 17 — 18 de junho 1832.

Vide HOBSON — Quest. V. p. 14, e Quest. XIV. p. 55.

Quando por um contracto d'associação os fundos da sociedade se dividem em acções, com faculdade de cada socio ceder a quem quizer o numero d'acções que lhe parecer, os cessionarios d'acção, so por isso, tornar-se-hão elles co-proprietarios dos fundos sociaes, e membros da sociedade? Vide MERLIN — Recueil — verbo *Action* — §. 1. p. 107.

Se a sentença dada contra o agente d'uma companhia d'accionistas é executoria contra cada um dos membros dessa companhia — cit. MERLIN — Repert. tom. 1. p. 161.

DUFOUR, Parf. neg. tom. 1. p. 41. diz que a disposição deste §. respeita particularmente aos fundos fornecidos pelos socios commanditarios, que não soffrem perdas senão até á concurrencia desses fundos.

NUMERO 3.

DA SOCIEDADE ANONYMA, OU COMPANHIA.

§. 29.

A sociedade anonyma não existe debaixo de nome social; nem é designada pelo nome d'algum dos socios: qualifica-se pela designação do objecto da sua empresa.

§. 29.) Como promettemos fazer conhecer os diversos nomes, qualidades e especies, que na jurisprudencia Europea se tem introduzido relativos a sociedades, continuamos fallando da sociedade *anonyma* qual a designa o *Con. de comm. de Fr.* art. 29 e 30.

Antes deste codigo este nome respeitava a outra casta de sociedade. Segundo *Jousse* ao tit. 4. da *ORD. de 1673*, esta em nada differia da sociedade em participação. A opinião mais san nesse tempo era, que a sociedade anonyma era o genero da sociedade em participação e da sociedade em *commandita*. E verdadeiramente a sociedade em participação é mais anonyma, do que esta de que tractamos.

Nós designamos oje esta associação pelo nome COMPANHIA.

Companhia antigamente era entre nós synonymo de sociedade. *Acit. ORD. L. 4. tit. 44.* inscreve-se — *do contracto de sociedade e companhia* — e dahi em todo o titulo falla de *companhia*. Oje ainda que se possa dizer *companhia* por sociedade, *companheiro* por socio, contudo, strictamente fallando, oje, em accordo com todas as *Nagoens commerciaes*, entende-se por *companhia* a associação incorporada por carta ou alvará d'instituição; tal como foi entre nós a *companhia do commercio da India*, que teve regimento em data de 26 d'agosto de 1628: — a *companhia do commercio do Brazil* com instituição confirmada por Alv. de 10 de março de 1649: — a de *Cabo-verde e Cucheu*, Alv. de 4 de janeiro de 1690; de *Guine e Macau*: — a *companhia geral do*

Grão Pará e Maranhão de 7 de junho de 1755 : a *companhia geral d'agricultura dos vinhos do alto Douro*, Alv. de 10 de setembro de 1756 : a *companhia geral das reaes pescarias do Algarve*, Alv. de 15 de janeiro de 1773 ; e a *companhia geral do commercio de Pernambuco e Paraíba*, Alv. de 13 d'agosto de 1769.

Ora como estas não são sujeitas ás leis das fallencias, nem tem responsabilidade individual pelas perdas da companhia, ou por perdas algumas alem das respectivas acçoens, que constituem o seu fundo, ellas não entram na lei geral das sociedades : e é por isso que dellas não tractamos neste tractado.

Ha alem destas outras, a que conservamos o nome de *companhias*, e que são rigorosas *sociedades*; quaes são as *companhias de Seguros*. Estas costumão tomar um nome de *distincção*, como *Tranquillidade reciproca*, *Indemnidade*, *Bonança &c.*, e entre nós tem um regimento especifico no REGULAMENTO de Seguros de 30 d'agosto de 1820, no qual o direito, e obrigaçoens de seus socios se achão marcados e regulados no que é especial destas sociedades, que por seu objecto, ponderação, e manejo fizerão necessitar uma mais immediata inspecção e fiscalização do governo.

Os Italianos seguem ainda uma diversa divisão de sociedades mercantis, por que alem da sociedade *em nomes collectivos*, em *commandita*, e em *participação* ou *conta d'ametade*, tem a sociedade *por accoens*, e a sociedade de *capitaes e industria*. Nós já dissemos, e repetimos, que estas são menos uma especie do que um modo de formar o fundo social: aqui pois nos limitaremos a apontar summariamente a jurisprudencia, que lhe respeita segundo a legislação Italiana, para poder comparar-se.

1.^o) A sociedade por *accoens* deve haver um administrador, que pode ser ou do numero dos accionistas, ou um simples assalariado: deve alem disso baver uma pessoa, que fique indefinidamente obrigada por todos os objectos, que formão o fim da sociedade, alias até á concurrencia das dividas legitimamente contrahidas para o dicto fim, ficão obrigados os accionistas ainda alem do capital.

§. 30.

A sociedade anonyma é administrada por mandatarios temporarios, revogaveis, socios ou não-socios, assalariados ou gratuitos. Os administradores so respondem pela execução do mandato, que receberão. Não contrahem, por sua gestão, obrigação alguma pessoal,

3.^o) O administrador é responsavel pela sua administração, e á prestação de contas não so para com os accionistas, porem em concurso mesmo dos credores da sociedade, para effeito, quanto a estes, de obterem a satisfação de seus creditos.

4.^o) Os accionistas não são obrigados senão pela somma do capital das suas respectivas accoens.

5.^o) O credor da sociedade *por accoens* pode accionar directamente aquelle socio, que não tiver realizado na caixa a somma correspondente á sua entrada, quando a sociedade principal devedora não satisfaga o mesmo credor.

DUFOUR, Parf. neg. tom. 1 p. 37 nota, que a lei, donde a primeira parte deste §. 29. foi tirada, falla das sociedades *por accoens*, diversas das sociedades propriamente chamadas anonymas, que os negociantes entre si formão. Do mesmo sentir é SAVARY loc. cit. — Vide o que diz BOUCHER man. des neg. tom. 1 p. 164 sobre a expressão *anonyma*. —

(Veja-se o artigo 538 do nosso Cod. Com., que tambem corresponde aos artigos do Cod. Fr. sup. cit. e ao art. 31. do mesmo.)

§. 30.) Tal é a disposição do art. 32 do Cod. *de comm. de Fr.* Esta é igualmente a nossa legislação ácerca das companhias de que fallamos no §. 29 nota.

DAGEVILLE ao art. 32 Cod. de comm. p. 11.

(Hoje acha-se a mesma disposição consignada no art. 542 do nosso Cod. Com.)

Revogaveis) Julgou-se no tribunal d'appellação de Bruxellas em 9 de maio de 1808, que n'uma sociedade *por accoens* os poderes do socio, que tem a administração da sociedade são

nem solidaria relativamente ás convengoens da sociedade.

§. 31.

Os socios nesta sociedade não respondem por perdas alem da montante do seu interesse na sociedade.

§. 32.

O capital da sociedade anonyma divide-se em accoens e mesmo em quinhoens d'acção d'um valor equal. A acção pode ser exarada em forma de titulo ao portador. Neste caso opera-se a cessão pela tradição do titulo. Se a propriedade é inscripta nos registros da sociedade, a

revogaveis á vontade, salvo se o seu mandato fizer parte do contracto social — DAGEVILLE ao art. 31 do Cod. de Com. p. 114.

§. 31.) A estes socios chamamos *accionistas*. Esta é também a nossa jurisprudencia, e a doutrina do art. 33 do Cod. de *commerce de Fr.*

Se a sentença dada contra o agente d'uma companhia d'accionistas é executoria contra cada um dos membros dessa companhia — MERLIN, REPERT. tom. 1 p. 161. —

DUFOUR, Parf. neg. tom. 1 p. 23. Vide o citado DAGEVILLE p. 117.

(O mesmo se contem no art. 543 do nosso Cod.)

Cumpre notar neste logar como exceição as companhias formadas para fazer o negocio de Banco. Nestás devem as accoens ser passadas não ao portador, mas a individuo designado nellas, e ser a transferencia sempre lançada nos livros da companhia, e devem os accionistas ser responsaveis alem do montante de suas accoens, pelas razoens expendidas por Sir HENRY PARNELL, *Observations on paper money, banking and overtrading* pag. 121 e seg. *On joint stock companies* — e esse é o caso dos Bancos d'Escossia.

§. 32.) Art. 34, 35, e 36 do Cod. de *comm. de Fr.* Esta é igualmente a nossa jurisprudencia, que pode bem colher-se de

transferencia é ali igualmente lançada, e assignada pelo que faz o transporte, ou por seu procurador bastante.

§. 33.

A sociedade anonyma so pode existir por autorização do governo, e approvação do acto, que a institue.

qualquer das cartas d'instituição das companhias, que apontamos na nota ao §. 29. Na *companhia geral d'agricultura dos vinhos do alto Douro* ha um livro especifico para se lançarem pelo secretario estas transferencias. Esta circumstancia nos leva a mencionar uma excellente cautella, de que usou o fundador desta companhia, para prevenir a falsificação das apolices, que é uma contra-senha embebida no sello.

Vide a nota ao §. 28 — DAGEVILLE refere um julgado do tribunal de cassação, que cassou uma sentença do tribunal civil de Sambre e Meuse, 23 ventose, anno 3, decidindo-se que o cessionario d'acçoens d'uma sociedade anonyma não pode, por clausula alguma, ser dispensado do pagamento das dividas da sociedade. Vide os outros dous julgados que refere a p. 120. —

(Esta nossa antiga jurisprudencia passou para os artigos 544 e 545 do Cod. Com.)

§. 33.) Cod. de comm. de Fr. art. 37. — Este é igualmente a nossa Lei e practica. Pode consultar-se o regulamento ou instrucçoens sobre as formulas a seguir para o estabelecimento de similhantes sociedades, que traslada MERLIN l. c. tom. 16. p. 308, e DAGEVILLE l. c. p. 126.

A these do nosso §. nos leva a fallar d'uma associação a que esta doutrina é applicavel: alludimos á associação chamada TONTINA. Importa ella um sociedade de credores de rendas perpetuas ou vitalicias, formada debaixo de condição, de que as rendas, dos que fallecem, accrescem aos que sobrevivem, quer na totalidade, quer até uma certa concorrencia. Chama-se *Tontina* do nome de *Tonti*, um Italiano, que primeiro concebeu a idea, e a poz em practica.

É entre os Francezes questão se o cit. art. 37 de *Cod. de comm.* é applicavel ás Tontinas?

Segundo Aviso do Conselho d'Estado de 1 d'abril e 25 de maio 1809 uma associação da natureza das tontinas não pode ser estabelecida sem autorização do Governo e sem ficar debaixo da sua inspecção — *DAGEVILLE* ao art. 37 *Cod. Com. p. 128.* —

Deixada esta questão, cujo debate se pode ver em *MERLIN* loc. cit. tom. 17. p. 732 é certo, que se este artigo lhe não é applicavel, o é todavia a doutrina do nosso texto, isto é, que para o estabelecimento d'uma Tontina é necessaria licença e autorização do governo.

Lembra-nos de ter lido a Instituição e regulamento d'uma Tontina entre nós estabelecida no 17.^o seculo, cuja data e particularidades não referimos por não termos á mão o logar, onde o lemos.

PARDESSUS, cours de droit commercial (3.^a Edic.) n.^o 970 sustenta, que a *tontina* não é uma sociedade com os seguintes argumentos: diz elle:

“A tontina não é sociedade. Ella não appresenta nem trabalho, nem producto. É uma simples convenção pela qual os co-interessados sacrificão á vicissitude d'uma vantagem pessoal o que terião podido deixar a seus herdeiros.

O trabalho dos administradores consiste em segurar a execução desta convenção: nem produz, nem aufere lucro algum social; uma vez determinada a somma dos capitaes, fica sempre a mesma. A industria, o tempo, as especulaçoens não podem nella mudar cousa alguma; so as vicissitudes da sobrevivencia, vicissitudes, que não dependem nem de trabalho, nem d'industria alguma commercial, favorecem alguns dos co-interessados por beneficios independentes da vontade e dos esforços humanos.”

(A doutrina do §. é a lei do art. 546 do nosso *Cod. Com.*)

NUMERO 4.

DA SOCIEDADE EM PARTICIPAÇÃO, OU CONTA D'AMETADE.

§. 34.

A lei mercantil reconhece as associações commerciaes denominadas *em participação*, ou *de conta d'ametade*. Estas associações são relativas a uma ou mais operações de commercio: tem logar ácerca dos obje-

§. 34.) *Con. de Comm. de Fr.* art. 47 e 48. *Rapport de Mr. Jurd-Panvillier au Tribunal.*

“Os negociantes tem ás vezes occasiões de fazer negociações vantajosas, por exemplo se se tractar de comprar por bom prego a carga d'um navio: porem um so não se acha em estado d'adquiri-la: escreve a outro negociante e propoem-lhe a compra em commum, a ganhos e perdas: este acceita. Haverá então a abrir-se conta respectivamente um pelos fundos, outro pelas fazendas, e lucros ou perdas, se se realizar a venda. Até á conta ha uma sociedade necessaria, que se chama *em participação*, mas de que o adquiridor, que celebrou a transacção, é o unico conhecido do vendedor.” — São as palavras de Dufour, *Parf. neg.* tom. 1 p. 29. —

A sociedade em participação, que segundo Jousse era no seu tempo qualificada como sociedade anonyma, e sem duvida com muita razão, é aquella que tem logar entre duas pessoas, que *convem* ter parte n'uma negociação que uma dellas deve fazer em seu nome. Ella é sem duvida *anonyma*, por que não tem firma; o seu objecto é variadissimo; um é o socio conhecido, que em seu nome faz tudo, e o outro o socio *incognito*.

Ha também uma casta de sociedade em participação, a que chamão *momentanea*, assim a qualifica Dufour, *Parf. neg.* tom. 1 p. 49. Vide nota ao §. 47 por que começa e termina com o tempo, e objecto: por exemplo quando dous se encon-

ctos, com as formas, nas proporçoens d'interesses, e com as condigoens convindas entre as partes.

trão n'uma arrematação de diversos objectos, que respectivamente comprão, e ajustão que terão parte reciproca nas compras de cada um, fazendo depois uma massa da totalidade para ser entre elles partilhada. Dahi o nome conta d'ametade.

“A sociedade em participação, diz MERLIN l. c. tom. 16, p. 309, assimilha-se com a sociedade em commandita, em que n'uma e n'outra, so um dos socios contracta com os credores da sociedade; o outro socio, que é o socio *incognito* nas sociedades em participação, da mesma sorte, que na sociedade em commandita, so tracta directamente com o seu socio principal. Estas sociedades differem em que na sociedade em participação o socio *incognito* é obrigado *indefinidamente*, pela parte que tem na sociedade, a pagar as dividas, que o socio contrahio pela sociedade, quando o socio em commandita so é obrigado até a concurrencia da somma, com que entrou na sociedade.”

Esta doutrina é nova prova do que temos dicto ácerca da legislação franceza da sociedade em commandita. Por que será indefinidamente responsavel o socio em participação, e não o commanditario? não são elles ambos *incognitos*? Não são elles ambos fornecedores de fundos? Não é um outro em ambas estas sociedades o socio ostensivel? Será a differença a maior ou menor duração da sociedade? Mas esta em nada influe, e tanto tempo pode durar uma como outra. Será por que na commandita ha uma firma? Mas que pode isso montar se é defezo ao commanditario apparecer seu nome na firma?

A sociedade em participação, e de conta d'ametade, momentanea ou duradoura, é uma verdadeira sociedade mercantil, de que temos a fallar desde a 2.^a Parte. É por tanto desnecessario o demorarmo-nos mais aqui a seu respeito. Vide §. 53 e §. 74.

(Da sociedade em conta de participação trata o art. 571 e seguintes do Cod. Com.)

NUMERO 5.

DA SOCIEDADE DE CAPITAES E INDUSTRIA.

§. 35.

A sociedade de capitaes e industria contrahe-se por uma parte entre uma ou mais pessoas, que subministrão capitaes para negocia-los tanto no commercio em geral, como em alguma operação particular; e pela outra parte por um individuo, que ministra a industria, isto é a promessa de prestar o seu trabalho na direcção, ou em qualquer ramo d'administração dos objectos sociaes.

§. 36.

A obrigação dos capitalistas é *solidaria*, e se estende alem do capital, em todas as obrigações legitimamente contrahidas por objectos sociaes.

§. 35.) Vide a nota ao §. 26.

Esta, que se dá como *especie* de sociedade de commercio, pode igualmente dizer-se um dos *modos*, por que a sociedade mercantil se contrahe. É d'origem Italiana, e os artigos do nosso texto são tomados do — *PROJECTO di codice di commercio di terra e di mare riformato dalla commissione dietro le osservazioni dei tribunali e camere di commercio del Regno d'Italia*, Milano 1807. O nosso §. é nelle o art. 41.

Neste §. vemos como se celebra ou forma esta sociedade, *scilicet*, com o *fundo* dado por uns, e a industria por outros. Nos seguintes veremos, com que responsabilidade respectiva de uns e d'outros.

(A doutrina do §. é hoje a legislação do art. 567 do *Con. Comm.*)

§. 36.) Art. 42 do cit. *Paor. de Cod de comm.*

Eis-aqui o verdadeiro signal caracteristico da sociedade com-

§. 37.

Em falta de convenção expressa, o socio d'industria participa da quota de lucros egual á do menor capitalista.

§. 38.

O socio d'industria não responde com o seu patrimonio particular para com os credores. É bem assim não pode contrahir em nome da sociedade. Competem todavia em qualquer caso tanto aos socios capitalistas, como aos credores sociaes contra o socio d'industria todas as accoens, que as leis facultão contra o institor, e contra o mandatario infiel ou negligente.

mercial — a *solidaridade*. Os fornecedores de *toda* o fundo social são solidarios nas dividas sociaes *alem* desse fundo; e eis-aquí, por que não ha para que fazer desta uma especie distincta, por que a solidaridade, como temos mil vezes dicto, é da essencia do socio commercial.

(Corresponde o art. 153 do Cod. COMM.)

§. 37.) Art. 43. cit. *PROV. de Cod.* O socio d'industria pode todavia estipular mór *somma* de porção de lucros, do que o outro pela razão dada na nossa ORD. L. 4. tit. 44. §. 9. «Poderá muitas vezes a industria e saber d'algun delles ser de mór valia e proveito para a mesma companhia que o cabedal, que os outros metterem.

(O art. 569 do Cod COMM. contem o mesmo.)

§. 38.) Cit. *PROV. de Cod.* art. 46, 47, e 48.

Tudo o que o socio d'industria confere, e constitue a sua entrada e fundo, é a sua industria, e trabalho. É este o que arrisca somente. Elle não pode contrahir por si para a sociedade: e dahi vem que não deve responder para com os credores e perdas da sociedade pelo seu patrimonio particular.

Era todavia necessario marcar-lhe a responsabilidade; e a esse fim a lei o considerou *institor*, ou *mandatario*, e como tal

NUMERO VI.

DAS PARCERIAS MARITIMAS.

§. 89.

Parceria é uma associação, mas não uma sociedade. Os parceiros são *compartes*, ou co-interessados, mas não socios. A parceria marítima tem logar de tres modos.

responde por sua infidelidade ou negligencia no cumprimento de suas obrigações.

A mesma legislação acrescenta ácerca desta sociedade no art., 44. “Que os lucros da sociedade devem verificar-se no termo do periodo limitado para a duração do contracto, deduzidas as dividas sociaes, perdas e despesas da administração, e capitães dos socios.” — 45 — “Quando não ha convenção de quanto deva perceber annualmente o socio (*personalista*) d’industria, o competente tribunal de commercio fixa equitativamente a quantidade, que porem lhe será levada em conta na quota que lhe tocar sobre os ganhos communs. Não havendo lucros a final, elle não é obrigado a repor o recebido.”

Conhece-se bem desta doutrina, que esta consignação importa *alimentos*.

(A doutrina deste §. deo materia para os artigos 560 e 561 do Cod. Comm.)

§. 39). WHISHOW, v. *Part-owners* p. 229 diz: “Parceiro é o que tem quinhão juncto.”

O uso tem muitas vezes confundido o nome *Parceria* ou *Parceria*, como antes disserão, com *sociedade*. Porem em rigor de direito é contracto diverso. A mesma ORD. L. 3. tit. 59. §. 13. parece toma-la por synonymo de sociedade, em quanto que a do L. 4. tit. 45 a extrema devidamente.

A parceria pois não é sociedade propriamente dicta; por que nella se não dá em parte o que perfaz a essencia e natureza deste contracto, como veremos no seguintes §. §. Os *parceiros* são

§. 40.

Da-se 1.^o) parceria marítima entre os armadores ou co-proprietários d'um navio. Entretanto 1.^o) qualquer parte pode ceder, trespassar, ou vender o seu quinhão no navio sem audiência, e mesmo contra a vontade dos demais partes. 2.^o) Os herdeiros do parte continuam na parceria. 3.^o) Tem voto preponderante e decisivo no destino; armamento e especulação a somma associados, co-proprietários, co-interessados, quinhoeiros, partes, mas elles não são socios, isto é não tem direitos tão amplos como os socios, nem consequentemente obrigações idênticas ás suas.

Estas associações, ou parcerias tem precipuamente logar ácerca de cousas marítimas; e se é absolutamente necessario confundil-as com sociedades, chamem-se-lhe então *sociedades marítimas*, e dem-se-lhe attribuições, que distinguão o seu genero. Parece-nos contudo que o nome *parceria marítima* concorre sobejamente para a desejada classificação.

(A disposição do art. 577 do Cod. é igual á doutrina do §. e nota supra. Veja-se tambem o art. 1321 do cit. Cod.)

§. 40.) A palavra *armador*, em jurisprudencia marítima, applica-se tanto ao commandante d'um navio armado a corso, como ao negociante, que equipar uma embarcação para commercio, MERLIN l. c. tom. 1. p. 469.

Muitas vezes diversas pessoas se juntão na compra ou construcção d'um navio, porque cada um não quer ou não pode compralo ou construi-lo so. E como o navio perfaz um todo, indivisivel como navio, esta indivisibilidade fórça no dominio conjuncto uma especie de communhão de perdas e interesses, e por consequencia uma especie de sociedade necessaria, isto é proveniente da natureza do objecto necessariamente. Dizemos uma especie de sociedade; por que effectivamente não ha entre os partes uma sociedade verdadeira, como fazem ver todas as differenças marcadas no §.

Um socio pode vender ou ceder o seu quinhão na sociedade,

de maior interesse contra a repugnancia do menor, ainda que uma so pessoa tenha aquelle e muitas este. 4.^o) Em regra as obrigaçoens contrahidas ou a responsabilidade incursa por causa do navio não podem exceder ou exorbitar ao seu valor, vindo a ser mais reaes do que pessoas as obrigaçoens em certos casos. 5.^o) Os compartes podem formar, alem da parceria, a que dá causa a sua possessão indivisa, um contracto regular de sociedade, no qual caso são socios com direitos e obrigaçoens de socios.

mas os effeitos deste contracto não são os mesmos, que resultão da venda ou cessão da porção d'um navio: o comprador ou cessionario neste caso representa *absolutamente* o vendedor ou cedente; não assim no caso do socio como veremos adiante. A sociedade termina *absolutamente* com a morte de qualquer dos socios: não assim a parceria. Em regra, cada socio tem um voto inteiro, seja qual for a porção de seu interesse na sociedade: e na parceria é preponderante a somma do interesse segundo a determinação da CARTA REGIA de 30 de Setembro de 1766, esse deduz por arg. da ORD. L. 3. tit. 78. §. 8., e L. 4. tit. 74. §. 3.; com o que é conforme o art. 220 do *Com. de comm. de Fr.* Regularmente as convençoens celebradas por causa do navio não obrigão alem do seu valor; e os socios respondem por seus bens alem do fundo social.

E finalmente apesar de haver uma parceria organizada e regular, os compartes podem alem disso convertel-a em sociedade; o que prova sem replica, que parceria não é sociedade. Vide a nota ao §. 74. — DAGEVILLE.

N'uma palavra: o parceiro é co-proprietario *em commun*, por que a coisa não é divisivel; mas não pode dispor alem da sua parte, nem obrigar a do comparte: e o socio é co-proprietario conjuncto, pode obrigar a totalidade, isto é não so a sua parte, senão o todo da sociedade. Isto baste a mostrar a diffe-

§. 41.

A parceria de armadores ou co-proprietarios d'um navio é em regra administrada por um comparte, que toma o nome de Caixa.

§. 42.

Da-se 2.^o) parceria maritima no contracto de *navegação a partes*, que tem lugar quando aquelles, que compoem a equipagem d'um navio renuncião ás suas soldadas, pondo como em sociedade com os donos do navio a sua industria e fadigas para perceberem proporcionalmente o lucro produzido pelos fretes e ganhos do navio. Este contracto deve ser escripto na presença de todos os cõntrahentes, por elles firmado, e com menção expressa dos que não sabem escrever.

rença, que tantas vezes infelizmente temos visto confundida nos conselhos, e nos julgados.

(A doutrina do §. supra é hoje a legislação vigente, e consignada nos artigos 1322 até 1327 do Cod. COMM.)

§. 41) Este administrador toma o nome de caixa, por que recebe e paga. Elle não é mais do que um *preposto*; os seus direitos e obrigaçoens são as do *institor*. Elle obedece ás instrucçoens dadas, que são a lei da sua preposição, e resultão do accordo da maioria em votos, segundo a somma ou quinhão, dos compartes. Obriga-os nos contractos, que celebra ácerca do navio, mas não os responsabiliza em regra alem do valor d'elle.

Tractando aqui particularmente de sociedades mercantis, é desnecessario accumular neste lugar o que é privativo da jurisprudencia maritima.

(A doutrina do §. corresponde o disposto na primeira parte do art. 1328 do Cod. COMM.)

§. 42.) Esta doutrina deriua da legislação conteuda em todo o tit. 9. do cit. PROJ. de Cod. de comm. para o reino d'Italia. Os nossos chamados *Hiates da costa de Portugal* são ás vezes objecto desta parceria. 1 2223 100

§. 43.

O mestre é o caixa legitimo desta parceria, e contrahindo terceiros com algum da equipagem, este não responsabiliza os demais. Os danos acontecidos ao navio por culpa da equipagem estão a cargo dos lucros, que lhe toção: os que dimanão de defeito nos appparelhos estão a cargo do proprietario do navio: os danos puramente fortuitos recahem sobre todos. Esta parceria da-se ordinariamente nas pequenas embarcaçoens costeiras.

Este contracto é ordinariamente escripto por um dos da companhia, que toma o nome d'Escrivão. Similhantes parcerias ja forão entre nós mais frequentes, do que o são oje. Vide na nota ao §. 79. os dous casos julgados de *Wilkinson v. Frasier*, e de *Mair v. Glenkie*.

(O mesmo que se lê no §. se acha hoje consignado nos artigos 1329 e 1330 do Cod., declarando-se nbi expressamente que o contracto deve ser lançado no registro do commercio.)

§. 43.) Art. 292, 289 do cit. Proj. de Cod. de comm. d'Italia. Fracturando-se o navio na viagem, ou ficando damnificado, em falta d'outros meios, o capitão pode valer-se do dinheiro common por elle guardado para supprir ás reparaçoens occurrentes: ou pode fazer estimar o navio damnificado, e os appparelhos que restão, confrontando-o com o respectivo valor antes da viagem, e ressarcir-se pelos ganhos havidos, dividindo o excesso na forma convinda, art. 285.

Não havendo ganho algum no momento d'um infortunio, a equipagem a nada mais é obrigada, do que a arrecadar do naufragio os salvados; sobre os quaes porem não tem direito algum, art. 286.

Vindo por qualquer razão a faltar no navio um appparelho, adquire-se outro á custa dos lucros communs, ficando aos contrahentes todo o direito sobre o objecto, que faltar, no caso de recuperar-se, art. 287.

O individuo da equipagem, que por caso fortuito perdesse al-

§. 44.

Da-se 3.^o) parceria marítima no contracto, que se faz entre os compartes do navio, os que formão a equipagem, e os donos das cousas carregadas, expondo os primeiros ás vicissitudes do mar as suas embarcaçoens, os segundos os seus salarios, os terceiros as fazendas ou dinheiro carregado: e os lucros e damnos desta empreza social dividem-se pela regra da contribuição pelos respectivos capitaes dos socios-parceiros.

§. 45.

Considera-se capital a esse fim 1.^o) quanto aos compartes do navio, o valor d'elle na época da celebração do contracto. — 2.^o) quanto á equipagem a importancia das respectivas soldadas de cada um, que devem fixar-se na celebração do contracto para estabelecer esta regra. — 3.^o) e quanto aos carregadores o dinheiro que embarção, ou mercadorias, que carregão, pelo preço corrente no lugar e epoca do contracto.

gum effeito seu proprio, é resarcido pelo fundo dos ganhos communs.

(A legislação dos artigos 1331 e 1332 do *Con. Comm.* corresponde á doutrina do §.)

§. 44.) A esta terceira especie de parceria chamão os Italianos *contratto di colonna*. Este contracto faz objecto do cap. VII do cit. *Proj. de Cod. de comm.*; e o nosso §. é o seu art. 267 e 268.

(A doutrina do §. é a lei consignada no art. 1333 do *Con.*)

§. 45.) Tal é a doutrina do art. 268. do cit. *Proj. de Cod. de comm.*

Os agazalhados, que os compartes do navio concedem á equipagem não se avalião como capitaes nesta especie d'associação, art. 269.

O fundo desta parceria não se communica: avalia-se somente para servir de base á rateação dos ganhos, e perdas, nos termos do §. precedente.

§. 46.

Não havendo convenção escripta entre os contraentes, ou não se achando por ella sobejamente provido, tanto ácerca da conservação dos respectivos direitos dos parceiros, como de terceiro, o maior interessado, que se achar no navio ou o commissionado por elle, ou nessa falta o capitão representará a parceria, e ficarão ligados todos os interessados por suas respectivas porções, e nada mais, a tudo, o que do comportamento tanto d'um como d'outro resultar á sociedade, assim activa como passivamente.

SECÇÃO III.

FORMALIDADES, A QUE É SUJEITO O CONTRACTO DE SOCIEDADE, TANTO PARA SUA PERFEIÇÃO INTRINSECA, COMO PARA SUA EXECUÇÃO E PROVA.

§. 47.

Para cabal conhecimento da materia cumpre distinguir

(As mesmas palavras do §. passarão para o art. 1334 do Cod.)

§. 46.) Esta convenção é ordinariamente reduzida a escripto; todavia, nesta falta, o caixa ou administrador da negociação é o interessado em maior somma de valor, e não o havendo, o capitão é o representante nato da parceria, art. 270 do cit. projecto de Cod.

O caixa pois como institor nomeado ou entendido representa e obriga a parceria inteira tanto *pro* como *contra*, nunca porem *alem* dos capitaes, que a perfazem; e responde para com os co-partes pela infidelidade ou negligencia nos termos, em que o preposto responde ao preponente.

(O que se contem no §. se lê, sem differença, no art. 1335 do Cod. Comm.)

§. 47.) Nós promettemos escrever neste tractado particularmente sobre as sociedades *mercantis*; porem diversificando estas

as sociedades e bens ou negocios não-commercialaes, das sociedades de commercio.

ART. 1.

FORMALIDADES DOS CONTRACTOS DE SOCIEDADES DE BENS
OU NEGOCIOS NÃO-COMMERCIAES.

§. 48.

Todas as sociedades devem ser reduzidas a escripto quando o seu objecto excede o valor da taxa, que a lei marca para os contractos, que devem ser celebrados por escriptura publica. Não se admite prova testemunhal contra e alem do conteudo no acto de sociedade, nem sobre o que se allegaŕse haver-se dicto antes ao tempo, ou depois desse acto, ainda que se tractasse d'uma somma ou valor menor do que esta taxa.

tanto, quanto ja temos visto, e ainda teremos occasião de ver, das sociedades *não-commercialaes*, seriamos defectivos se não proseguissemos constantes nesta separação, e comparação, a qual vai tendo logar não ja com a sociedade de commercio qual a consideraremos enfim, senão com aquellas especies, que para inteiro conhecimento da legislação geral deste contracto, temos seguido designadamente e por miudo.

§. 48.) A doutrina deste §. vem da disposição geral da ORN. L. 3. tit. 59. princip., oje triplicada na sua taxa pelo ALV. de 26 de setembro 1814. §. 2. E com ella é conforme o art. 1341 do Cod. Civ. de Fr.

Cumpre todavia entender distinctamente esta materia. Os contractos de sociedade não exigem quer para sua perfeição intrinseca, quer para sua execução, quer para sua prova, salvo as formalidades communs a todas as convenções synallagmaticas. Assim, basta para forma-las o consentimento das partes. De nada monta mesmo, que esse consentimento seja manifestado por palavras, por cartas mandadeiras, ou por factos. Em todos os

ART. 2.

FORMALIDADES DOS CONTRACTOS DE SOCIEDADE DE COMMERCIO SEGUNDO A JURISPRUDENCIA, E DIVISÃO COMMUN.

§. 49.

Nem todas as sociedades mercantis se regulão a respeito de suas formalidades pelos mesmos princípios. As sociedades em nome colectivo ou em commandita devem provar-se por escripturas publicas, ou escriptos particulares; porem neste caso deve exarar-se tantos exemplares

casos é obligatorio. *Societatem coire, et re, et verbis, et per nuntium posse dubium non est. L. 4. Dig. pro socio.*

Porem em falta de prova deste consentimento, fica sem effeito: e a prova não pode ser feita por testemunhas, salvo no caso, sem duvida bem raro, em que o valor do objecto da sociedade não exceda a taxa da lei.

(Sobre a doutrina do §. vejão-se os artigos 591 e 594 do nosso Cod. Comm.)

§. 49.) Não se perca de vista, que nós continuamos a fallar das sociedades mercantis nas suas divisoens e qualidades designadas por alguns codigos europeos: na 2.^a Parte desta obra se verá, o que entendemos precisamente por sociedade mercantil; as divisoens, que realmente presta este contracto; e as suas formalidades quaes as praticão as mais illustradas praças e tribunaes commerciaes, e quaes nascem espontaneamente de sua natureza e essencia. Muita, mas não toda desta doutrina lhe cabe: nós a simplificaremos e reduziremos áquelle ponto de vista, que julgamos o se verdadeiro, em que deve ser olhado. Grande parte do exposto comprehende, o que se chama *subtilezas juridicas*, e resente-se ainda das argucias romanas, que lhe derão origem e que cumpre d'uma vez debellar. O commercio tem mudado grandemente as relagoens sociaes. E se a sociedade civil não está estacionaria, como o poderá ficar a lei, que a governa? Quasi

quantos os socios, com menção especifica em cada um de sua totalidade.

§. 50.

As sociedades anonymas não podem ser formadas scõa por escriptura publica.

desde que ha homens em sociedade ha commercio; mas quem dirá á vista da sua historia, que o commercio d'oje, em todos os seus ramos, é egual ao commercio do seculo passado? Esse mesmo ultimo codigo europeu de commercio, quem ha ahí versado nesta jurisprudencia, que o não reconheça mingoadissimo, e ás vezes de doutrina menos exacta? Pois pouco mais conta de vinte annos. As relações de paiz a paiz, de mercador a mercador tomarão faces nunca antes pensadas: a sciencia economico-politica, que se ha muito nascida, so ha pouco começou a apparecer so e organizada em systema, dilatando as ideas de valor, preço e riquezas, appresentou os contractos civis e commerciaes debaixo d'um aspecto ás vezes novo, ás vezes contrario ao que até então se conhecera.

Cumpra por tanto amoldar a jurisprudencia ás ideas do dia, e não applicar a torto e a direito um principio juridico, que foi verdadeiro em certas circumstancias, mas cujas circumstancias mudarão, cessarão, são outras.

A jurisprudencia pois do nosso §. é tomada do art. 49 do *Con. de Comm. de Fr.*, e do art. 1325 do *Con. Civ.* que aquelle suscita. Esta disposição nada mais fez do que renovar a do art. 1. tit. 4. da *ORD.* de 1673, porem ella é mais imperiosa no *codigo* de que o fôra na *ordenança*. No tempo da *ordenança* podia supprir-se o acto de sociedade, ou pela prova testemunhal ajudada de começo de prova por escripto, ou pelo reconhecimento das partes, ou por qualquer outra especie de prova não-prohibida; porem segundo a legislação do *codigo* não é isso dado, salvo a respeito de terceiros. Acerca dos socios entre si, segundo este *codigo* nada pode suppri-lo; vide o seu art. 42.

(Veja-se o art. 594 do *Con. sup. cit.*)

§. 50.) Entendendo por sociedades anonymas, como vimos, o

§. 51.

Nas sociedades em nome colectivo e em commandita, e nas sociedades anonymas não se admitte prova alguma de testemunhas contra ou além do conteúdo nas escripturas, nem sobre o que se allegasse haver-se dicto antes da escriptura, ao tempo della, ou depois, posto que se tractasse d'uma somma inferior á taxa da lei.

§. 52.

Toda a continuação de sociedade, depois d'expirado o seu termo, sera comprovada por uma declaração escripta dos socios.

que chamamos *companhias*, esta legislação do art. 40. do *Cod. de Comm. de Fr.* é egual á nossa legislação.

(Vide sobre a doutrina deste §. o citado DAGEVILLE pag. 134.)

Toda a companhia que fosse celebrada ou por escripto particular ou sem elle não teria effeito algum.

(A doutrina do §. e ao supra cit. art. do *Cod. de Comm. de Fr.* corresponde o art. 539 do nosso *Cod.* — ibi: *As companhias só podem ser formadas por escripturas publicas.*)

(E companhia significa o mesmo que sociedade anonyma. Dic. Jur. Comm. ver. *companhia*.)

§. 51.) Esta doutrina acha-se consagrada no art. 41 do *Cod. de Comm. de Fr.*, que suscitou a *Ord. de 1673* art. 1. tit. 4. Esta legislação, como vimos, era a legislação puramente civil, que encontramos na *Ord. L. 3. tit. 59.*

(Confira-se a doutrina de DAGEVILLE l. c. p. 136 a p. 151.)

(O mesmo se contem no art. 594 do *Cod. Comm.*)

§. 52.) Art. 46 do *Cod. de Comm. de Fr.*

Esta declaração, e todos os actos, que importão dissolução de sociedade antes do termo fixado para a sua duração no acto, que a estabeleceu, — toda a mudança, ou retirada de socios, — todas as novas estipulações ou clausulas, — toda a alteração da firma social, são sujeitas ás disposições do *Cod. de Comm.* art. 42, 43 e 44. Ommittidas as formalidades ali prescriptas tem lo-

§. 53.

As sociedades em participação podem ser verificadas pela exhibição dos livros, correspondencia ou prova tes-

gar a applicação das disposições penaes do §. 3 do art. 42 do mesmo código.

(A doutrina do §. passou para o art. 595 do nosso Cod. Comm. que corresponde ao cit. art. 46 do Cod. Fr.)

§. 53.) Art. 9 e 50 do Cod. de Comm. de Fr. Como consideramos as sociedades em participação verdadeiras sociedades commerciaes e na 2.^a Parte desta obra temos de fallar dellas mais amplamente, é desnecessario demorarmo-nos mais neste logar a seu respeito.

Vide DAGEVILLE no commentario aos artigos 47 a 50 do Cod. de Comm. desde pag. 152., e nota ao §. 74. — O citado DAGEVILLE nota a p. 160 uma sentença do tribunal d'appellação de Bruxellas de 27 de dezembro de 1810, que julgou, que "ainda que as sociedades em participação não são sujeitas ás formalidades prescriptas para com as demais sociedades, com tudo as contestaçoens que nellas se originarem entre os socios devem ser julgadas por arbitros." —

Foi mui controverso no conselho d'Estado se as provas admittidas neste artigo tinham so logar entre os socios, ou se erão tão-bem admittidas quanto a terceiros. DAGEVILLE com DELVINCOURT, JONNE, SAVARY e POTHIER segue a negativa. Vide l. c. p. 157. — A confissão é um certo meio de prova neste caso, como foi julgado no tribunal d'appellação de Colmar em 21 de maio de 1813. —

Em materia de sociedade em participação a prova testemunhal é admittida não so para provar a existencia da sociedade, porem mesmo para provar, que taes ou taes contractos feitos por um socio tiverão logar por conta da sociedade, e não por sua conta pessoal, cit. DAGEVILLE p. 158.

Quanto a não ser esta associação sujeita ás formalidades prescriptas acerca das demais sociedades, foi julgado pelo tribunal de cassação em 14 de março de 1810 confirmando uma senten-

timunhal. Estas sociedades não são sujeitas ás formalidades prescriptas para as outras sociedades.

§. 54.

A regra estabelecida sobre dever ser reduzido a escripto o contracto de sociedade commercial entende-se obligatoria dos socios entre si; por quanto a respeito de ter-

ça do tribunal de Besançon, que uma sociedade em participação não se reputa ter domicilio ou estabelecimento, e que não é comprehendida no art. 59 do Codice de Pr. Civ., que em materia de sociedades attribue o conhecimento da lide aos juizes do lugar, onde a sociedade se acha estabelecida — DAGEVILLE p. 159.

(As mesmas palavras do §. passarão para o art. 573 do nosso Cod. Comm. que corresponde aos artigos 49 e 50 do Cod. Fr. sup. cit.)

§. 54.) Devem essencialmente notar-se em prova deste §. os julgados, que refere DAGEVILLE commentando o art. 39 do Cod. de Comm. desde pag. 131.

Nos ja tocamos no principio, que as sociedades de commercio podião provar-se por outro meio além d'escriptura. Eis-aqui um aresto do Tribunal de cassação, que assim o julga.

Quintino de Vamber chamou ante o Tribunal de Neufchatel, julgando commercialmente, a Thierry e Sophia Chicard sua mulher, separada quanto a bens de seu marido, para se ver condemnar solidariamente e com prisão a pagar-lhe 133 francos de manteiga vendida e entregue no mercado de Gournay. Thierry foi condemnado á revelia, não comparecendo; porem S. Chicard compareceu e sustentou, que não era mercadora publica.

A 24 de novembro de 1809 ordenou-se; que Vamber provasse summariamente que Thierry e sua mulher vivião em sociedade de commercio, que não tinham senão um e o mesmo armazem, que a mulher estava no uso de comprar e vender fazendas, e que era ella quem habitualmente recebia e pagava.

ceiros o contracto pode ser provado por outros meios de prova, que não por escripto.

A 29 de dezembro julgou-se: — que visto que a mulher civilmente separada de seu marido, volve á integridade das suas acções pessoais, e que pode obrigar-se separadamente, ou em concorrência com o marido; que na especie, em questão, S. Chicard tomou a parte a mais activa do commercio, que parecia fazer em commun com o marido: que resultava das testemunhas de Vamber, que Thierry e sua mulher jamais tiveram salvo um e o mesmo armazem; que compravam fazenda indifferentemente, mas que era a mulher quem as recebia e pagava: condemnava S. Chicard solidariamente com seu marido, e sobre prisão a pagar a Vamber a somma, que pede.

S. Chicard interpoz recurso em cassação; e sustentou que esta sentença violára o art. 1834 do código civil que denega a prova de testemunhas sobre a existencia d'uma sociedade que nos termos deste artigo so podia provar-se por escripto. Sustentou, que este julgado violára o art. 220 do mesmo código, e os art. 636 e 637 do código de commercio condemnando-a pessoalmente, e sob prisão não so sem que se provasse, que fizesse um commercio separado, porem quando so se provava que ella apenas ajudava o marido no seu commercio. Decidio-se finalmente em 23 de novembro 1812:

“Considerando que o art. 1834 do código civil não respeita ás sociedades de commercio: que demais as disposições desta natureza so respeitão aos socios entre si; e não podem ser oppositas a um credor, que contractou na fé d'uma sociedade publicamente reconhecida: considerando alem disso, que se julgou de facto, quer pelos documentos trazidos, quer pelas outras circumstancias resultantes do processo, que a mulher casada Chicard era mercadora publica:

O tribunal denega provimento.” MERLIN l. c. tom. 16. p. 327.

Nos teremos ainda occasião de fazer uso deste aresto.

(O mesmo que se lê no §. se contem no art. 596 do nosso Cod. Comm.)

SECÇÃO IV.

DAS CLAUSULAS MAIS USUAES NO CONTRACTO DE
SOCIEDADE.

§. 55.

As clausulas que mais usualmente se inserem no contracto de sociedade, ou respeito ao tempo, em que de-

§. 55.) Ha outras clausulas, como teremos occasião de ver no progresso desta obra; todavia como menos usuaes as omittimos neste lugar, guardando nos para mostrar o que importão ao tempo, que de cada uma fallarmos.

Aqui todavia não podemos deixar de dizer alguma coisa sobre as *penas convencionaes*, *clausulas comminatorias*, e *clausulas resolutorias*, que entrão muitas vezes nos contractos de sociedade, não quanto a suas formas e especies, que seria impossivel referi-las todas, senão quanto a seus effeitos, e modos de sua verificação.

Diz-se *pena convencional*, em materia de contractos, uma clausula pela qual eu me obrigo a alguma coisa no caso da não execução da promessa, que fiz, ou como a define o *Con. civ. de Fr.* art. 1226 — “clausula penal é aquella pela qual uma pessoa, para se segurar da execução d’uma convensão, se obriga a alguma coisa no caso d’inexecução.”

A obrigação penal, diz POTHIER, *Tr. des obligat.* n.º 338. é sempre accessoria a uma obrigação primitiva. Dahi vem que nunca pode ser maior nem crescer mais que o principal, *ORD. L. 4. tit. 70 princ.* assento desta materia na nossa lei geral.

Uma outra condição necessaria para a validade d’uma clausula penal é, que nada contenha d’impossivel, nem de contrario ás leis e bons costumes, *L. 97. Dig. de verbor. obligat.*, arg. da *ORD. L. 4. tit. 70. §. 3.*

Como o objecto da pena é assegurar a execução da obrigação principal, segue-se que a estipulação da pena não extingue nem

ve começar e acabar a sociedade — ou á administração della, — ou á parte, que cada um dos socios deve ter nos ganhos e perdas, — ou á recompensa que devem ter os

resolve a obrigação principal, e não se deve presumir, que as partes tivessem tido a intenção de fundir esta n'aquella, L. 122. §. 2. Dig. de verbor. obligat.. Daqui resulta, que dando-se logar á pena por falta de cumprimento da obrigação principal, o credor pode em vez de pedir a primeira, seguir a execução da segunda, L. 28. Dig. de actionibus empti.

Quando a promessa, a que se junta uma clausula penal é de dar ou fazer alguma cousa, não se incorre na pena, senão quando o devedor está em mora de preencher a sua obrigação, L. 122. §. 2. de verbor. obligat. « *Quæro an si Flavii Hermetis heres a Claudii herede panam suprascriptam petere voluerit, Claudii heres libertatem Stichæ præstare possit ut pana liberetur: respondit posse.* »

Clausula comminatoria diz-se uma certa pena, que se estipula nos diversos actos ou contractos ou que se acha comminada, quer n'um testamento, quer n'uma lei, quer n'um julgado contra aquelles, que contravierem a qualquer disposição: na qual pena se não incorre todavia *pleno jure*, e nem sempre se executa rigorosamente, Guxor no *Repertorio de Merlin*, tom. 2. p. 782. Mais abaixo diz elle: “ Não ha penas, em que se incorra *pleno jure*; as penas quaesquer que sejam não podem ser infligidas, salvo por julgados, que as declarem incursas. ”

“ A *clausula comminatoria*, diz DAREAU no mesmo *Repertorio*, tom. 3. p. 96., bem como um contracto, não produz o seu effeito, senão depois d'uma interpellação, porque ella é olhada como so estipulada em forma d'amcaça contra a parte, que for negligente em cumprir n'um tempo dado a obrigação para cuja execução interveio a clausula. ”

A *clausula resolutoria* diz-se aquella, pela qual se convem, em que um acto ficará nullo, e resolvido, quer no caso em que uma das partes não tiver preenchido as suas obrigações, quer naquella, em que acontecesse um evento independente da sua

socios, cuja entrada for mais consideravel, que a dos outros.

vontade, GUYOT, loc. cit. tom. 2. p. 786. — Vide essencialmente ORD. Liv. 4. n.^o 72.

“A clausula resolutoria pode applicar-se a diversas convenções; porem ella não se executa sempre rigorosamente, e a convenção não se resolve no tempo determinado, ainda mesmo que se conviesse, que ella se resolveria *pelo mesmo facto*, e sem ministerio de justiça. Uma tal clausula não deve ter effeito senão por arbitrio do juiz, segundo a qualidade do facto e das circumstancias.” — MERLIN *Répertoire universel et raisonné de jurisprudence*, tom. 2. p. 786.

BOULAY-PATY, *des faillites* tom. n. 31 diz — “Il ne faut pas, d’ailleurs, entendre que la nullité de *plein droit*, parce qu’elle est ainsi appellée n’a pas besoin d’être prononcée; car il faut toujours un jugement pour declarer l’acte nul.”

Isto posto, seja qualquer que for a pena ou clausula, que os socios estipulem, e as palavras por que se exprimão, nunca tal pena ou clausula será realizavel sem audiencia do socio, que pretenderem culpado, e consequentemente nunca poderá impor-se salvo em juizo, e por um julgado. Vide C. L. de 25 maio 1773. §. 6, e de 15 de dezembro 1774. É terminante nesta materia o Assent. de 20 de julho de 1780, quando diz — “Assentou-se por quasi todos os votos, que ainda que a pena *pelo mesmo feito* esteja imposta pela lei, SEMPRE é precisa a sentença declaratoria do facto; porque d’outra forma se executaria a pena sem ser ouvido o reo com as defezas, que pode ter, contra os principios de direito natural.” —

Não ha resposta contra a razão, que fundamenta esta decisão. Daqui vem, que apesar de uzarem das palavras — *por esse mesmo feito* — *pelo mesmo caso* — *pelo mesmo feito* — as ORD. L. 1. tit. 88. §. 8. L. 2. tit. 16. *in fin.* tit. 17. *in fin.* tit. 13. *in fin.* pr. tit. 73. §. 1. L. 2. tit. 45. §. 42. §. 55. tit. 28. §. 1. e muitas outras, SEMPRE se faz necessaria uma sentença, o que enfim se prova pela ORD. L. 5. tit. 6. §. 10, aonde se diz por

§. 56.

A sociedade começa no tempo da celebração do contracto, se elle não designa outra epocha: e dura toda a vida dos socios, salvo havendo estipulação em contrario, ou tendo por objecto um negocio de duração limitada.

esse mesmo sem outra alguma sentença, unico caso, em que por contemplações, alheias de desenvolvimento neste logar, se quiz que não tivesse logar o julgado.

Os socios são *contrahentes*, não são *juizes*. O consocio pretendido culpado pode ter defeza. Se os socios fossem competentes para ouvir e determinar a defeza, seriam juizes e partes, o que repugna ao senso juridico. Como a pena sempre é favoravel aos socios restantes, qual podia ser o caso, em que o socio imputa-
do sahisse absoluto sendo julgado pelos demais socios?

DOMAT segue esta mesma opinião, sect. 2. art. 10. p. 87.

Tendo bem em vista os principios juridicos estabelecidos nesta nota, a que ponto não sobe a injustiça, com que foi julgada a causa que apresentamos no appendix 1.^o! Que enorme responsabilidade não tem aquelles desembargadores sobre suas consequencias! E como podem os mesmos seus consocios desconhe-
cer, que retêm o alheio! Ha todavia ainda a seguir meios juridicos, e deve esperar-se, que ainda um dia a justiça e a razão serão triunfantes.

(Veja-se o art. 592 e seg. do Cod. COMM.)

§. 56.) Deve em regra expressar-se o tempo, em que a sociedade deve começar: elle todavia pode fazer-se dependente d'uma condição. Eu posso, por exemplo, estipular com o meu socio, que a sociedade começará quando elle estiver estabelecido em Lisboa.

Não sendo expresso o tempo, que deve durar a sociedade julga-se que as partes se associarão por todo o tempo da sua vida: assim a doutrina do nosso §. tomada dos art. 1843, 1844 e 1869 do Cod. civ. de Fr., doutrina em parte identica á da ORD. LI. 4. tit. 44. princip.

(Veja-se os art. 598 e seg. do Cod. COMM.)

§. 57.

Quando, pelo contracto, os socios confiam a um dentre si a administração dos negocios da sociedade, elles podem estender ou restringir-lhe a confiança como julgarem a bem.

§. 58.

O socio encarregado da administração por uma clausula especial do contracto, pode fazer, não obstante a opposição dos outros socios, todos os actos que dependem da sua administração, com tanto que seja sem fraude.

§. 57, 58, 59, 60.) A doutrina destes §. §. encontra-se nos artigos do *Cod. civ. de Fr.* 1856, 1857, e 1858.

Quando tractarmos dos direitos e obrigações dos socios, e do como a firma pode ser por elles responsabilizada desenvolveremos mais amplamente esta materia; por agora todavia lançaremos aqui as doutrinas, que sirvão de base áquelle desenvolvimento, e que apoiem o nosso texto debaixo do mesmo ponto de vista, em que nesta 1.^a Parte tractamos das sociedades commerciaes e não-commerciaes.

Quando as partes se não explicarão sobre a extensão do poder d'administrar, que confiarão, este poder abrange, relativamente aos negocios da sociedade, o que costuma abranger a procuração geral, que cada um dá a outrem para administrar seus bens. Com effeito, o que tem a administração dos negocios da sociedade é como o procurador geral dos seus socios: em consequência pode fazer todos os actos, e tractados relativos aos negocios da sociedade, taes como receber, o que devem os devedores da sociedade, e dar-lhes quitação; empregar os meios necessarios para obter o pagamento, do que á sociedade se deve; pagar as dividas, por que ella é responsavel; tractar com os obreiros empregados no serviço da sociedade; comprar as cousas, de que ella carece, e vender as que são destinadas a ser vendidas.

Entre tanto, ainda que o socio administrador pode vender as mercadorias da sociedade, elle todavia não poderá vender a ca-

Este poder não pode ser revogado sem legitima causa, em quanto dura a sociedade; porem se foi concedido por acto *posterior* ao contracto primordial, é revogavel como um simples mandato.

§. 59.

Quando muitos socios são encarregados d'administrar, sem que as suas funcçoens sejam determinadas, ou sem que tenha sido expresso, que um não podesse obrar sem o outro, podem fazer, cada um separadamente, todos os actos de tal administração.

sa do escriptorio della, os seus moveis, e outros utensilios do commercio; nem pode dispor por doação dos effeitos do commercio; salvo fazer estrêas, ou gratificaçoens de pequena monta, que são de costume fazer-se.

Ora ainda, que dissemos, que o poder do socio que *pelo contracto* foi estabelecido socio administrador dos negocios da sociedade é igual ao poder d'um homem, que tem uma procuração geral para administrar os negocios de qualquer outra pessoa, ha todavia entre estes dous administradores uma differença notavel. O poder do segundo como é revogavel conforme a natureza do mandato, pode, inscios os que lhe derão a procuração, fazer todos os actos dependentes da administração, que lhe confiarão; mas não pode fazer nada contra a vontade delles logo que lha sação saber: pelo contrario, o poder d'administrar concedido ao socio pelo contracto da sociedade, sendo uma das condiçoens desse contracto, não pode revogar-se em quanto durar a sociedade; e assim este socio pode, ainda contra a vontade de seus companheiros, fazer todos os actos, que dependem da sua administração com tanto que seja sem fraude, e a bem da sociedade.

Outra cousa seria se o poder d'administrar não tivesse sido concedido a um dos socios, se não por um acto *posterior* ao contracto de sociedade: este socio não seria em tal caso mais do que um simples mandatario, que seria revogavel, e não poderia fazer cousa alguma contra a vontade dos consocios.

§. 60.

Estipulando-se, que um dos administradores não poderá fazer nada sem o outro, um so não pode, sem nova convengão, obrar na ausencia do outro, ainda que este se achasse na impossibilidade actual de concorrer para os actos d'administração.

§. 61.

Quando a escriptura social não determina a parte, que cada socio deve ter nos lucros e perdas, a parte de cada um será na proporção da sua entrada no fundo social. A respeito daquello, que entra meramente com a sua industria, a sua parte nas perdas e ganhos será regulada como a do socio, que forneceu a menor entrada. Se os socios estipularão e convierão, em que isso fosse regulado por um terceiro, o seu arbitramento não pode ser destruido, salvo sendo evidentemente contrario á equidade. Passados porem tres mezes, a parte que soube do arbitramento, ou que por sua parte de qualquer modo começou a executa-lo, não poderá oppor-se contra elle.

Se pelo contracto se deu a muitos socios a administração dos negocios communs, e esta administração se dividio entre elles, de sorte que um, por exemplo, foi preposto para comprar fazendas, e outro para as vender, cada um delles so pode fazer os actos relativos á parte d'administração que lhe foi confiada. Porem se não houve partilha d'administração, cada um pode fazer valiosamente sem o outro todos os actos concernentes a administração da sociedade, salvo havendo-se estipulado, que um não poderia fazer nada sem a concurrencia do outro, MERLIN l. c. tom. 16. p. 327.

(Conforme com a doutrina dos §. §. supra é oje a disposição do art. 614 e 615 do nosso Cod. Comm.)

§. 61.) Os art. 1853, e 1854 do Cod. civ. de Fr. tem esta doutrina; e em parte é conforme, por que so legisla em parte, á Ord. L. 4. tit. 44. §. 9.

§. 62.

A convenção, pela qual um dos socios auferisse a totalidade dos beneficios é nulla. E bem assim o é a estipulação, que izentasse de toda a contribuição, a respeito de perdas, as sommas ou effeitos entrados nos fundos da sociedade por um ou mais dos socios.

Toda esta doutrina tem de ser trazida de novo com applicação exacta a *hypotheses*, e á sociedade mercantil, qual deve ser considerada tal.

(Veja-se o art. 559 do Cod. COMM. e atraz o §. 37.)

§. 62.) É expresso no art. 1855 do Cod. civ. de Fr.

Quando a intenção dos contrahentes não é partir a sociedade em porções eguaes, deve pelo contracto da sociedade regular-se a parte que cada um deve ter tanto nos fundos da sociedade, como nos ganhos e perdas.

Pode haver convenção, por exemplo, que em recomponza da sua industria e trabalho, um dos socios não supportará perda alguma nas que soffrer a sociedade. Pode igualmente avaliar-se n'uma certa somma o preço do trabalho, d'um tal socio, e estipular, que será tirado do fundo social antes da partilha, MENLIN l. c. tom. 16. p. 323.

A ORD. L. 4. tit. 44. §. 9, fundamenta em parte o nosso §.

Não deve todavia confundir-se, o que acabamos de dizer, com o que se lê no texto: o socio, que entra com *sommas* ou *effeitos* não pode estipular, que esta entrada não comporá perdas: mas não é assim com o socio d'industria, que é entrada, que elle consome d'antemão, e a todo o evento.

(A doutrina do §. é a lei do art. 532 do nosso Cod. que corresponde ao cit. art. 1855 do Cod. civ. de Fr.)

SECÇÃO V.

DA ASSOCIAÇÃO D'UM TERCEIRO Á PARTE D'UM
DOS SOCIOS.

§. 63.

Qualquer socio pode, sem o consentimento dos seus consocios, associar uma terceira pessoa relativamente á parte, que tem na sociedade: mas elle não pode sem este consentimento associa-la á sociedade, ainda sendo administrador.

§. 63.) Art. 1761 do Cod. civ. de Fr.

Vide a nota ao §. 23, e ao §. 74.

Como cada socio não tem direito de dispor dos bens da sociedade, salvo até á concorrência da parte, que nella tem, segue-se que pode sem concurso dos socios associar um terceiro á sua parte: mas que não pode sem o seu consentimento associar este terceiro á sociedade. Dahi a regra de direito: — *socius socii mei non est meus socius*.

PANDECTUS I. c. esclarece esta doutrina em os n.^{os} 973 e 974 dizendo:

“É da essência da sociedade, que os socios se escolhão. Dahi, nenhum socio pode forçar os outros, a que recebam em seu lugar uma pessoa, a quem cedesse todos ou parte de seus direitos, nem mesmo sendo administrador admittir um novo socio. A admissão d'um novo socio, seja qualquer que for a época, deve ser o effeito da vontade unanime. A maioria não poderia ordena-la contra o menor numero, ainda que aquelle ou aquelles, que o constituem não quizessem dar motivo algum da sua recusação. As clausulas do acto da sociedade, ou convençoens posteriores podem modificar esta regra.

“Uma cousa é a faculdade de ceder a um terceiro a parte, que cada um tem na sociedade, outra cousa é o direito, que tem todo o socio d'associar alguem á sua parte.

§. 64.

Se este terceiro, por culpa sua, causa algum damno á sociedade, esta não só tem acção contra elle, mas tãoobem contra o socio cedente para a reparação do damno causado.

§. 65.

O associado cessionario não é obrigado a contribuir na reparação das perdas sofridas pelo cedente em consequencia d'insolvabilidade dos socios deste.

Na cessão o cessionario é obrigado a todos os encargos de que a parte do cedente é ou se acha gravada em consequencia d'operações relativas á sociedade, feitas sem fraude, salvo o seu recurso contra elle, se não tomou isso sobre si.

Quanto ao direito que tem o socio d'associar outrem ao seu quinhão, elle pode exercê-lo sem autorização alguma de seus socios, se o não renunciou na convenção.²²

(A doutrina do §. é oje a lei consignada no art. 586 do Cod. COMM.)

§. 64.) MERLIN l. c. tom. 16. p. 329.

Todavia na hypothese inversa não é a mesma a jurisprudencia, isto é pelos mesmos principios estabelecidos na nota precedente se segue, que se depois de ter contractado uma sociedade contigo, tomo um terceiro por socio, e este vem a alcançar lucros provenientes d'effeitos da sociedade, ao me deve disso conta a mim, que o associei, e não a ti, que não és seu socio. É esta a decisão da Lei de 21. Dic. *pro socio*. Tu só podes exigir que eu dê conta á sociedade do que della tirei para pôr nas mãos deste terceiro.

(As palavras do §. passarão para o art. 587 do Cod. COMM.)

§. 65.) Salvo havendo convenção em contrario, MERLIN *Recueil de Questions de droit*, palavra — *Croupier*.

O socio cessionario não é obrigado responsavel para com terceiros como socio, WOOLRYCH, p. 301.

O socio cessionario forma com o cedente uma verdadeira associação em participação, vide nota §. 74.

(No art. 588 do Cod. se lê o mesmo que no §. supra.)

PARTÉ II.

DAS SOCIEDADES DE COMMERCIO: DOS SOCIOS: SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES: E RESPONSABILIDADE DE SEUS SOCIOS.

TITULO I.

DOS PRINCIPIOS, POR QUE AS SOCIEDADES DE COMMERCIO SE REGULÃO — SUAS ESPECIES REAES: — FORMAÇÃO, E CONTRAHENTES.

ART. I.

DIREITO, POR QUE AS SOCIEDADES DE COMMERCIO SE REGULÃO, E SUAS ESPECIES REAES.

§. 66.

Temos visto qual é a natureza do contracto de sociedade *em geral*; quaes as suas condições; e objectos que lhe podem ser materia: fallamos depois das suas espécies, quaes em regra são reconhecidas pela jurisprudencia de diversas nações europeas: expendemos as suas formalidades tanto para a sua perfeição intrinseca, como para a sua execução e prova: expozemos as clausulas mais ordinarias do contracto de sociedade; e tocamos enfim na associação de terceiro á parte d'um dos socios: — passaremos agora, segundo nosso proposito, a tractar

§. 66.) Por evitar repetições referimos nossos leitores ao que dissemos na nota ao §. 19, que fundamenta a doutrina do presente.

particular, e especificamente do contracto de sociedade commercial, sem mais attenção á sociedade não-commercial, de que so fallamos para bem fazer sentir as differenças entre o direito geral e o direito commercial, ou direito d'exceição, que regula este contracto. A convenção, como vimos, é a sua primeira lei: dahi as leis particulares do commercio: e enfim na falta disto o direito civil propriamente dicto, e os usos do commercio.

§. 67.

A sociedade na divisão juridica, como vimos, é *universal*, — ou *particular*. Em accepção stricta pode dividir-se em *commercial*, e *não-commercial*. Deixadas as es-

§. 67.) Cumpré prenotar neste logar com PARDESSUS, *Cours de droit commercial* (3.^a edic.) n.º 966, que “a palavra *societate* em commercio tem dous sentidos. Exprime o contracto, e outras vezes significa o *corpo moral* formado pela reunião das pessoas.”

No sentido *latissimo* da palavra *commercio* pode dizer-se, que toda a sociedade é *commercial*: entretanto ella sofre restricção pelo que segundo a jurisprudencia mercantil se entende *factos*, e *actos* de commercio, que são estes — 1.^o) Todos os actos relativos ao tráfico e negocio de generos e mercadorias entre negociante e negociante — 2.^o) Todas as empresas de manufacturas, commissoes, transportes por terra e agoa, construcções de navios, expedicoens e viagens por mar e por terra, por fim e razão de commercio. — 3.^o) Todas as operaçoens de cambio e de banco, e toda a firma mercantil posta em qualquer papel ou acto contendo obrigação do negociante que a firmou. Vide o *Cod. de commercio de França* art. 631, — e o nosso *Regimento do consulado* de 1593. §. 7., monumento da sabedoria de nossos maiores, e accusação continua da ignorancia das geraçoens, e governo que lhes succedeu.

Definindo o termo *negociante* por todo aquelle, que se emprega no commercio de fazendas ou dinheiro como profissão sua ha-

pecies, de que fallamos para informação geral da jurisprudencia do contracto, dizemos, que a sociedade *commercial é permanente*, — ou *momentanea*: — *geral* no objecto, — ou *singular* na empresa.

Companhias e parcerias, propriamente fallando, são associaçoens *sui generis*; não sociedades.

bitual, comprehenderemos os *mercadores* e *banqueiros*; e assim teremos a idea precisa do que entendemos, especificados os actos de commercio, e do que se entende por *sociedade commercial*.

A sociedade ou tem uma duração desde logo fixa, ou dependente da vontade dos contrahentes; — ou começa e termina com uma transacção, com um facto. — E assim aquella pode ser *geral* no objecto; esta é *singular* na empresa ainda que repetida. Desta é exemplo o que se chama *conta da participação*. Ella não carece de publicar-se, de comprehender-se em contracto solemne escripto: prova-se pelos livros, correspondencia e testemunhas como vimos. Esta differença porem de solemnidades é o seu característico, *Cod. de comm. de Fr.* art. 47 e seguintes, *Cod. de Prussia*, P. 2. tit. 8. n. 615 e seguintes.

As sociedades *permanentes* são as sociedades *commerciaes* propriamente dictas: tem uma firma, uma participação ou noticia, um domicilio, e enfim o que teremos occasião d'especificar neste Tractado.

Não temos por tanto para que descer a outras algumas especies, a outras denominaçoens barbaras, e a outra nomenclatura, que concorre mais a obscurecer as ideas do que a fixa-las; e que em ultima analyse é mais gradação de modo, do que verdadeira especie do genero geral — *sociedade mercantil*.

(Veja-se o art. 526 do *Cod. COMM.*)

ART. 2.

QUEM PODE SER SOCIO COMMERCIAL, E COMO CELEBRAR-SE
O CONTRACTO.

§. 68.

Toda a pessoa pode celebrar o contracto de sociedade mercantil não tendo *incapacidade*, — ou *proibição legal*.

§. 68.) BOUCHER, *Man. des Neg.*, toca a questão: — se as leis romanas e francezas, prohibindo o commercio aos magistrados e empregados publicos, se intendem defender-lhes entrar n'uma sociedade em commandita? — Vem no tom. 1. p. 170.

A doutrina deste §. não é particular ao contracto de sociedade; é generica a toda a convenção civil ou commercial. Cumpre partir sempre d'um principio fundamental na materia, e nunca deixar de repeti-lo, e é que toda a convenção depende essencialmente do *consentimento* das partes. Ora, so é verdadeiro consentimento o *livre e reflectido*; por que consentir é *querer e escolher*. E nós não podemos querer, senão o que nos é bom; nem podemos escolher senão o que conhecemos. Nos não queremos realmente o que conhecemos, se por alguma *violencia* ou *captação* a nossa escolha não é obra do nosso proprio discernimento ou da nossa liberdade. Ha muitas pessoas, em quem se não to-pão estas duas qualidades, *escolha e liberdade*; ou se julga não se encontrarem. Ha outras, que são dellas desprovidas pela natureza: os *furiosos*, os *imbecis*, os *infantes*. Outras, em quem a lei as não presume, ou reputa equivocos, em certos casos, os *signaes*, que appresentão: os *menores*, os *surdos e mudos*. Estes as *incapacidades*.

Ha outras incapacidades, que entrão ou participão do que se chama *proibição* no nosso §.; e essa incapacidade se dá naquelle, a quem a lei tirou o exercicio das primeiras faculdades de homem por effeito de sua reprovação, ou providencia, ou sabedora: as *pessoas civilmente mortas*, os *interdictos*, as *mulheres*

debaixo do poder do marido em muitas circumstancias, MERLIN
I. cit. tom. 3. p. 778.

Sobre a *proibição legal* propriamente dicta somente nos occorre de positivo entre nós a disposição do Alv. de 15 de novembro de 1760 que estabelece, que ninguém pode fazer sociedade mercantil abrindo loja em seu nome sem della receber ao menos ametade do lucro. Ainda que não sabemos, que este Alvará esteja revogado, não concebemos contudo como seja praticavel. São nullos os contractos de sociedade nas Rendas Reaes feitos pelos ministros ou officiaes de justiça, Alv. de 10 de janeiro 1678.

Achamos na Cart. de L. de 30 d'agosto de 1770, que não pode haver sociedade mercantil entre negociantes de Lisboa sem serem matriculados na Junta do commercio inserindo-se nas escripturas do contracto as competentes cêrtilhoens, e com pena de suspensão aos tabelliaens, e nullidade do contracto.

E' tempo de estabelecer á frente d'um codigo de commercio a maxima de que — Toda a pessoa tem direito a exercer o commercio em qualquer parte do reino: o exercicio deste direito é garantido e regulado por disposiçoens particulares. ” O commercio medra na franqueza e liberdade; definha-se e morre nas restricçoens. O contracto de sociedade admittindo a entrada d'um fundo, sem que nem o nome, nem a gestão do seu proprietario appareça, parece que não sofre exceição alguma, nem é susceptivel de restricção ou prohibiçoão alguma neste particular.

Cumpre todavia notar ácerca das distincçoens, que fizemos sobre as *incapacidades*, que ellas produzem effeitos differentes segundo suas diversas causas. Donde as obrigaçoens dos infantes, dos insensatos são nullas de per si, por que taes pessoas nunca podião dar um consentimento valido. Porem as dos interdictos, das pessoas civilmente mortas não o são, salvo do dia da interdicção, e da condemnação. As obrigaçoens dos menores não são nullas, senão em quanto revertem em sua desvantagem; por que a lei não quer que sofram pelas consequencias da fraqueza e facilidade da sua idade.

§. 69.

O menor pode ser socio quinhoeiro de lucros; porem pode recorrer ao *beneficio* da lei para não responder por perdas. Se tocando a maioridade não declarar, que não quer continuar na sociedade, responde por todas as convençoens subseqüentes contrahidas pela firma.

Pelo contrario as mulheres debaixo do poder do marido não podem em caso algum contractar validamente, por que a autorização, a que são sujeitas, é uma homenagem, que se lhes fôrça a prestar á autoridade marital, ao mesmo tempo que é uma precaução contra as imprudencias a que poderia arrasta-las a sua falta de conhecimentos nos negocios. Cumpre todavia exceptuar os casos, em que ellas fazem supprir a antorização do marido pela da justiça, MENLIN l. c. p. 778.

(No art. 621 do Cod. Comm. se vê o mesmo que no § supra, e á diante da palavra *incapacidade* se lê — *para ser commerciante*.)

§. 69.) O direito introduziu em protecção dos menores o *beneficio da restituição* contra actos e factos, de que proviesse damno a seu patrimonio. Este beneficio é consagrado na ORD. L. 3. tit. 41, e 42 em geral; e em casos analogos ao presente e deduzidos da mesma razão de decidir o achamos contra as partilhas na ORD. L. 4. tit. 69. §. 21, — contra a prescripção, na ORD. do mesmo L. tit. 79. §. 2. — e contra a acceitação da herança no mesmo Livro tit. 87. §. 3.

Sobre a segunda parte deste §. diz WOOLRYCH p. 299. “Uma pessoa menor de vinte e um annos (época desde que começa a maioridade segundo a lei Inglesa) appresentou-se e agiu como socio até estar quasi a tocar na idade, porem desde então não fez mais acto algum social. Sendo accionado por certas fazendas defendeu-se com a minoridade: o tribunal disse, que obrando qualquer como socio, até que participe, que cessou de o ser, os que contractão com a firma na fé da supposta sociedade podem considera-lo como tal; e elle é por isso obrigado: — que o menor devia ter participado, ao tocar a idade, que elle descon-
tinuava na sociedade.” — Caso de *Goode v. Harrison*.

§. 70.

Os socios, em geral, costumão reduzir o seu contracto a escripto. Nelle podem entrar todas, e quaesquer estipulaçoens mutuas, que não repugnem á justiça natural.

(Veja-se o art. 622 do *Con. Comm.* que contem o mesmo que o §. referindo-se expressamente ao menor, não commerciante, por que só este é que pode gozar do *beneficio*, visto que o menor commerciante, para ser declarado tal, renuncia previamente ao *beneficio da restituição*, nas obrigações que contrahir como negociante, artigos 15 e 25 do cit. *Con.*)

§. 70.) HORSON — Quest. 9 e 17.

Note-se como dizemos, que os socios em geral costumão reduzir o seu contracto a escripto. Nós não supponmos que é da *essencia* do contracto de sociedade mercantil o ser reduzido a escripto: porem isto carece algumas reflexoens mais.

Segundo o *direito civil* propriamente dicto todos os contractos, que envolvem um valor excedente a certa taxa devem ser celebrados por escriptura publica como vimos: assim a *Ord. L. 2. tit. 59*, e o *Alv.*, que a triplicou. E que nesse caso todas as sociedades devem ser reduzidas a escripto, sem admittir prova testemunhal *contra* ou *alem* do conteudo no instrumento, o dispõem o *Con. Civ. de Fr.* art. 1834; no que nesta parte concorda a cit. *Ord.* in fine princ., e §. 3., como egualmente vimos.

O *Con. de Comm. de Fr.* porem no art. 39 manda, que as sociedades em nome *collectivo* e em *commandita* possam ser feitas por actos *publicos* ou *particulares*; por que as *anonymas* so por actos *publicos* podem ser celebradas.

O *Con. da Prussia* fallando da sociedade commercial *permanente*, debaixo d'uma firma, diz que os socios são obrigados a este respeito a redigir um contracto *por escripto*, P. 2. tit. 8. n.º 617; quer pois que seja escripto sem taxar a solemnidade formal.

A *CART. de L. 30 d'agosto de 1770*, §. 61 diz que os negociantes de Lisboa, que não são matriculados não podem fazer *escriptura* de sociedade mercantil, — pena de nullidade.

Estas condições, ou estipulações contudo não podem desresponsabilizar nenhum da firma a respeito de terceiro.

§. 71.

O contracto de sociedade, portanto, differe muito em muitos casos, segundo a quantidade de capital e indus-

Por estas e outras determinações *impensadas*, que contem esta lei, acontece, que não tem observancia.

E' certo, que os escriptos dos homens de negocio e mercadores não se regulão pela ordenação, mas pelas leis commerciaes e maritimas e costumes das nações, segundo as palavras do Assento de 23 de novembro de 1769, corroborado pelas maximas da L. de 18 d'agosto de 1769 §. 9, e ALV. de 30 d'agosto de 1793. E' certo, que a mesma ORD. L. 3. tit. 59. §. 13 suppoem, que se pode contrahir sociedade mercantil *sem escriptura publica*.

Nestes termos a citada legislação da Prussia é a que nos parece dever ser a nossa lei; o que mais se confirma pela maxima estabelecida na L. de 20 de junho de 1774 §. 42, aonde se diz que os escriptos dos homens de negocio tem força d'escriptura quanto ao seu commercio.

Vide WOOLRYCH, p. 298 in fin.

Estipulações) — Tudo pode ser objecto de convenção, e condição d'um contracto, uma vez que não encontre a sua essencia, e a justiça natural: entre tanto como os socios não so tem deveres e obrigações reciprocas entre si, mas tãobem para com terceiros, os concertos, que entre si fizerem ignorados de terceiros não os obrigão a respeito dos socios, como teremos occasião de ver. Umas das estipulações, que ás vezes entrão no contracto são acompanhadas de *penas*: destas *penas convencionaes* fallamos em outra parte.

(Sobre a doutrina do §. vejão-se os artigos 529, 550, 591, e 593 do COD. COMM.)

§. 71.) Uma das grandes differenças nesta qualidade é o quinhão de ganhos e perdas igual ou desigual, vide a ORD. L. 4. tit. 44. §. 9. As demais se conhecerão pela lição deste Tractado, sendo possível reuni-las n'um ponto. Basta pois trasladar neste

tria, com que entrão as diversas partes; e tãobem segundo as vistas, com que a sociedade possa ter sido formada.

§. 72.

E' regra geral em direito commercial, que a maioria em numero de socios não tem faculdade d'entrar em projectos diversos dos expressamente especificados na convenção; contra o consentimento d'um dos socios. Este pode insistir no inteiro adimplemento dos artigos da convenção. De nada monta que lhe offereção uma indemnização no caso de perda: elles entrarão n'um contracto, que são adstrictos a cumprir, e cujo cumprimento cada qual pode requerer e exigir.

Todavia nos artigos do contracto pode estipular-se que a maioria tenha o poder de ligar o menor numero; e nesse caso cessa a regra estabelecida.

logar por uma vez a disposição do cap. X. art. XIV. das *Orden-de Bilbao*, que diz assim: "O companheiro, que unicamente poz por capital da sua companhia sua mera industria, será visto que os ganhos, que della resultarem até á sua conclusão estarão sujeitos ás perdas, que acontecerem; porem se algum pizer parte de cabedal juntamente com a industria, o todo será sujeito á proporata das mesmas perdas que succederem."

(Veja-se o art. 526 do *Con.*)

§. 72.) O *Con. da Prussia* P. 1. tit. 17. n.º 194, e P. 2. tit. 8. n.º 631 ministra argumento a sustentar esta doutrina. A convenção das partes é a sua primeira lei: ella deve ser strictamente guardada. Mudar d'objecto é alterar a convenção, e assim como para o seu primario estabelecimento se careceu de consentimento *unanime*, desse deve carecer-se para a sua alteração substancial. Quando porem no contracto se faculta essa alteração á maioria, renuncia-se a um direito, e esta renuncia constitue a legalização da alteração, que a maioria faça.

No tit. dos *direitos e obrigações dos socios* teremos de estabele-

§. 73.

E' costume entre negociantes o convencionar-se, que nenhum dos socios se empregará particularmente no mesmo negocio, que faz o objecto da sociedade. Omittida esta clausula a equidade pede, que não seja dado ao socio entrar em empresa, que esteja em contradicção com os interesses da firma social.

cer as verdadeiras theses desta jurisprudencia. — Vide PARDessus *Cours de droit Comm.* (3.^a Ed.) n.º 979.

(O art. 641 do Cod. corresponde á doutrina do §.)

§. 73.) CAREY, p. 6. — Cod. da Prussia P. 2. tit. 8. n.º 636, 637. — Vide infra §. 98.

Se um commerciante faz commercio, por uma parte so e em seu nome pessoal, e por outra com um ou mais socios em nome collectivo, os credores da sua casa de commercio em nome pessoal não tem privilegio algum sobre o seu haver com preferencia aos credores da casa de commercio em nome collectivo, sentença do tribunal de cassação de 18 d'outubro 1814. — DAGEVILLE, art. 22. Cod. de Comm. p. 93.

Mas os bens que compoem o activo d'uma sociedade respondem por privilegio pelo pagamento aos credores da sociedade, com exclusão dos credores particulares do socio. — Sentença do tribunal real de Paris de 10 de dezembro 1814. — cit. DAGEVILLE.

A ORD. de Bilbao cap. X. art. XV. tem a seguinte disposição — “ Quando algum da companhia pozer nella porção de cabedal, que ha-de ter a perda ou ganho, até que a seu tempo seja finalizada, ou de commum consentimento se dê por acabada antes d'elle, e tendo tãobem outros cabedaes quizer empregalos em negocios particulares, o poderá fazer, contanto que nelles exponha distinctamente seu proprio nome e firma particular, para que em nenhum tempo se confundão os expressados negocios seus com os da companhia.” Vide WOOLRYCH, 314.

Se o socio se retira da sociedade no meio do tempo, a regra é, que pode empregar-se como quizer; entre tanto nesse caso ás vezes se concorda, em que o socio, que sahe não possa em-

§. 74.

Havendo artigos sociaes o negocio deve ser por elles regulado em toda a extensão, que abrangem. Como a

pregar-se no commercio objecto da sociedade; e entre os Ingleses pode isso ser um objecto de prego, e o socio que sahe compellido a obedecer; todavia elles mesmos fazem differença da sociedade commercial, e da *professional*, sustentando que esta, qual a que se faz entre letrados, procuradores, cirurgioens, &c. não é sujeita a similhante obrigação, WOOLRYCH, 316. Entre nós é prohibido aos procuradores o fazer entre si companhia sobre o salario, Ord. L. 1. tit. 48. §. 11. — Ignoramos a razão desta prohibição.

(Sobre a hypothese do §. supra legisla o art. 617 do Cod., e quasi no mesmo sentido.)

§. 74.) Vide nota ao §. 34 e ao §. 53.

A convenção dos contrahentes é a primeira lei, que elles a si pozerão contractando. Consequentemente ella é a base principal, sobre que deve appoiar-se a regulação das suas acçoens. Não se segue todavia daqui que as estipulaçoens desmorneas, e impossiveis se devão guardar, e sustentar.

Nos já vimos como se formavão sociedades *momentaneas*: muitas vzes se especula socialmente em cousa, que dura apenas horas: tues como compra ou venda de fundos publicos. Então nada se escreve; e qualquer duvida occurrente é dirimida pelo *costume* sujeito aos principios da justiça natural. Em summa do que dissemos da sociedade *em participação*, e *conta d'ametade*, será util trasladar aqui as regras de direito commercial dos paizes, que fazem desta uma especie particular de sociedade. Reune-as mais amplamente o *Projecto do Cod. de Comm. d'Italia* desde o artigo 29 assim — Art. 29. — “A sociedade *em participação* contrahе-se entre duas ou mais pessoas *presentes* ou *ausentes* para effeito de fazer uma ou mais operagoens de commercio nas formas, proposiçoens e condigoens, que se estabelecem entre os socios.” — 30. “Pertence a este modo de communicar entre muitas pessoas os interesses proprios a especie de sociedade chamada

convenção pode também ser *verbal*, neste caso o comportamento dos socios deve regular-se pelos *costumes do com-*

conta d'ametade, na qual se dividem em partes ou eguaes ou diversamente convindas todas as consequencias activas e passivas da especulação commercial, que della formá o objecto." — Esta sociedade termina com o acabamento do commercio particular que formou o fim da especulação." — 31. "Para a liquidação das contas pela formação do balanço, que denota o resultado do commercio, de que se falla no art. precedente, contribuem os socios, ministrando cada um delles as contas respectivas que cada um possa dar por provimentos e despezas feitas, e pelas vendas das mercadorias, que formarão o objecto da negociação." — 32. As partidas das contas devem ser verificadas com os competentes recibos, e contractos de compra e venda." — 33. Os interessados desta especulação social são solidariamente obrigados a favor de terceiros, que contractem com algum delles por objectos relativos a este commercio particular. — 34. As sociedades *em participação* estabelecem-se não so por meio d'instrumentos publicos ou escriptura particular feitos regularmente com subscripção dos socios; mas também pelo simples meio de correspondencia epistolar."

A face desta legislação será devidamente entendida a doutrina de todo este artigo. Vide o §. 24 e §. 53 supra.

PARESSUS l. c. desde o n.º 1044 canga-se em explicar as differenças entre as sociedades *em participação*, e as demais divisoens, que adopta a jurisprudencia franceza, segundo nós a expendemos na Part. 1.; porem de tempos em tempos confessa, que a identidade é tal que mal podem dar-se regras geraes de distincção; assim o confessa no n.º 1046.

Elle começa por dizer n.º 1045 que as pessoas, que formão uma sociedade regular formão por sua reunião um ser moral; que tem uma individualidade, e direitos particulares. — Mas quem pode denegar esses caracteres á sociedade verbal momentanea em conta de participação no tempo da sua duração, e objecto?

mercio, e princípios de direito *commum* fundados na justiça natural.

Elle diz depois, n.º 1046, que o caracter proprio d'uma associação em participação é que seja relativa a um ou mais actos de commercio, cujo objecto nasceu no momento em que as partes se convencionão, e que não prolongue alem do tempo necessario para os terminar; em quanto que uma sociedade é formada com as vistas de se entregar á operaçoens successivas, e taes quaes trouxer o curso das cousas durante a sua existência. — Se a sociedade em participação pode reiterar-se em muitos actos identicos ou diversos, ella pode prolongar-se tanto e mais tempo que qualquer outra sociedade commercial. Toda a sociedade nasce com o objecto da sua empresa. A sua origem é *commum* em qualquer das suas especies *communmente* adoptadas.

O mesmo PARDESSUS confessa logo abaixo, que o ser uma sociedade reduzida a escripto não prova, que ella seja necessariamente em nome colectivo, e não em participação. E accrescenta depois, que “a importancia da negociação ou das negociaçoens determinadas não seria tãobem um motivo para attrahir este caracter á associação formada para as operar. Pode fazer-se a associação em participação para objectos de grandissima importancia; e ás vezes uma sociedade em nome colectivo pode não ter senão uma serie de negocios pouco consideraveis, que reunidos não equivallão a uma so empresa em participação.” Se pois a importancia da operação a não distingue para formar uma especie, para que é necessario adoptar tal especie, e cançar em excogitar-lhe differenças e caracteres especificos?

PARDESSUS enfim arrastado pela força de seus mesmos princípios juridicos termina o n.º 1046 com estas palavras: “N'uma palavra, podem classificar-se nesta cathegoria todos os negocios commerciaes, que se fazem em *commum*, e para os quaes não é necessario, segundo os princípios explicados acima, que a formação d'uma sociedade seja feita publica.” —

Logo podemos desta doutrina deduzir, que somos exactos quando dizemos que a sociedade commercial é *permanente* ou momen-

tanea: que aquella carece de ser publicada, esta não. Entretanto de ser ou não necessario, que haja uma publicação não se segue, que isso constitua *especies*. As relações dos socios participantes entre si, e delles para com terceiros, como taes, são identicas nos socios commerciaes; regulão-se como dizemos neste §. pelos usos, e direito commercial.

Merecem ser trasladadas neste logar as doutrinas de DAGEVILLE sobre o art. 48. do Cod. de comm., porque são luminosas e precisas na materia: diz elle a p. 153: — “O caracter proprio d’uma associação em participação é o ser relativa a um ou mais actos de commercio, cujo objecto nasce no acto da convenção, e não se prolonga alem do termo, em que taes actos finalizão. Uma sociedade, em geral, entrega-se a operaçoens successivas, segundo a ordem que os negocios se appresentão, e se seguem no ramo de commercio, que faz objecto da sua empresa; porem o fim da associação em participação é determinado: os que a contrahirão, não o fizerão por um certo tempo, e para fazer durante esse tempo o commercio em geral, mas sim pela duração d’um negocio emprendido, e unicamente para esse negocio. Assim um commerciante de Bordeaux faz a um commerciante de Marselha a proposição de comprarem em commun a carga d’um navio, e designa-lhe o modo por que deve contribuir para o preço da compra: se a proposição é aceita, forma-se entre estes dous negociantes uma associação em participação, depois da qual podem tornar a ser inteiramente estranhos um ao outro. O mesmo é de dous ou mais commerciantes, que convem no fornecimento de cavalgaduras a um exercito em quantidade sufficiente para o entreter, ficando-lhes salvo o darem respectivas contas de suas operaçoens. Tambem acontece muitas vezes, que se associão negociantes para compras a fazer, cada qual por si: separão-se, preenchem as suas obrigaçoens, e reúnem-se depois de terminadas as compras, para formar uma massa da totalidade, que se divide por um preço commun. Em vez de se reunirem para comprar, estes mesmos negociantes podião associarse para vender: e esta convenção, n’um e n’outro caso, posto

que em sentido contrario teria estabelecido uma associação em participação.

“ Nós já temos tido occasião de fazer notar, que n'uma sociedade qualquer um socio podia sem consultar os outros dar a um terceiro um interesse no seu quinhão social: neste caso, o terceiro, estranho á sociedade, forma com o socio, cujos direitos e interesses partilha, uma verdadeira associação em participação. — O mesmo se pode dizer das sociedades, que se formão entre o dono do navio, e o que lhe fornece o armamento para haverem juntos o lucro e perda da expedição. Cumpre enfim classificar nesta cathegoria todos os negocios commerciaes quaesquer, para os quaes não é necessario empregar esta alguma de publicação.

“ É livre aos participantes o regular o seu interesse nas propoções, que bem quizerem: são senhores d'escolher o objecto da sua reunião, e estabelecer a forma por que devão proceder separadamente ou em commun. Muitas vezes so um dos socios em participação adquire as fazendas por compra, objecto da associação, e obriga-se para com o outro a dar-lhe contas da compra, dos lucros e perdas que houverem na venda: neste caso essoutro obriga-se para com este socio tanto ao pagamento da sua parte na compra, como á partilha do lucro, e contribuição na perda, segundo o resultado da associação. Neste caso so o que compra é quem se obriga para com o vendedor original: os seus correspondentes não são obrigados; de sorte que se o comprador viesse a quebrar, o vendedor original não teria recurso algum contra os correspondentes que não contractarão com elle. Tal é a opinião de Jousse no seu preambulo sobre o tit. 4. da ORD. 1673, e de SAVARY p. 2. L. 1. c. 1, esta é egualmente a opinião de DELVINCOURT, que preferio a decisão do commentador da ORD. á opposta de Mr. LOCRE: e nós somos da mesma opinião; porque o Cod. de comm., tendo dispensado as sociedades em participação de toda a especie de publicidade, isso é motivo de crer, que não podem em caso algum ser invocadas por terceiros, assim como não podem ser-lhes oppostas. Jousse decide egualmente, que na venda de fazendas compradas em com-

§. 75.

Ainda que não haja convenção *verbal*, ou *escripta*, o simples acto de *commercio conjuncto* importa sociedade. Em casos taes cada socio será responsavel para com a firma pela sua quantidade proporcional e não mais; cada socio será considerado ter um interesse igual no negocio, ainda que, como adiante veremos, cada individuo será responsavel para com os credores por toda a extensão das perdas.

num so o socio, que fez a venda, tem acção contra os compradores, e não outros socios.

“Em consequencia deste principio pensa, que se aquelle dos socios, que vendeu as fazendas, vem a quebrar, os outros entrarão em contribuição como os demais credores no preço das fazendas vendidas, sem ter mais privilegio do que elles.”

(As palavras do §. são as mesmas com que foi redigido o art. 642 do Cod. Veja-se a nota ao §. 19.)

§. 75.) É tão ampla e liberal a jurisprudencia commercial sustentada pelo costume geral nesta materia, que o simples acto de *commercio conjuncto* importa uma sociedade *mercantil*. Na falta de convenção a lei supprime o silencio dos contrahentes, como se deduz por arg. da ORD. L. 4. tit. 44. §. 9.

E a respeito de terceiro a responsabilidade nasce da ostensibilidade; sem que jamais esqueça, que a solidariedade é inseparavel da idea de sociedade commercial. As divisoens feitas pela lei commercial franceza atormentão os juriconsultos daquella nação: note-se como escreve PANDUSSUS, l. c. n.º 1046, quando diz:

“Poder-se-ia todavia, apesar destes caracteres distinctivos, dar a uma simples *participação* o nome de sociedade, e a uma sociedade as apparencias d’uma participação. Como os effeitos não são sempre os mesmos, a necessidade de desinvolver a distincção feita faz-se sentir, por difficil que seja achar *regras sem excepção*, ou que se possam applicar *sem incerteza*.”

Isto nos parece bastante para nos justificar de haver-nos des-

§. 76.

Pode haver socios n'uma empresa especifica so responsaveis uns para com os outros, e para com o publico nas materias, que respeitão a tal empresa.

viado das divisoes adoptadas pela lei de França. Vide a nota ao §. precedente.

(A doutrina do §. está consignada no art. 628 do Cod. Comm.)

§. 76) É aresto na causa de *Willett v. Chambers*, e outras. “Assim, diz CARY, como quando dous compartes d'um navio o expedem conjunctamente em viagem, ficando de resto cada um em seu negocio separado: nenhum responderá aos credores pelas perdas separadas do outro, mas somente pelas perdas, que respeitão ao navio, de que são compartes.” — Aresto na de *Carvick v. Vickery*, cit. por DOUGLAS 653. — “Da mesma sorte se duas pessoas assignão juntamente, na mesma qualidade, seus nomes em uma nota promissoria ou letra de cambio, são nesse respeito, e neste unico exemplo, considerados socios.” — Ibid. p. 7. Vide infra §. 140.

“A relação, diz WOOLRYCH p. 29, entre as pessoas que posuem juntamente um navio não é muito dissimilhante á da sociedade, em tanto quanto quinhão entre si ganhos e perdas.” Allude ao contracto de parceria maritima, sua primeira divisão, de que fallamos. Vide PARDESSUS l. c. n.º 1046.

A solidariedade annexa ás pessoas, que firmão letras opera a consideração de que são socios, arg. do Cod. de comm. de Fr. art. 140.

DAGEVILLE sobre o art. 22 do Cod. de comm. p. 91 diz: “Faremos notar que muitas vezes a solidariedade se presume a respeito de terceiros. Assim o tribunal de Paris julgou que quando dous negociantes assignavão um mesmo bilhete, ou se reunião para compra de mercadorias, posto que não estivessem realmente em sociedade, havia *pleno jure* solidariedade. (Sentença 3 fevereiro 1809.)

(A redacção do art. 629 do Cod. é identica á do §.)

§. 77.

Duas ou mais pessoas podem ser socios com respeito ao publico, ainda que não *inter se*.

§. 78.

Qualquer pessoa, que participa nos lucros de qualquer empreza na precisa e especifica qualidade de lucros, de-

§. 77.) WOOLRYCH p. 300 in fin.

(Ao §. corresponde exactamente o art. 630 do Cod.)

§. 78.) “Assim, diz CARY p. 7., quando um mercador em Londres recommendou consignações a um negociante no estrangeiro, e foi convencionado entre o negociante de Londres e o negociante do estrangeiro, que a comissão sobre todas as vendas de fazendas recommendadas por uma casa á outra seria igualmente dividida, sem conceder deducção alguma para despesas, foi sustentado, que isto era uma participação em lucros, e constituia uma sociedade *quoad hoc*.” Aresto de *Cheap. v. Cramond*.

“E quando, continua CARY p. 8, um negociante emprega um corretor na compra de fazendas, e ajustão entre si que o corretor receberá certa proporção de lucros como recompensa do seu trabalho, e ao mesmo tempo responderá em certa proporção de perdas, foi decidido, que não erão socios *inter se*, porque o corretor não tinha interesse na propriedade em si ou no producto della, ainda que podia ser responsavel como socio para com terceiras pessoas.” — Aresto em *Smith v. Watson*.

“Da mesma sorte quando um corretor empregado em comprar fazendas para uma firma convencionou obrar livre de comissão, e ser terceiro interessado na especulação, decidio-se ser socio com os que o empregarão.” Aresto em *Reid v. Hollinshead*.

“N’um caso basta para constituir sociedade, que apparecessem como socios ao publico, e houvesse quinhão nos ganhos: no outro é necessario que tivessem quinhão no fundo social.” É aresto em *Heiketh v. Blanchard*.

As palavras de *Lord Eldon* na decisão d’uma causa relativa á doutrina do nosso §. quaes as traslada WOOLRYCH p. 298 são

ve também responder aos credores pelas perdas; por que toma uma porção de fundo, que em grande parte é segurança do credor para o pagamento da sua divida.

estas: “Se um mercador convem em pagar a outra pessoa involvida n’uma especulação uma somma de dinheiro mesmo em proporção a lucros igual a um certo quinhão, isto não o constituirá socio: porem se este tiver um interesse especifico nos lucros em si-mesmos como lucros, é socio.” —

É até certo ponto coherente com esta a jurisprudencia franceza segundo PARESSUS *Cours de dr. comm.* (3.^a edic.) n. 969, que diz:

“Assim quando uma pessoa confia a outra fazendas para vender promettendo-lhe toda ou parte da porção que exceder a uma semina dada, não se forma sociedade entre elles, porem somente um *mandato assalariado*, e para nos servir do termo commercial, uma *commissão*, por effeito da qual o que aluga o seu trabalho, e a sua interposição para operar a venda so obtem eventualmente, e debaixo d’uma vicissitude aleatoria o seu salario. Seria mister para que houvesse sociedade, que as partes se explicassem claramente, e que o seu contracto manifestasse a intenção de que a cousa, que tem de vender-se, forme o todo ou parte do fundo social.”

A respeito de outro principio tomado no §. tem o cit. PARESSUS a seguinte doutrina em o n.º 996.

“Toda a sociedade deve ser contrahida para interesse commun dos socios. Daqui se segue que cada um quinhão das perdas e ganhos. A clausula que desse a um dos socios a totalidade dos lucros, sujeitando-o mesmo a soffrer todas as perdas mudaria o character da convenção. Não era usuraria, porque se os demais socios não tinham lucros, também não soffrerião perdas; mas todos os socios, salvo aquelle a favor de quem se estipulasse a clausula, estarião sem interesse na sociedade: a couvenção claudicaria na sua essencia, porque não teria por objecto um interesse commun.” — Vide a nota e o §. seguinte.

§. 79.

Entretanto ainda que em regra a participação dos lucros torna em geral um individuo responsavel para com terceiras pessoas como socio; contudo ha casos, em que

(Veja-se o art. 631 do Cod., cuja disposição corresponde á doutrina do §. supra e do seguinte 79).

§. 79.) Combine-se com esta materia a nota do §. precedente.

— Assim, diz DAGEVILLE sobre o art. 21 do Cod. de COMM. p. 36, um caixeiro interessado não é um socio; assim foi julgado no tribunal de Ruão em 6 d'abril 1811. — SIREY tom. 12. part. 2. p. 33. —

CARY, p. 2. traz diversos julgados illustrando esta these, como proferidos pelo mesmo principio de decidir. “Um corretor, que tinha a receber em proveito proprio tudo, o que em certas vendas podesse conseguir acima d'uma somma dada, em remuneração do seu trabalho, decidio-se não ser responsavel como socio para terceiros.” — *Benjamin v. Porteus*.

“Um marinheiro empregado na pesca da baleia, que devia receber como soldadas uma certa proporção de lucros, decidio-se não ser responsavel como socio.” — *Wilkinson v. Frasier*.

“A convenção de pagar um-quinto de luero ou perda n'uma viagem em vez de soldadas, primagem, &c. não constitue sociedade entre o capitão e marinheiros.” — *Mair v. Glenhie*. Este contracto chamamos em Portuguez — *a-partes*: — é uma *parceria*, e não uma sociedade, como vimos, e estas decisoes com-provão.

“A convenção entre um corretor, e um terceiro, de que este receberia ametade da commissão pagavel ao primeiro como corretagem, decidio-se ser um mero *subcontracto*, e que não constitua uma sociedade.” — *Gibbons v. Wilcox*.

“A convenção de dar a uma pessoa uns tantos por cento em contemplação de fazendas vendidas a recommendação sua, não constitue sociedade entre tal pessoa, e o mercador.” — *Cheap v. Cramond*.

“Um agente, que por seu trabalho recebe uma proporção de

esta regra não pode strictamente applicar-se, como quando se dá um quinhão de lucros em pagamento de trabalho.

lucros, sem ter todavia interesse no capital, não é responsavel como socio. — *Meyer v. Sharpe*.

“Por outra parte, continua CARY, tem-se dicto, que a distincção feita, confirmada por tantas decisoes, não tem sido fundada sobre devida consideração.” — Que se um mercador convem em pagar a outra pessoa pelo seu trabalho no objecto uma somma de dinheiro, mesmo em proporção a lucros, egual a certo quinhão, isto o não constituirá socio: — se porem tiver um interesse especifico nos lucros *em-si como lucros*, é socio. Está oje assentado, ainda que com sentimento meu diz CARY, que se um homem estipula, que terá como premio de seu trabalho, não um interesse especifico no negocio, porem uma somma dada de dinheiro, mesmo em proporção a um *quantum* dado de lucros, isto o não constituirá socio: — porem contractando por uma parte de lucros *como taes*, dando-lhe direito a haver uma conta, posto que não tenha propriedade no capital, é, quanto a terceiros, socio: — *Ex parte Hamper D. Lord Eldon*. Está determinado, que se um homem, como premio de seu trabalho, escolhe o estipular um interesse nos lucros d’um negocio, em vez d’uma certa somma proporcionada a esses lucros, é, quanto a terceiros, socio, e nenhuma convenção entre as partes pode evita-lo.” — *Ex parte Rowlandson*.

A jurisprudencia franceza a este respeito deprehende-se da doutrina de PARESSUS, *Cours de droit commercial* (3 edig.) n.º 969, cujas palavras são as seguintes:

“Assim quando um negociante em vez de dar um estipendio fixo a um empregado seu lhe promette uma parte qualquer dos lucros annuaes, este empregado é locador de serviços debaixo d’uma condição aleatoria, mas não é socio: elle não pode pretender nesta qualidade nenhuma co-propriedade nas fazendas compradas com os fundos do seu committente, posto que quinboe o beneficio dellas; nem poderia, sem convenção expressa, ter vo-

§. 80.

Qualquer pessoa, pois, pode ser socio, ou 1.^o) possuindo um interesse no fundo e apparecendo nesta capacidade ao publico; — ou 2.^o) pode ser socio tacito, igualmente responsavel, e tendo igual interesse com o outro, mas não apparecendo ao publico como tal: — ou 3.^o) pode ser um mero socio nominal sem possuir interesse algum no fundo ou lucros, mas responsavel aos credores por todas as perdas. Dos compartes, ou parceria, que constitue uma quarta divisão, fallaremos sempre em particular.

to nas deliberaçoens da sociedade, e não seria sujeito ás convençoens della para com terceiros, salvo se tivesse excedido os seus poderes, ou respondido pessoalmente como é obrigado todo o mandatario.”

(Veja-se a referencia, que diz respeito ao §. antecedente).

§. 80.) Eis aqui não tanto as *especies*, como os *modos*, por que pode dar-se sociedade mercantil, chame-se-lhe como se lhe chamar. Todos os nomes, que lhe pozerem, servirão mais para enredo do que para clareza da materia. Todas se reduzem a estes quatro membros, que são os verdadeiros pontos de vista, que descobrem os seus legitimos caracteres sem confusão.

Terminaremos toda a doutrina deste artigo, e nota deste §. com tres canones desta jurisprudencia, que commenta o grande advogado *Isaac'Espinasse* (ed. 1798). — *A Digest of the law of actions and trials at Nisi Prius*, p. 114, e são elles:

1.^o) “Para fazer uma pessoa responsavel como socio é necessario, que haja uma convenção entre elle e a pessoa ostensivel de quinhoar em todos os riscos de ganho ou perda; — ou elle deve ter permittido ao outro o usar de seu credito, e de appresenta-lo como conjunctamente responsavel com elle.

2.^o) “E parece ser necessario em ordem a responsabilizar uma pessoa como socio pelo fundamento de quinhoar em ganho e perda, o mostrar, que elles tiverão parte não so na compra

ART. 3.

DO SOCIO TACITO.

§. 81.

Socios *tacitos* dizem-se aquelles, cujos nomes não apparecem ao publico como socios, mas que tem em commercio um interesse no fundo, — ou lucros, — ou em ambos.

conjuncta, porem na venda conjuncta; isto é que o interesse delles deveria continuar junto até o tempo da venda, tempo em que tinha a determinar-se o ganho, e perda.

3.^o) “É por tanto necessario para fazer uma pessoa responsavel como socio, que elle seja interessado nos ganhos; isto é que a vantagem que elle deriva do commercio seja *casual*, como dependente destes ganhos; porque se for *certa e definida* não é socio.”

Isto posto passaremos agora a sua averiguação mais particular no seguinte Artigo.

(A doutrina do §. acha-se, em mais breves palavras consignada no art. 632 do COD. COMM.)

§. 81.) Socio *tacito*, *secreto*, *dormente*, *occulto*, *incognito*, tudo importa o mesmo, e os autores usão indifferentemente destes epithetos, que querem dizer socio *não-ostensivel*, *não-gerente*, que não apparece ao publico como socio. Como pois elle não tem uma existencia, nessa qualidade, á face do mundo, e por elle e em vez delle so apparece nos effeitos da permutação, e convençoens o seu *haver*, é evidente, que a sua responsabilidade não pode exceder a cousa fornecida, e que o representa, sem o designar. Entre tanto a entrada ou fundo ministrado é involvida na responsabilidade da mesma maneira que se responsabiliza o socio ostensivel, isto é, é *solidaria*.

As obrigaçoens do socio *tacito* para com os consocios não tem

peculiaridade: o contracto segundo for concebido, não offendendo a justiça natural, é a sua lei: porem as suas obrigações para com terceiros são diversas em resultados, como teremos occasião de ver.

A jurisprudencia relativa ao socio *tacito* em seus direitos e obrigações abranje *em parte*, o que os francezes dizem sociedade *em commandita*, de que ja fallamos; cumprindo neste logar trasladar a jurisprudencia d'Italia para poder combinar-se com aquella, e uma e outra soccorrer a que reputamos verdadeira jurisprudencia nesta materia, sem todavia fazer-mos disso uma especie de sociedade.

Diz-se no PROJECTO de *Cod. de Comm. d'Italia* o seguinte:

“Art. 27. Os associados em *commandita* não são obrigados a favor dos credores do negocio social, senão pela concorrente quantia do capital posto na caixa da sociedade, ou a ella promettido. Uma *commandita* porem não pode subsistir a não haver uma pessoa, que como principal fique obrigada indefinidamente, e sem algum limite; *alias os mesmos socios commanditarios são solidariamente obrigados*, não obstante qualquer declaração em contrario entre elles feita.” “Art. 28. Se uma sociedade em *commandita* tiver o nome d'um *commanditario*, ou se este tiver a firma della, ou contractar em nome della, ou *approvar qualquer operação della com seu particular assenso*, em cada um destes casos a qualidade de *commanditario* não será bastante a subtrahi-lo da obrigação e responsabilidade de *todos os seus bens* para com terceiros contrahentes.”

Esta doutrina, que desvaira em parte da legislação franceza, que appresentamos na P. 1.^a desde o §. 23, mostra bem a incerteza de toda a legislação, que pretende estabelecer esta como uma especie separada de sociedade.

Alem de tudo quanto temos dicto contra a sociedade chamada em *commandita* parece mesmo que o espirito da nossa legislação mercantil a não consente, por que abrindo o *Novo Regulamento de seguros* de 30 d'agosto de 1820, depois de vermos no art. 6, que ninguem será admittido a habilitar-se se-

§. 82.

A sociedade *tacita* pode ser formada por convenção expressa das partes, — ou por operação da lei.

§. 83.

Quando pessoas, que querem empregar dinheiro em commercio, mas não querem figurar como commercian-

gurador com designação de seu nome e *companhia*, sem que primeiramente declare quem são os socios, que expressamente se não designão, vemos no art. 9 o seguinte: “Os seguros assignados por uma sociedade serão pagos pelo corpo da mesma sociedade, e cada um dos socios ficará tãobem in solidum obrigado ao pagamento, ainda que o contrario seja disposto nas condições sociaes.”

Esta ultima clausula é por certo hostil á chamada sociedade em *commandita*: ella comprova todavia a jurisprudencia, que sustentamos. Os que admittem sociedade em *commandita* admittem que o *commanditario* é socio: ora esta lei diz que cada um dos socios fica in solidum responsavel sem embargo de estipulação contraria no contracto. Logo ainda que o socio *commanditario* estipule não responder alem da entrada, essa estipulação será de nenhum effeito para com terceiros, por que é socio; e como ella é a unica exceção, que obrigou a fazer em consequencia della uma especie de sociedade distincta da geral, se esta exceção não é admissivel na lei, parece claro, que igualmente o não é a especie de sociedade appellidada em *commandita*. Vide a nota ao §. 83.

(A doutrina do §. se lê hoje no art. 566 do Cod. Com.)

§. 82.) Aqui começamos a desviar-nos mais da legislação franceza, que não admittre sociedade em *commandita* por operação da lei; sendo certo, que se dá sociedade *tacita* por virtude della, como veremos no §. 84, e seguintes.

(As palavras do §. passarão, sem alteração, para o art. 567 do Cod.)

§. 83.) Vide a nota ao §. 81 e 106. O que temos dicto ácer-

tes, entram em sociedade com alguém, que figura como negociante *activo* e *ostensivel*, este contracto importa sociedade *tacita*. Neste caso a responsabilidade do socio tacito é co-extensiva, até á somma inteira do seu haver na sociedade, com a do socio ostensivel na relação de

ca da sociedade chamada em *commandita* na jurisprudencia franceza é applicavel aqui, scilicet até o ponto de não descobrir-se o socio tacito; porque descoberto elle, a sua responsabilidade para com terceiros é inteiramente de socio.

Nos desejamos ser bem entendidos. Dar dinheiro a um negociante para o administrar socialmente é contracto licito: para que o fornecedor porem em caso de perdas não responda a terceiros alem da sua entrada, é necessario, que se não saiba quem é; do contrario responderá para com elles tão solidariamente como o seu consocio ostensivel, e gerente responde.

Dizemos que é licito, por que a responsabilidade da entrada, o poder ella ser absorvida nas perdas, este risco legitima a estipulação de lucros em qualquer proporção; isto é os lucros estipulados ainda em proporção superior ao juro da lei não constituem o contracto usurario. Porem o *mutuo* não envolve elle o perigo da insolvabilidade do mutuuario? Involve; mas no *mutuo* não ha a communhão no fundo social que se dá na sociedade, nem o fim, resultado d'accordo commum, emprego para melhor negocio, e maior ganho. O mutuante tem direito á restituição do capital a juros: o socio tacito á *conta*, e exacto cumprimento das estipulaçoens sociaes. Note-se a razão, que demos no §. 78, sobre dever responder pelas perdas. Como não admittimos sociedade em *commandita*, e admittimos sociedade e socio *tacito* é necessario, que d'uma vez firmemos a nossa doutrina com inteira clareza.

Nós não admittimos sociedade em *commandita* como a admittem as leis e jurisconsultos francezes: nós não admittimos que haja um socio com responsabilidade limitada a respeito de terceiros, porque isso destrua a qualidade de socio commercial, e a essencia da sociedade commercial em que entra a todo o

seus direitos reciprocos de sócio a socio segundo a condição e pacto de seu contracto; mas é solidaria para com terceiros, sendo descoberto socio; salvo o seu direito contra o consocio pelo que pagar alem da entrada convencionada.

evento a solidariedade: mas nós admittimos, que um socio possa estipular com seus consocios debaixo da condição de que elle não responderá pelas dividas da sociedade alem da sua entrada. Este pacto ou condição é legitima; cumpre somente determinar o que ella importa. Se eu estipular com meus socios que eu não responderei pelas dividas sociaes alem de 100, que é o meu quinhão d'entrada, meus socios, individando-se a sociedade alem do fundo capital, não podem obrigar-me a responder por mais: porem terceiros, a quem esta condição não importa, nem liga, se sabem e podem provar, que eu era socio, por que auferia ganhos e respondia por perdas e tinha um interesse no fundo, podem executar-me como socio por seus creditos, e eu como socio sou obrigado a embolgar-los pelo meu haver chegue esta responsabilidade aonde chegar, isto é ainda que absorva duas ou mais vezes ou indefinidamente a minha entrada.

Logo, dir-se-ha, a condição ou pacto social é inutil; por que, apesar de eu estipular de não responder por mais, eu respondi. Esta inferencia não é exacta; por que é verdade, que eu respondi *por mais* aos credores; mas por esse excesso, que lhes paguei, eu tenho acção contra os meus socios para me embolgarem de tudo quanto paguei pela sociedade *alem* da minha entrada, por que o meu pacto e condição social estipulado por mim e acceito por elles foi que eu não pagaria mais do que 100.

Assim temos o contracto de sociedade em sua inteira força e procedencia: temos todos os socios responsaveis para com terceiros; não admittimos uma illusão, um engano, uma apparencia de sociedade e uma não-realidade della para com as pessoas que com ella contractão, qual vem a ser a commandita franceza. Não temos enfim uma especie, temos um mero pacto ou condição, que entra no contracto, e liga os contrahentes, sem enganar ter-

§. 84.

Dá-se a sociedade *tacita* formada por operação, e intelligencia da lei, quando uma pessoa se liga conjuncta-

ceiros. Temos finalmente o contracto de sociedade em toda a sua plenitude. Pois será juridico admittir que um socio seja menos responsavel do que um fiador *para com terceiros*?

Nós admittimos sociedade *tacita*, meramente para designar que nella nem o nome, nem a gestão do socio é expressa, clara, patente, ou apparente ao mundo; ou fallando mais propriamente admittimos sociedade, em que a respeito de terceiros haja um ou mais socios *tacitos*, isto é sociedade, em que se dê por um ou mais socios a condição e pacto, de que a sua responsabilidade para com terceiros não irá alem da sua respectiva entrada; e que o seu nome não figurará na firma, nem elles administrarão de maneira alguma. Mas nem isto constitue especie distincta da sociedade commercial qual a temos definido, nem altera a sua jurisprudencia e effeitos; nem dá occasião ás duvidas, subtilizas e injustiças, em ultima analyse, de que é susceptivel a sociedade franceza *em commandita*. Vide Appendix II.

N'uma sociedade, que tem por attributo necessario a solidariedade de cada um de seus membros para com todo o terceiro, que com ella contracta, admittir algum membro *menos-responsavel* para com terceiro é absurdo, por que é admittir e não admittir ao mesmo tempo solidariedade na mesma pessoa, nas mesmas circumstancias, e na parte constituinte do contracto. A sociedade *em commandita* poderá ser uma especie da sociedade commun, ou *não-commercial*, na qual, como vimos, os socios não são *solidarios*; mas segundo a jurisprudencia mercantil deste contracto elle repugna com a natureza e essencia da *sociedade commercial*.

(A definição de *sociedade tacita* lê se no art. 565 do *Com. Comm.*; e a doutrina do principio da nota, á cerca da sociedade chamada *em commandita* na jurisprudencia franceza, é a disposição do art. 570 do *cit. Cod.*)

§. 84.) Vide o §. 73. Em casos taes as partes que entram na

mente com outra em qualquer transacção quer como agente, quer d'outra sorte, e tem um interesse nos lucros de similhante transacção como lucros.

§. 85.

Se dissolvida uma sociedade, o socio, que se retira, continua a ter um interesse nos lucros d'um negocio, é responsavel como socio tacito, posto que a sociedade tenha sido ostensivelmente dissolvida.

transacção não conhecem provavelmente ao tempo que contractão, que estão formando uma sociedade, nem tem tal objecto em vista; porem como a lei sempre protege terceiros contra fraudes, que poderiam praticar-se, se se concedesse, que convençoens secretas ligassem a terceiro, estabelecem, que todos os que entrassem em taes convençoens fossem responsaveis para com o mundo commu socios. WOOLRYCH, p. 208.

Os casos, que mencionamos nas notas aos §. §. 78 e 79 serão decididos segundo a exceição da regra, segundo a qual a lei commercial estabelece a sociedade tacita. Vide a nota ao §. seguinte.

(Veja-se o art. 568 do Cod. onde se lê o mesmo que no §. supra).

§. 85.) Esta regra procede, por exemplo, no caso do socio, que se retira, estipular receber uma annuidade por *tantos* annos, se *tantos* o socio restante viver: neste caso continuará a ser responsavel como socio em razão da *contingencia* do seu interesse; porem se a annuidade for estipulada por um numero *determinado* e *certo* de annos, não ha sociedade, CARY p. 14. WOOLRYCH l. c.

O estabelecer uma annuidade á viuva d'um socio fallecido não a torna responsavel como membro da firma, CARY *ibid.* o refere julgado.

Se se estabelecer uma annuidade a um socio, que se retira, cuja somma depende do augmento ou diminuição dos ganhos, elle continuará responsavel como socio. CARY *ibid.* WOOLRYCH l. c.

Se o testamenteiro d'um socio fallecido deixa no negocio o

§. 86.

O individuo, que empresta dinheiro a uma pessoa em negocio por mais do que os juros legais, é responsavel como socio para com terceiros.

quinhão social do testador em beneficio do filho do fallecido, é socio tacito, e *pessoalmente* responsavel pela proporção das perdas, que a firma soffrer, posto que o seu nome não appareça como parte della. O testamenteiro é mero executor da ultima vontade do fallecido: elle não pode dispor da herança arriscando o interesse do herdeiro, ou especulando com ella: se o faz, obra a seu proprio risco: responsabiliza-se a si. CARY p. 17 traz um aresto identico na causa de *Wightman v. Townroe*.

(No art. 636 do COD. COMM. se lê quasi o mesmo, que no §. *supra*).

§. 86.) Nesta hypothese é evidente, que ou o contracto seria usurario, por que a estipulação excede a taxa da lei: ou considerada a estipulação como marca de lucros sociaes, é então necessario, que o mutuante se torne socio, e responda pelas perdas, e solidariamente para com terceiros; por que sociedades leoninas, como vimos, são por direito desconhecidas.

O tribunal de Paris julgou em 10 d'agosto de 1807, que aquelle que a titulo d'emprestimo forneceu fundos a uma casa de commercio com estipulação d'um interesse determinado deve ser reputado socio commanditario e não simples dador d'emprestimo, se alem do interesse convindo reservou a si direitos que regularmente não pertencem senão a um socio, como d'obter uma quota parte nos lucros presumidos, de ter communicação dos livros, d'assistir a balanços &c. — DAGEVILLE ao art. 23 do COD. de COMM. p. 97.

Em desinvolvimento desta materia trasladaremos a doutrina de PARDESSUS l. c. n.º 998, que diz assim:

“Os principios do contracto de sociedade serão violados se reunissem circumstancias, que demonstrassem, que a sociedade era um mero acto simulado, destinado a cobrir um emprestimo usurario. Deve entrar no numero das clausulas prohibidas a es-

§. 87.

Quando duas pessoas convem entre si, que uma dellas fornecerá fazendas para uma especulação, cujo lucro

estipulação, pela qual um dos socios se obrigasse a entregar a outro, ou outros no fim da sociedade a somma de dinheiro por elles entrada com uma porção qualquer nos ganhos se os houver, e havendo perda, entregar os capitães sem nenhuma deducção nas perdas. Debalde os que tivessem feito uma semelhante estipulação pretenderião, que o beneficio que lhes é attribuido representa os interesses de capitães por elles conferidos na sociedade: que a vicissitude d'obter beneficios superiores aos juros da lei é balança da possibilidade, no caso de perdas, de serem privados dos juros desses mesmos capitães. A natureza dos contractos não deve confundir-se. Se se quera nesta estipulação formar o contracto de sociedade, é da essencia desta convenção que as entradas respectivas não possam ser retiradas pelos socios, se as perdas da sociedade são taes, que absorvem todas as entradas. Se se quer estipular um emprestimo, os interesses devem ser certos, de maneira que se possa saber se se excede a taxa legal. Não é permittido estipula-los em forma aleatoria: esta faculdade so se concede no *empréstimo a risco*, que differe essencialmente do mutuo, ou emprestimo a juro: o cambio marítimo não se accorda como juros, senão por que ao mesmo tempo o dador se sujeita ao risco de perder todo ou parte do seu capital.

Uma clausula pode ser viciosa sem que por isso vicie na totalidade o acto, que a contem; o effeito neste caso seria que esta estipulação não alcançaria o seu effeito, e a participação dos beneficios ou das perdas regular-se-ia como se os socios nada tivessem dicto a tal respeito; salvo se os tribunaes não julgassem dever pelas expressões do contracto decidir que a convenção era um emprestimo ordinario, e reduzissem os juros á taxa da lei." Vide a nota ao §. 83.

(Como este §. é hoje redigido o art. 637 do Con.)

§. 87.) Cumpra não confundir esta these com as doutrinas,

partilhará igualmente a outra, não ha *entre ellas* sociedade, se a divisão dos lucros é meramente o *modo* de remunerar o trabalho e credito da outra; porem são responsáveis como socios para com terceiras pessoas.

que expendemos ácerca do que os italianos chamão sociedade de capitaes e industria. Nós ja tocamos nesta especie: todavia cumpre ser agora um pouco mais explicito.

O pagamento do trabalho com certa porção de lucros não deixa, em razão da *forma*, de ser pagamento de *locação-condução d'obras*, a respeito do pagador. Assim: Se eu convencionar com um corrêtor, que receberá uma porção de ganhos em vez de corretagem, e responderá por uma porção de perdas, elle não será meu socio, por que eu sempre lhe devia uma corretagem empregando-o: *para com terceiros* é responsavel como socio, *CARR* p. 16. — Julgado no caso de *Smith v. Watson, WOOLRYCH*, 293.

Um credor d'uma firma convem em quinhoar no ganho e perda d'uma especulação, cujas fazendas tem de ser fornecidas por seus devedores com paeio, de que se pagaria pelo retorno ou producto da especulação, feito o que teria o quinhão de lucro proporcionado á quantidade da somma a elle devida. Intentando o vendedor das fazendas uma acção contra este credor e seus devedores julgou-se, que erão socios nesta transacção, e portanto conjunctamente responsáveis, por isso que a convenção era *precedente* á compra das fazendas, ainda que o credor não apparecesse como comprador conjuncto ao tempo da compra. — Aresto de *Gouthwaite v. Duckworth*.

Porem se as fazendas tivessem sido *previamente* compradas, e as partes respectivas entrassem n'uma convenção subsequente da natureza acima expressada, o credor, cujo nome não apparecesse na compra não teria sido responsavel para com o vendedor, posto que responsavel fosse por qualquer convenção *subsequente* relativa a esta especulação. — Cit. Aresto. Nem o reconhecimento subsequente da sua responsabilidade o constituiria socio antes do periodo, em que a sua responsabilidade conjuncta começara. — Cit. Aresto. Quando diversas pessoas comprão fazendas,

ART. 4.

DO SOCIO NOMINAL.

§. 88.

A pessoa, que apparece ao publico como socio, é responsavel por todas as perdas, ainda que não tenha interesse nos lucros.

cada uma sob credito separado, e depois se juntão n'uma especulação commum, de que tem a perceber ganhos e perdas, tornão-se socios desde o tempo, em que convencionão, mas so responsaveis desde que ha communhão d'interesses. — Cit. Aresto. Vide sobre este §. WOOLRYCH loc. cit. p. 298.

(A doutrina do §. é a lei que hoje se contem no art. 638 do COD. COMM.)

§. 88.) WOOLRYCH p. 300. Temos visto que a solidariedade é um attributo necessario do socio mercantil. O seguinte §. termina o desinvolvimento desta these.

São innumeraveis os arestos, que confirmão a doutrina do nosso §. apontados por CARY p. 13. Nós tractamos aqui do socio nominal, isto é daquelle, que effectivamente apparece designado *por seu nome* na sociedade: tñobem se chama *nominal* em accepção commum aquelle, que so empresta o nome sem involver a realidade: nós o designaremos sempre de maneira que não possa induzir-se erro: diremos por exemplo *socio nominal*, expressando o socio *nomeado*, aquelle, cujo nome apparece como effectivamente socio: e diremos *socio meramente nominal*, entendendo aquelle, que so empresta o uso vazio do nome sem interesse na sociedade.

Combinem-se com este os dous seguintes §. §.

(O art. 633 do COD. tem a mesma redacção do §. supra. Veja-se o §. 80, a referencia respectiva.)



§. 89.

A pessoa, que empresta o seu nome como socio, é activa, e passivamente socio.

§. 90.

Todavia o mero uso do nome d'uma pessoa, sem sua sciencia e paciencia não o torna responsavel como socio. Porem a pessoa, que sabe se usa do seu nome, sem consentimento seu, deve desapprova-lo publicamente; alias induzir-se-ha acquiescencia, e por tanto responsabilidade.

§. 91.

Usando-se do nome d'um socio, que se retira da sociedade, contra o consentimento seu, depois de devidamente noticiada a dissolução, elle não será responsavel como socio.

§. 89.) A razão é, porque a justiça universal manda prevenir as fraudes, a que os credores estarião sujeitos, suppondo que emprestavão o seu dinheiro sobre o credito apparente de tres ou quatro pessoas, quando effectivamente o emprestavão sobre dous delles, a quem, sem os demais, nada terião confiado.

Corroborão esta these quantas doutrinas apontamos a respeito da chamada sociedade em nome colectivo, que portanto descarecemos de repetir.

É julgado nos arestos de *Waugh v. Carver*, e *Berkom v. Smith*.

(A primeira parte do art. 634 do Con. contém as palavras do art. sem differença.)

§. 90.) Foi julgado no caso de *Guidon v. Robson*, e outros, que refere CARY p. 19.

(A doutrina do §. corresponde a segunda parte do art. 634 supracit.)

§. 91.) WOOLRICH p. 300. Um socio retirando-se consentio, que se conservasse o seu nome inscripto na porta do escriptorio e n'uma questão sobre uma letra de cambio julgou-se, por esta circumstancia, que elle era responsavel ao tomador della de *boa*

§. 92.

Quando o credor d'uma firma tem noticia de que um socio é meramente nominal, sem participar de lucros, nem responder por perdas, não tem acção contra este socio.

TITULO 2.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SOCIOS COMMERCIAES.

ART. I.

ACERCA DAS ENTRADAS.

§. 93.

As obrigações reciprocas dos socios commerciaes commegão desde o dia da conclusão do contracto, — ou da época nelle designada.

fé, ainda que depois da dissolução: Aresto no caso de *Williams v. Keats* em *CARY*, p. 19.

(O mesmo que se lê no §. se contém no art. 639 do Cod.)

§. 92.) *CARY* p. 19 sobre o aresto de *Alderman v. Pope*.

(A doutrina do §. corresponde exactamente a disposição do art. 635 do Cod.)

Tít. 2.) Cumpre prenotar a este titulo com *DAGEVILLE* ao art. 8. do Cod. de comm. p. 76, que no socio se considerão duas qualidades: uma, que a titulo de socio lhe dá um interesse commum com a sociedade; outra que, feita a abstracção do titulo de socio, pode dar-lhe, a titulo de simples particular, interesses oppositos ao interesse commum. — Elle manda em consequencia combinar os artigos 1846 e 1848 do Cod. Civ. com o art. 22 do Cod. de comm.

§. 93.) Cod. Civ. de Fr. art. 1843. Nos ja vimos como a épo-

tua obrigação: neste caso é evidente, que estarías obrigado á perda, em consequencia da culpa, em que houveras incorrido, de não ter feito conduzir o trigo no tempo, em que isto te fôra intimado, MERLIN l. c. tom. 16. p. 335.

Quando a cousa, com que um socio prometteu entrar na sociedade, produz fructos elle deve não somente esta cousa, mas todos os fructos percebidos desde que deveu de entrar com ella na sociedade, L. 38. §. 9. Dig. de usuris. *In societatibus fructus communicandi sunt.* Se a cousa, com que o socio prometteu entrar é uma somma de dinheiro elle deve os juros a contar do dia, em que os socios o constituirão em mora de preencher a sua obrigação, MERLIN l. c., ou segundo a L. 1. §. 1. Dig. pro socio, do dia, em que o socio devia entrar com a somma na caixa social: com o que é conforme a disposição do art. 1846 do Cod. Civ. de Fr.

A isto se obrigava Joaquim Ferreira Borges na causa com os contractadores do tabacco, junta no Appendix 1.º, ainda que de nenhuma sorte se podia considerar em mora, quem provou haver-se promptificado em tempo com a sua entrada: porem nada valeu; e uma jurisprudencia tão clara teve de ceder á vontade cega de julgadores, que pelo menos não souberão o que julgavão, como pode dizer-se da applicação que o desembargador Paiva Pereira fez na sua sentença da autoridade de PARDESSUS: vide o mesmo Appendix.

Resta terminar esta nota com a seguinte doutrina do mesmo PARDESSUS, que lhe pertence: diz elle no l. c. n.º 994:

“Em regra geral, um socio, cuja entrada pereceu, não é obrigado a repô-la. Se parece por conta da sociedade, este evento augmenta a somma das perdas, e diminue simplesmente o activo. Se parece por conta do socio, esta perda em geral deve dissolver a sociedade.”

Não se perca de vista que estamos tractando das obrigações reciprocas dos socios.

(Os numeros 1.º até ao 3.º d'este §. 94 fornecerão materia para os artigos 643. 644. 646. 647. 648. do Cod. Com.)

No caso de semelhante membro ultrapassar os limites do mandato, ou emprender actos illicitos, a obrigação

A nossa ORD. L. 4. tit. 44, concorda e discorda em parte destes principios quando diz no §. 10. — “E da mesma maneira se ha-de tirar da companhia a perda e damno, que houve nas cousas della, ou que aconteceu a qualquer dos companheiros nas suas cousas proprias *por causa* da tal companhia.”

E no §. 11. diz: — “E pelo mesmo modo toda a despesa e gasto, que se fizer em beneficio da companhia se ha-de pagar della. Porem o que algum dos companheiros gastou fora da companhia ainda que fosse em algum acontecimento, que *tivesse origem por occasião* da companhia não se tirará nem pagará della. Assim como se trazendo um companheiro a seu cargo escravos da companhia fosse ferido por algum delles, por lhe querer tolher, que não fugisse, porque em tal caso o que gastar em se curar não o haverá pela companhia, mas ficará por sua conta, e despesa particular.” A exemplificação trazida no §. 10. tem estas palavras. “Assim como se sendo mandado um delles a certo negocio tocante á companhia o roubarem os ladroens no caminho, ou lhe matarem o cavallo, em que for, ou o escravo, que levar.”

Qual será a razão de differença? Como se concilião estas ordenações? Ellas são inconciliaveis. Vejamos isto um pouco de mais longe.

Quando um socio desembolçou dinheiro para os negocios da sociedade, ou contrahio por ella algumas obrigações deve ser indemnizado por seus socios.

Deve igualmente ser indemnizado dos riscos, que correu, e prejuizos que soffreu, quando isso era uma consequencia necessaria da sua gestão; pois devendo o beneficio desta gestão pertencer á sociedade so, é justo que ella suporte o damno. Nisso fundou o nosso texto, e é a disposição dos *Concios da Prussia e França* acima trasladados, e mencionados.

O que acabamos de dizer deu logar entre os juriconsultos romanos á questão de saber se sendo um dos socios ferido por

dos demais sócios regula-se segundo os princípios estabelecidos por direito commercial ácerca dos feitores.

seus escravos, que elle queria empecer que fugissem, quando os levava ao mercado para vendê-los por conta da sociedade, tinha direito a pedir que os sócios o indemnizassem dos gastos da cura e medicamentos a que deu causa a ferida?

Labeon, chefe da escola dos *Proculianos*, sustentava a negativa fundado em que estas despesas não tinham tido lugar por negócios da sociedade, que disso apenas tinha sido a causa occasional. *Juliano*, pelo contrario, que era da escola dos *Sabinianos*, sustentava a affirmativa, e fundava-se em que o risco corrido pelo socio era um risco inseparavel da conducção dos escravos, e que elle não tinha corrido o risco senão por negocio da sociedade. Já se vê, que os compiladores seguirão a opinião de *Labeon* neste particular; não assim no butro respeito no exemplo do §. 19, porque nesse seguirão a disposição da l. 52. §. 4. Dig. *pro socio*, que se um socio viajando em negocio da sociedade; foi atacado por ladroens, que o roubarão, ou ferirão seus creados, a sociedade deve indemniza-lo do que foi roubado e do que pagou para fazer curar os creados.

Aqui cumpre notar, que não devendo a sociedade ser responsavel senão pelos riscos, que são inseparaveis da gestão de seus negocios, a indemnidade a que é obrigada nesta hypothese não pode estender-se alem do roubo do que era necessario, que o socio levasse consigo para a viagem. Daqui se segue, que se o socio levou consigo mais dinheiro, do que lhe era necessario para alcançar o seu fim, a sociedade não lhe deve indemnização alguma do roubo do superfluo, *MERLIN* l. c. tom. 16. p. 536.

Vemos pois do exposto como a nossa ordenação se encontra, e por que se encontra em sua disposição, e enfim vemos a procedencia da legislação, que apoia a doutrina do nosso §., cuja ultima parte é sustentada no cit. *Con. da Prussia* P. 2. tit. 8. n.º 650, legislando o n.º 516, e seguintes ácerca dos Feitores.

(Vejão-se os artigos 656 e 657 do *Con. Com.* que correspondem á doutrina do §. menos a ultima parte.)

da propriedade conjuncta. — O grau d'interesse d'um socio não é de maneira alguma affectado pela proporção de capital que cada individuo traz para a massa.

vimos, que sem vontade livre não ha contracto. Nesta convenção é necessaria a vontade especifica de unir-se em sociedade: este character distingue esta de certas convenções, que se lhe assimilhão. Assim a communhão que resulta da co-propriedade n'uma cousa ou em direitos, cuja partilha não determinou ainda os resultados entre os interessados, não é uma sociedade. Esta communhão existe quasi sempre por um facto, que não nasce da vontade das partes de se unir entre si, e ainda mesmo quando o concurso de suas vontades o originasse, esta circumstancia é indifferente, se não é evidente que tiverão intenção originaria de ser socios: assim os compartes d'um navio. Da mesma sorte as pessoas, que entre si formão um seguro mutuo, não são socios. Dous ou mais filhos herdeiros d'um negociante tãobem não são socios, posto que a herança não conste senão d'objectos de commercio. Assim egualmente os credores d'um fallido.

N'uma palavra, na sociedade a propriedade social perece por conta de todos; na communhão, ou *comunhão* d'interesses, por conta de cada um; isto é por conta individual daquelle, a quem pertence o objecto, que perece."

Esta doutrina pois marca uma essencial differença entre a sociedade e a *parceria*, que se não deve perder de vista, nem confundir; ainda que pareça á primeira face metaphisica. O art. 10 da *Ord. de Bilbao* cap. 10. diz assim: "As mercadorias e effectos que qualquer da companhia para ella levar para a conta da sua porção capital, serão estimados como dinheiro effectivo, com tanto que com plena sciencia e consentimento commum dos demais companheiros se lhes ponhão os preços justos, e quaes a dinheiro de contado os poderião obter de similhante qualidade de outras partes, e o ganho ou perda que delles resultar pertencerá á companhia em commum."

A proporção da entrada em fundo, quer por capital, quer por industria não destróe a universalidade de direito, e posse, que

§. 112.

Em quanto as contas estão por ajustar, cada socio tem um interesse inteiro na propriedade conjuncta do todo. Balançadas as contas, cada um tem um unico e separado interesse na sua proporção aliquota; e quando esta proporção é determinada pelo balanço, a propriedade assim dividida torna-se propriedade particular do individuo, e deixa d'estar á disposição da firma.

compete a todos e a cada qual dos socios. Como socios, o seu direito é igual, embora o seu haver seja desigual. Eis-aqui outra consequencia dos principios estabelecidos; e outra notavel differença entre a parceria e a sociedade.

A solidariedade de cada um dos socios, propria de toda a sociedade commercial, nasce e sustenta este mesmo principio. O seu senhorio é igual, a sua solidariedade deve ser identica. Elles respondem por si e por todos, por que cada um é senhor da totalidade, embora entrasse desigualmente para a massa social.

Seguro o jurisconsulto destes principios, a resolução de muitas questoes se tornará facil. Em verdade, mal pode conceber-se como sendo misturado o dominio de cada socio no objecto, tão amplamente como o direito civil propriamente dicto o considera, negasse esse direito a solidariedade a cada um dos socios.

(A doutrina do §. se contem hoje nos artigos 603, 604, 605 do *Con. Comm.* e tambem no art. 551.)

§. 112.) Balanço neste sentido é o inventario do haver na sociedade. Deduzido o debito, o saldo restante toma a face do que era ao tempo de contrahir-se a sociedade; isto é a entrada de cada um fica particular de cada um; os ganhos separam-se na razão das proporções estipuladas. Assim as proporções aliquotas dos socios cessão então do estado de communhão, reassumem a primaria qualidade separada, e tornão-se particulares de cada um, sem que a firma, que desta arte fenece, tenha direito a dispor dellas. Vide na P. 3. o tit. da dissolução da sociedade, aonde fallamos da liquidação, e da materia deste § em suas consequencias.

(O art. 606 do *Con.* tem a mesma redacção que o §. supra.)

tilha da propriedade conjuncta. E até o final cumprimento destas cousas mal se pode dizer terminada a sociedade.

de operação da lei, quando enfim da morte d'um ou de todos os socios.

O *Projecto do Cod. de Comm. d'Italia* diz no art. 65: "Dissolvendo-se uma sociedade, cada um dos socios participa tanto activa como passivamente de todas as consequencias, que derivão das operaçoens anteriores á dissolução; e a mesma regra tem logar a respeito daquelle dos socios, que se destaca da sociedade pelo que respeita ao seu interesse particular."

Diz a *ORD. L. 4. tit. 44. §. 10*: "As dividas, que se fizerem por respeito da companhia e sociedade, della mesma se hão-de pagar, posto que a esse tempo seja ja acabada."

(Vide *Cod. Comm. Belg. L. 1. tit. 3. art. 22 e seguintes.*)

Aqui se suppoem *sociedade acabada*, mas ainda não determinado e consumado o acabamento, o que somente se dá satisfeito o que se diz no nosso §.

Nós podemos por tanto dizer em geral, que as consequencias da dissolução da sociedade são a *liquidagão, conta e partilha* della:

Dissolvida a sociedade, cada um dos precedentes socios tem direito a pedir aos seus consocios ou herdeiros, que se proceda entre elles á conta e partilha das cousas communs. Adiante veremos contra quem este litigio deva intentar-se.

Em quanto que os socios ou seus herdeiros possuem em commun as cousas communs não pode oppor-se prescripção contra a acção de partilha social.

Antes de proceder á partilha cumpre ajustar o que cada um deve á communhão a partir, e o que esta deve a cada um. Feita a conta, forma-se a massa ou inventario, e dahi procede-se á partilha. *GUYOT* na collecção de *MERLIN* l. c. tom. 16. p. 351.

Esta mesma doutrina é sustentada, e desinvolvida por *PARDessus* l. c. Nós apontaremos nesta e seguintes notas as doutrinas deste escriptor, que neste particular abrangem o que ha de melhor na materia. Diz elle em o n.º 1075: Não ha sociedade,

§. 178.

Pagas as dividas conjunctas, o remanescente é dos socios segundo a proporção de seu interesse.

do §. Woolrych 312. Elle acrescenta a pag, 317, — que “dissolvida a sociedade pela morte, se a massa não é sufficiente para pagar as dividas sociaes, a herança do fallecido socio deve integrar o resto, posto que o sobrevivente seja sem duvida obrigado solidariamente; e assim, se elle pagar alem do que cabia a seu quinhão, a herança do fallecido deve-lhe o excesso na mesma proporção.”

Cumpra consultar e applicar nesta materia as regras estabelecidas no *Cod. Civ. de França* sobre as partilhas em successões, quaes as traslada e applica DAUBANTON Dict. du Code de Commerce p. 341.

A este respeito cumpre ter em vista a doutrina de PANDENUS l. c. n.º 1074, que diz nestes termos. “Convem que um inventario geral do activo e passivo preceda á entrada do liquidante em suas funçoens, por que sem isso mal se pode apreciar o seu comportamento e julgar da sua responsabilidade. Este inventario deve mostrar por miudo as fazendas, e effeitos moveis, dinheiro, letras, dividas activas e passivas, todo o activo movel e de raiz e todo o passivo da sociedade. O liquidante é um mandatario, sujeito á responsabilidade d'um gerente. Responde pela falta de diligencias. A liquidação faz-se á custa da sociedade, e o socio liquidante paga com as sommas entradas. Elle deve empregar o resto em pagar as dividas passivas, alugueres e outras obrigaçoens sociaes para com terceiros. Se o recebido excede, reparte-se entre os socios, que tem contas correntes livres, até que fiquem saldadas; dahi da mesma sorte entre os socios, que tem contas correntes obrigadas; dahi enfim entre todos na proporção das suas entradas. Nenhum socio tem direito ás repartiçãoens em quanto que não pague o que deve á sociedade, seja qualquer que for o titulo.”

(Veja-se o art. 736 do *Cod. Com.*)

§. 178.) Consignaremos primeiramente neste logar um arti-

tura para com pessoas, que tem tido transacções com a firma.

§. 198.

Uma mudança na forma do *cheque* usado por uma casa de banqueiros é noticia sobeja da dissolução da sociedade para com aquelles, que tem saccado cheques sobre a nova firma.

§. 199.

A mera exposição verbal d'um socio em uma conversação, de que elle já não é socio, não é prova sobeja por sua parte para verificar a participação de dissolução.

§. 200.

O socio tacito retirando-se não tem necessidade de fazer saber a sua ausencia.

sos é fazer a participação por circular. — Vide WOOLRYCH p. 300, 311.

§. 198.) *Cheque* é a palavra, com que se designa aquella ordem, que aquelle que tem fundos n'um Banco, ou casa de banqueiros, subscrive á ordem da pessoa, a quem pertende ou manda pagar, ou ao portador. Estes cheques são ordinariamente dados pelos banqueiros ao seu credor ou fornecedor ou depositario de fundos na sua mão, conjunctamente encadernados, e delles o credor vai cortando, e assignando, segundo tem transacções, os cheques de que carece. Estes cheques contem a firma da casa impressa com o resto das palavras usuaes, e as lacunas, que são cheias com as quantias, que se manda pagar, e demais circunstancias occasionaes.

A doutrina do nosso §. comprova-se com a autoridade de CARY p. 186, e aresto de *Barfoot v. Goodall*.

(As mesmas palavras do §. se contém no art. 724 do Cod.)

§. 199.) CARY p. 186. É julgado no pleito de *Dolman v. Orchard*.

(Veja-se o art. 722 cit. na nota ao §. 195.)

§. 200.) A razão é, por que não participou, nem constou da

decididos summariamente se ordena: que todos os que formarem companhia hajão de capitular e pôr clausula na escriptura, que della outorgarem, em que digão, e declarem, que pelo tocante ás duvidas e differenças, que durante ella, e no seu fim se posão offerecer, se obrigação e submettem ao juizo de duas ou mais pessoas praticas que elles ou o juiz ex officio nomearem, e que estarão e passarão pelo que summariamente julgarem sem outra appellação nem pleito algum, a qual clausula se lhes fará guardar e observar debaixo da pena convencional, que tãobem deverão impor-se, ou á arbitraria, que os juizes lhe marcarem.”

Sobre o logar, onde deve constituir-se o tribunal arbitral, quando os socios A. e R. não vivem no domicilio onde durou a sociedade, — vide Houson — Quest. 23.

Ao arbitramento, em regra, precede o compromisso, que segundo Domat, *Lois Civ.*, L. 1. tit. 14. sect. 1. n.º 1. — “é uma convenção pela qual as pessoas, que tem um pleito ou controversia, nomeião arbitros para a terminarem, e se obrigação reciprocamente, ou a executar o que for arbitrado, ou a uma certa pena, d’uma somma, que o que contravier á sentença arbitral será obrigado a pagar ao outro, que quizer apoiar-se nella.”

A ultima these do nosso §. comprova-se pelo art. 2. do cap. X. das cit. *ORDEN. de Bilbao*, e por todas as doutrinas, que estabelecemos na Part. 3.^a Vide Woolrych desde pag. 309, e o APPENDIX 3.º in fin.

Terminaremos esta nota com a doutrina de PARDESSUS l. c. que faz muito ao nosso proposito: diz elle em o n.º 1001: “Em caso de contestação entre os socios, sendo relativa á sociedade, quer durante a sua duração, quer depois da sua dissolução os socios devem ser julgados por arbitros. Os contrahentes não são senhores de se subtrahir a esta jurisdicção especial, quer pelas convençoens, quer por um facto commum, comparecendo voluntariamente diante de juizes ordinarios, sendo a questão commercial. É egualmente necessario, que a discussão respeite ás relaçoens, que a qualidade de socio estabelece respectivamente entre os membros da sociedade.

é admissivel o outro socio por testemunha para provar a sua responsabilidade: nem em tal caso é permittido ao reo o remittir o seu consocio com o fim de fazê-lo testemunha idonea.

ART. 4.

DA EXECUÇÃO CONTRA SOCIOS.

§. 258.

N'uma acção conjuncta contra diversos reos, o julgado é necessariamente conjuncto. Em execução pois de tal julgado o exequente pode ir ou sobre os effeitos sociaes, ou sobre a propriedade separada dos diversos socios: pode involver na execução effeitos conjunctos e separados *cumulativamente*. Não pode contudo fazer-se uma execução separada d'uma sentença conjuncta; posto que uma execução conjuncta pode ser realizada contra uma pessoa somente.

§. 259.

Um exequente não pode executar uma sentença na

Young v. Bairner — Simons v. Smith — Cheyne v. Koops. Vide CARY p. 141 e 142.

Art. 4.) Vide a nota ao §. 155 — e a nota ao §. 73.

Vide sobre todo este artigo DAGEVILLE ao art. 22 do Cod. de Comm. p. 93 e 94.

§. 258.) CARY p. 146, com os seguintes arestos. — *Ex parte Ruffin. — Clarke v. Clement — Abbot v. Smith.* 2 BLACKSTONE 947. Taes são os effeitos juridicos da solidariedade. Veja-se sobre todo este artigo ESPINASSE l. c. p. 117 e 118.

§. 259.) Esta doutrina deve ser devidamente entendida. Eu credor de 100 d'uma firma, que consta de dous socios não posso

acções pessoas ordinarias. Dissolvida ella, as primeiras prescrevem senão entre os ex-socios, ao menos entre

Estas razões parecião decisivas. Todavia o artigo foi adoptado, não como d'accordo com os principios, mas como dictado pelo interesse do commercio.

Cada socio, disse se então, tem interesse, em que a acção solidaria, que resulta da sociedade não se prolongue pelo espaço de trinta annos; alias a sua propriedade estaria por muito tempo incerta, e elle estaria exposto a ver os seus bens executados, mesmo por dividas dos seus con-socios. O termo de cinco annos parece bastar ás reclamações de terceiros, que advertidos, pela affixação, da dissolução da sociedade, não podem ignorar, que se procede á liquidação. Alem disso, o liquidante d'uma casa solvavel é obrigado a responder aos pedidos dos credores; e as demandas são tão valiosas intentadas contra elle depois dos cinco annos, como durante o seu periodo. Os terceiros so podem vir a perder por uma negligencia, que é mui rara; por que depois da dissolução os devêdores não deixão de tomar as suas precauções; se tem conta corrente, sacção letras pelo saldo; se tem titulos, appresentão-nos, e em falta de pagamento protestão-nos; se se lhes deve entregar fazendas, pedem a sua entrega. Cinco annos são mais que sufficientes para chegar a todos estes resultados. Ora, uma vez que os terceiros tem o tempo, que lhes é necessario, pouco lhes importa a duração dada ás acções dos socios entre si; e pelo contrario importa muito aos socios, que as acções delles se prolonguem, por que as cobranças e contas podem tomar um lapso de tempo consideravel. As vezes são necessarios trinta annos para realizar uma cobrança; e dahi a prescripção entre socios não pode ser de menor duração.

A differença, que se propoem estabelecer entre o socio liquidante e os outros socios, está na natureza das cousas. O liquidante está apoderado de todos os bens da sociedade, e os terceiros interessados o sabem; os socios pelo contrario estão desapossados de tudo: é necessario por tanto que a sua libertação tenha

Antonio de Campos depondo a f. 91; e com quanto esta testemunha se mostre ser maior de toda a exceção pelo que jurarão sobre a notoria abonação, inteiro credito, honra e probidade delle as testemunhas f. 94, f. 95 e 96 *as mesmas* que depuzerão pelos embargantes no plenário; contudo em causa tão importante como esta uma so testemunha não pode fazer prova, que fundamente uma decisão, por que o nosso direito patrio em combinação com todos os Codigos preteritos e presentes exige pelo menos duas testemunhas para constituir prova legal, excepto em alguns e poucos casos particulares, e em que o dicto de uma só testemunha faz prova, os quaes traz referidos Pereira e Souza nas primeiras Linhas do processo civ. not. 483.—Emquanto porrem ao depoimento da testemunha f. 92 Jose Antonio da Fonseca que egualmente se mostra ser maior de toda a exceção, com que se argumenta para fazer persuadir, que concorrem os dictos de duas testemunhas é evidente pelo contexto delle, que aquelle Jose Antonio da Fonseca so refere o que Francisco Antonio de Campos lhe dissera, se bem que combinando com este sobre a acquiescencia á rogativa do procurador do embargado ácerca do emprestimo dos 20 contos de reis, constitua sobre essa circumstancia uma prova legal, e irrefragavel, e é fatal para o embargado que elle e seu procurador tivessem o desleixo (*) em negocio de tanta magnitude de indagar qual havia sido o resultado da carta escripta a Francisco Antonio de Campos, e isso por tanto tempo quanto decurreu desde 7 de julho de 1823, em que ella se diz escripta até o fim de 1826 em que findou o contracto em que elle pertende ter sido socio. Não aproveitão finalmente ao embargado os principios alias verdadeiros que mui

(*) É notavel que este dezembargador sabendo, que Jose Ferreira Borges exilado em Londres nessa epoca por motivos politicos escrevendo a alguem em Lisboa o arriscaria a ser prezo, como foi o mesmo Jose Ferreira Pinto Basto por egual pretexto, queira que elle escrevesse todavia, e ao não escrever chame *desleixo*! Pode agora perguntar-se ao dezembargador Paiva Pereira (janeiro 1830) exilado *voluntario* e *sobre pretextos politicos*, se elle escreve oje para Lisboa, de França, aonde se acha, ou se é *desleixado*.

carece de mais commentos. Está nestes autos n'um documento dos mesmos aggravados a f., e em letra redonda a f. na ultima das condicoens impressas.

Disse o aggravante a f. e o provou com duas testemunhas de facto proprio quaes são Francisco Antonio de Campos e Jose Antonio da Fonseca; homens de tal abono, probidade e honra, qual afianção as testemunhas dos proprios aggravados a f., que elle aggravante promptificou logo a sua entrada; porque o irmão do aggravante escreveu immediatamente a Francisco Antonio de Campos, e este de acordo com Jose Antonio da Fonseca um e outro socios a esse tempo com o aggravado Jose Ferreira Pinto Basto no contracto, que acabava em 1823, se prestarão a fazer o emprestimo ao aggravante. A sentença aggravada o reconhece nas palavras:

“Se bem que combinando com este sobre a acquiescencia á rogativa do procurador do embargado (aggravante) ácerca do emprestimo dos 20 contos de reis constitue sobre essa circumstancia uma prova legal e irrefragavel.”

Quem diria, que uma sentença que reconhece uma prova legal e irrefragavel sobre o facto da promptificação da entrada termine por julgar que o aggravante não promptificou a entrada? Isto é de veras inconcebivel. É certo que o aggravante estante em Petersburgo, e seu irmão em Londres apromptarão em Lisboa a entrada: é certo, que o proprio socio do aggravado Jose Ferreira Pinto Basto disse a este, que o dinheiro estava prompto; e por que é um homem so a dizer este facto, que alias se reconhece verdadeiro e provado legal e irrefragavelmente, diz-se que é testemunha singular, e despreza-se! O ser socio; o ser a resposta um resultado da acquiescencia ao pedido; provado está sem duvida; o ser a resposta nada em comparação do facto do emprestimo reconhecido provado, nada valeu para o juiz recurrido; de maneira que elle teve por verificado que o dinheiro do aggravante estava em Lisboa, estava mesmo no escriptorio e caixa do contracto, estava até debaixo da chave do aggravado Jose Ferreira Pinto Basto; em tudo isto é Francisco Antonio de Campos accreditado, e não o é em asseverar que dis-

notavel, que a mesma sentença queira dar ao contracto uma intelligencia contraria á explicita interpretação dos contrahentes. Ainda nesta parte se esqueceu a sentença aggravada que estavamos com um contracto real, do qual a convenção particular não pode arredar-se, e que por tanto tem uma regra de interpretação marcada na lei qual a que se vê no § 28 da cit. L. de 22 de dezembro, que diz:

“Da mesma sorte prohibo, que nos sobreditos contractos de arrematação se escrevão palavras susceptiveis de interpretaçoens scientificas, e de intelligencias de doutores, das quaes palavras resultem questoes e duvidas forenses e como taes incompativeis com a simplicidade dos termos a todos claros e perceptíveis, que em semelhantes contractos requer e costuma praticar a boa fé das cortes polidas, e dos que com ellas contractão ao dicto respeito: reprovando e condemnando como *nullas* as sobreditas interpretaçoens e intelligencias; e ordenando que os r feridos contractos se concebão em termos tão claros e perceptíveis, que aos arrematantes não fique duvida alguma sobre o que estipularem, e que as clausulas das sobreditas arremataçoens se entendão sempre no sentido literal, e as palavras dellas na significação vulgar pratica e commua, e não de outra forma, ou de qualquer outro modo ou maneira: de sorte que escrevendo-se nas arremataçoens, ou *interpretando-se nas sentenças* as sobreditas clausulas, e palavras em outra forma que não seja a que tenho acima ordenado, incorrão os que escreverem, rati-habirem, ou *interpretarem* nas mesmas penas estabelecidas no §. proximo precedente.”

Ora se alem da demonstração que se deduz espontanea das palavras do artigo, se os mesmos aggravados lhe chamão *pena* a f. 39, como podia o juiz recurrido dizer, que o não era, sem incorrer na sancção do §. 27 da referida lei?

É pois evidentemente uma pena a expulsão de socio comminada no artigo 3.^o; e reconhecendo o julgador recurrido por verdadeiros os principios, que expendemos a f., scilicet, que em observancia do assento de 20 de julho de 1780, e de todas as ordenaçoens, que lembramos a f. combinadas com a do L.

e como a cessão das acções, ou quinhões da sociedade (artigo 15).

Tudo o mais, pois, que não era de *administração económica* não podia estipular-se, nem era obrigatorio; e por isso o artigo 3 não pode reputar-se obrigatorio alem da perda da *administração ou emprego*, porque so esta é a parte administrativa, que elle comprehende.

Eis-aqui o que é o contracto particular f. Pelo preço da arrematação cada qual era responsavel *in solidum*, e a todo o evento; nisto nada podia estipular-se alem do pacto particular da porção, que rateavão: ser obrigado para com a fazenda, fosse qual fosse o pacto particular, era em todo o caso um dever absoluto: perceber os lucros e responder pelos prejuizos era a obrigação pura do *contracto*, e não da *sociedade*: quer se associassem quer não, esse era o facto, que não podião alterar: erão arrematantes, ficarão *con-associados* ou *con-socios*, ou *co-interessados*, enfim *CO-ARREMATANTES*, que comprehende todas as ideas complexas de *co-reos debendi* no sentido juridico: — n'uma palavra pela sociedade nada mais fizerão nem podião fazer neste caso, do que dividir a sua responsabilidade para a *administração* interna em *acções*, porem para o contracto arrematado erão solidarios, nem podião deixar de se-lo.

Vejamos agora quaes os procedimentos legaes no caso, que se não pagasse á fazenda real o preço do contracto. Elles se achão no Alv. de 12 de junho de 1800 nos §§. 4, 5, e 6 — O 4.^o manda proceder á remoção, e á execução, findo que seja o tempo prescripto do pagamento, e á espera de 60 dias não se tendo feito a entrega.

O 5.^o diz assim:

“E para que haja de verificar-se em todos os casos a mesma determinação: sou servido que a jurisdicção de remover contractadores, e nomear recebedores pela minha fazenda, e a jurisdicção de mandar fazer sequestro sejam cumulativas pertencendo tanto ao meu real erario, como aos tribunaes de fazenda, e por qualquer delles se possão expedir as ordens de se

10.

P. que estes vinte e tantos contos de reis tomados de mais provão, que Jose Ferreira Pinto Basto effectivamente tomou a porção, que Francisco Antonio de Campos facultára ao embargante.

11.

P. que á face destas circumstancias e provas é evidente que se verificou a entrada, e promptificação do embargante, apesar de estar mui longe, e de ser o seu procurador obrigado a ausentar-se precipitadamente e *por força maior*; qualidades muito para serem attendidas em questão de promptificação de uma entrada nos termos deste contracto, e desta hypothese do processo.

12.

P. e continua a mesma 1.^a tenção com estas palavras:

“Nada contra isto importaria, ainda que os aggravados lhe não exigissem o dicto fundo, pois que sendo estes com os fundos dos mais socios componentes do total da sociedade, era de necessidade, que elle o promptificasse para entrar em acção no costeiro do contracto logo que chegasse o dia da sua effectividade, e para tambem se cumprirem os addiantamentos, que a mesma sociedade convencionava; e isto não obstante as ultimas palavras da referida condição, a saber, que — *os caixas deverião indicar a época da entrada com antecipação necessaria*, pois que estas referem unicamente á segunda parte da mencionada condição, e a diversas quantias que não forão precisas, e sobre que não ver-sea disputa.”

Nós confessamos ingenuamente, que á face das palavras da 3.^a condição f. 3 não podemos conceber como ella seja susceptivel de similhante intelligencia: as palavras são estas:

“O socio que não verificar a entrada, ou a sua quota parte de outra qualquer quantia precisa para o costeiro do contracto, que for indicada pelos caixas, perderá por esse mesmo feito a

timunhas f. 94, que são as *mesmas testemunhas* dos embargados, o que se vê combinando os seus nomes e costumes. Isto é o que os autos appresentão.

15.

P. que se as testemunhas dos embargados jurão a *não entrada e pagamento*, isso não destroe a *hypothese* dos autos, que é a promptificação da entrada provada. Por ventura ha differença neste caso entre apromptar-se com o necessario, ou entrega-lo *materialmente*? Não estava o dinheiro no *mesmo* cofre, dondê o *mesmo* embargado Jose Ferreira Pinto Basto levou a sua entrada? Não estava elle em seu *mesmo* poder? Que restava? O consentimento de Francisco Antonio de Campos, que era o emprestador. Este houve-o, por que elle o jura: accresceu o consentimento do socio Jose Antonio da Fonseca, por que este igualmente o jura. Logo houve a effectiva entrada quanto estava ao alcance do embargante em Petersburgo, e do seu procurador em Londres, verifica-lo em Lisboa. Logo cessa o fundamento da sentença embargada no essencial da questão.

16.

P. e continua a 1.^a deliberação:

“Nem os offerecimentos, que se allegão seriam bastantes a exculpar o aggravante (embargante) pois que sendo um dever e obrigação *pessoal* deste ou de seu procurador o fazer effectivo o dicto pagamento não ficava relevado ainda que os aggravados o recusassem por algum modo, o que não é natural, d’aquella responsabilidade, sem que os fizessem intimar primeiramente para o recebimento, e logo na falta deste, feito o competente deposito, protestar com citação dos mesmos pela conservação de seu direito, e justiça. Em primeiro lugar:

17.

P. que achando-se o embargante a esse tempo em Petersburgo, como se vê do documento dos embargados f. 37, e o procurador do embargante em Londres, como se vê do documento dos

mesmos embargados a f. 39, e em taes circumstancias que nem correspondencia lhe era possivel ter, como prova o documento f. 137, é claro que nada do que diz a 1.^a respeitavel deliberação se podia fazer. Ao impossivel ninguem é obrigado. Isto prova-se do ventre dos autos, com cujas provas por tanto se encontra o respeitavel julgado. Em 2.^o lugar:

18.

P. que se tal intimação era necessaria (que alias nenhuma lei a ordena), muito mais necessaria era a *intimação*, e o *julgado da pena* do 3.^o artigo da sociedade f. 3, para que elle tivesse effeito; por que neste caso é expresso o assento de 20 de julho de 1780, contra o qual é proferido o venerando accordo embargado, por que se dá por verificada uma pena sem julgado, nem intimação, reconhecendo-se antes a necessidade desta n'uma hypothese contraria não marcada por lei.

19.

P. e termina assim a mesma 1.^a deliberação:

“Não favorecem da mesma forma ao aggravante (embargante) nem o argumento que faz com o alvara f. 70, que só o *reconheceu socio* do contracto sem excluir mas antes com approvação das *condições*, com que este foi celebrado, e conservação dos reciprocos direitos dahi resultantes, nem tãoobem os mais argumentos que similhantemente forma, e que a mesma sentença recurrida convence com justiça em abono de um contracto tão ponderoso como aquelles em que os aggravados representam. E confirmaria por tanto o julgado.”

20.

P. que nestes fundamentos ha evidente equivoco; por que o alvara f. 70 não reconhece o embargante *socio*, nem nelle ha uma só palavra de *socio* nem de *sociedade*, nem podia have-la segundo as leis da fazenda: reconhece-o, e acceta-o *contractador*. *Contractador* não é *socio*. Este contracto com o governo não é *sociedade*: esta arrematação, ou *locação*, ou *empresa* de contracto

real não tem nada de sociedade. Esta lei, esta convenção é real: porem é destruida, é julgada sem effeito na presente sentença!!!

21.

P. que as *condições* de que falla o alvara f. 70, não são as da sociedade; são as da *arrematação*, que decorrem ex f. 56: basta reflectir nas suas palavras — *condições antecedentemente escriptas* f. 70. É pois evidente o equívoco em suppor-se que as condições da sociedade f. 3 serão presentes á disposição do alvara de 13 de novembro de 1823. A sociedade é, e foi um contracto diverso. As condições f. 3 serão feitas pela *primeira vez* por esta sociedade, em que entrou o embargante: nunca antes as houve assim: — quando as *condições da arrematação* ex f. 57 são copia das precedentes em forma geral. Os embargados o jurarão.

22.

P. que á face da analyse feita é evidente, que os fundamentos tomados pelo respeitavel accordão embargado são contrarios ás leis, e ás provas dos autos; o que presta nullidade na sentença. Acresce que:

23.

P. que segundo a lei, como a arrematação recahia sobre consulta, e o embargante arrematou para si, elle era responsavel a toda a perda do contracto. A estipulação pois e pena do artigo 3.^o da sociedade é *leonina*; e por tanto insustentavel em vista da lei, porque importava responder *por toda a perda, sem direito a lucros*, o que a lei não consente. E a lei de 22 de dezembro de 1761 vem a ser ferida na presente decisão como em devido tempo faremos vêr, desinvolvendo a proposição tomada, porque nella o arrematante não é considerado socio, nem é dado segundo ella estipular em sentido differente á sua clara expressão de contractador, nem admitte interpretação alguma em contrario. O embargante protesta respeitosamente pela observancia des-

bilhetes de cambio e outros actos concernentes á sociedade são assignados por elle so: de sorte que o cumprimentario da sociedade em commandita comprando, vendendo e assignando so em seu nome particular não obriga o seu socio; de maneira que se viesse a fallir, e não houvesse bastante na sociedade para pagar as dividas, que tivesse contrahido, o seu socio não perderia senão até á concurrencia do seu fundo capital, que tivesse posto na sociedade. Isto é conforme ao art. 3. do tit. 4. da Ord. de 1673, acima allegado, que diz, que os socios em commandita não serão obrigados senão até á concurrencia da sua parte. A razão desta disposição é que os credores da sociedade não seguirão nas suas negociações, senão a boa fé do cumprimentario da dicta sociedade, e não a daquelle, que nella tem quinhão sem ser nomeado. E a razão pela qual perde até á concurrencia de seu fundo capital é, porque não pode participar dos lucros, que se fazem na sociedade, sem egualmente participar das perdas; d'outra sorte a sociedade seria leonina."

POTHIER no seu *Tractado do contracto de sociedade*, n.º 6, apresenta-nos absolutamente as mesmas ideas. "A sociedade em commandita (são as suas palavras) é uma sociedade que um mercador contracta com um particular para um commercio, que será feito EM NOME so do mercador."

Estas autoridades parecem estabelecer invencivelmente, que não pode haver sociedade em commandita entre duas pessoas, das quaes uma é, pelo mesmo acto que as associa, autorizada a assignar — *Fulano e companhia*; e que so por isso que uma destas pessoas é autorizada a assignar *Fulano e companhia*, a sociedade se torna collectiva, ou, o que tanto vale, ordinaria e geral.

É todavia certo, que o uso do commercio se desviou neste ponto dos principios estabelecidos por SAVARY e POTHIER. V. produziu uma consulta de tres antigos advogados d'Amsterdam de 11 de dezembro de 1806, e um attestado dos negociantes os mais distinctos da mesma praça, em data de 12 do mesmo mez, que attestão, que as palavras *E COMPANHIA* se applicão tanto á sociedade commanditaria como á sociedade geral. N'uma obra

23 do Código Commercial, que diz: “A sociedade em commandita contrahê-se entre um ou mais socios responsaveis e solidarios, e um ou mais socios simples fornecedores de fundos, que se chamão commanditarios, ou socios em commandita. Ella é regida *debaixo d’uma firma social*, que deve constar necessariamente do nome d’um ou mais dos socios responsaveis e solidarios.”

Não sendo esta disposição, segundo o processo-verbal de conselho d’estado, senão a confirmação do uso precedentemente estabelecido no commercio, é claro que na época, em que V. se associou com C. M. podião formar-se sociedades em commandita, cujos gerentes administrassem debaixo d’uma firma social; e dahi resulta a necessidade de reconhecer, que a clausula do acto de 24 d’outubro de 1800 pela qual C. M. é autorizado a gerir debaixo da firma de *Carlos Mocke e companhia*, não é uma prova legal de que a sociedade contrahida entre elle e V. fosse uma sociedade geral e collectiva.

2.º) Deve esta sociedade ser considerada como collectiva e geral so porque no 1.º artigo social se declara, que V. é senhor de junctar quando quizer a sua propria assignatura á de C. M.?

Não: e a razão disto é, que pelo art. 2º o exercicio desta faculdade é subordinado a um novo accordo, que as partes tem de fazer, accordo, que não teve logar, e cuja falta por consequencia deve fazer olhar como não-escripta a disposição do primeiro artigo, que della depende como da sua condição essencial, e *sine qua non*.

3.º) Deve esta sociedade ser olhada como collectiva e geral so por que o art. 12 do tractado reserva a V. a faculdade de ceder o seu interesse a terceiro, e diz que no caso d’exercicio desta faculdade, o seu cessionario *deverá residir* na casa de commercio e *ahi trabalhar para bem e vantagem* da sociedade?

Tãobem não. Na verdade foi sempre maxima que uma sociedade qualificada de commanditaria deve ser considerada como collectiva e geral, logo que o titulo, que a constitue, investe os antes commanditarios do direito de tomar parte na administração dos negocios dessa sociedade, e lhes dá nella voto delibe-

Que se poderá allegar pela affirmativa, ou que ha nesta clausula, que caracterize uma sociedade ordinaria e não uma sociedade em commandita? Na sociedade em commandita bem como na ordinaria quando as entradas são alteradas, cada socio perde na sua á proporção do capital, de que se compoem. A estipulação, de que se tracta convem pois a uma e outra sociedade, e se daqui não resulta que V. foi socio em commandita de C. M., também não resulta, que foi seu socio ordinario.

Não é pois nem pela solução das quatro questões, que propozemos no interesse de Lubert, nem pela solução das quatro questões que propozemos no interesse de V., que podemos chegar á da primeira das nossas duas questões principaes, que podemos chegar a saber, se pelo julgado de 12 de janeiro de 1867 o tribunal d'appellação de Douai tem ou não tem desnaturado o contracto de sociedade de 24 d'outubro de 1800. É por considerações ultteriores, que devemos procurar resolver o problema, que nos occupa.

Se uma sociedade pode ser collectiva e geral quando mesmo não tem senão um gerente conhecido: se pode dar-se uma sociedade em commandita mesmo quando tendo so um gerente conhecido, é administrada debaixo d'uma firma social: se não repugna á essencia nem d'uma nem d'outra que a entrada de cada socio seja nella especificamente determinada: se uma e outra pode existir com a clausula que em caso de perda nas entradas cada socio sofrerá nellas uma diminuição proporcional: n'uma palavra se estas duas palavras se toção por tantos pontos, se se assimilão em tantas relações, é necessario que haja um respeito no qual uma diffira essencialmente da outra. Em que consiste este ponto? Aonde acharemos este respeito? Eis-aqui o verdadeiro nó da questão.

Porem isto não tem difficuldade. Todo o mundo sabe que não ha sociedade em commandita senão quando os riscos d'um dos socios são limitados á sua entrada; — senão quando um dos socios não é obrigado pelo facto d'outros, salvo na razão da sua entrada; — senão quando um dos socios pode libertar-se dos credores da sociedade abandonando-lhes a sua entrada.

Administrador da sociedade, como seus poderes podem ser extendidos ou restringidos, 57, 58.

Como pode ser revogado, e o que pode fazer, 58.

Quando são muitos os administradores, 59.

Quando o seu poder é ligado a outros, 60.

Á massa social, caso em que pode exigir-se, 176.

Á herança, o que é, 225 not.

Vide *Acção*.

Administradores das sociedades anonymas, por que respondem, 30.

Agente. Um socio pode contramandar o facto do agente, em que caso, e como, 207 not.

Alleragoens do contracto de sociedade, a que formalidades são sujeitas, 52 not.

Ametade. Sociedade de conta d'ametade, vide *Sociedade*.

Annuidade. 180. Quando responsabiliza o socio que a recebe, 181.

Que recebe o socio, que se retira da sociedade, em que termos o responsabiliza, 86 not.

Quid no caso de viuva, *ibid*.

Annuncio, vide *Gazeta*.

Antidata, vide *Letra*.

Approvação d'um acto precedente, qual se entenda obrigatória, 117 not.

Arbitramento assignado por um socio o que opera, 147. E pelo liquidante, 176 not.

Por elle se decidem as questoes sociaes, 211 not.

Como pode ser modificado nas regras geraes, *ibid*.

Arbitros. Se podem decidir sobre a dissolução da sociedade, 171.

São os juizes exclusivos das materias da sociedade, 211 not.

Deve entrar nos artigos sociaes, que as suas differenças serão por elles decididas, e em caso omisso sempre assim se entende, *ibid*. Quem pode escolhe-los, 176 not.

Armador o que é, 40 not.

Arrumação de livros, qual deva ser, 100 not.

Artigos sociaes, guia na sua formação, 178 not.

Dividas activas e passivas, o que são, 103 not.

Para responsabilizar a sociedade, que circumstancias devem dar-se, 134.

A promessa feita por um socio de pagar uma divida, o que importa, 151.

Dissolvida a sociedade, 172 not. O seu pagamento é a primeira cousa a fazer, 177.

Quando o socio toma a si receber e pagar, 185.

Contrahidas pela sociedade com que effeitos devem pagar-se, 261 not.

Doação é contracto que o commercio desconhece, 187 not.

Dolo, o que é, e seus effeitos nas convençoens, 116 not.

Dominio, qual tem os compartes no navio, 111 not.

Dormente, vide *Socio tacito*.

Duração da sociedade, 56.

Não havendo estipulação de tempo, 158.

E

Empenho de propriedade social, 122, 124.

Emprestimo feito pela firma a um socio para compra d'uma propriedade, cuja é ella, 113 not.

Por que a firma responde, 123.

Feito por socio, 126.

Ao socio, que acção presta contra a firma, 234.

Feito para a entrada do socio não dá acção contra a sociedade, 239.

Vide *Jurós*.

Engano, vide *Manha*.

Entrada: direitos e obrigaçoens dos socios commerciaes quanto ás entradas, ex 93.

Consistente em corpos certos e determinados, *quid* se estes perecem, 94 not.

Consistente em dinheiro, *quid* em caso de mora, 94 not.

Para nova, é necessario o consentimento unanime dos socios, 95.

Morte, morrendo um socio, os demais podem intentar a acção em nome da firma, 219.

Mulher casada: se pode contractar, 68 not.

Mutuo, vide *Socio tacito*.

N

Navegação a partes, 42.

Navio: como são socios, os que o expedem conjunctamente, 76 e not.

Negociante: o que é, 67 not.

Por que leis se regulão os seus escriptos, 70 not.

Negotiorum-gestor commercial, 96 not.

Nome colectivo, vide *Sociedade*.

Nome do socio commanditario não pode fazer parte da firma, 25.

Nominal socio, o que é, 88.

Não carece de apparecer na acção, 223.

Vide *Testimunha*.

Nota promissoria: responsabilidade por ella, 127.

Quando é obrigação separada e conjuncta, 129.

Fraudulentamente tomada não obriga a firma, 132.

Que acção tem por ella o tomador de boa fé, 137.

Noticia, vide *Gazeta*.

Novação: hypotheses, em que é geralmente confundida, 187, 188, 189.

Quando a reforma da letra a não importa, *ibid.* not.

N'um caso relativo a letra de cambio, 191.

O que é verdadeiramente, e quando se verifica, 192 e not.

Suas especies, *ibid.*

Quem pode innovar, *ibid.*

Seus effeitos e doutrina, *ibid.*

Qual é a validade das novações feitas por credores solidarios, *ibid.*

Nulla—Quando o é o contracto de sociedade, 68 not.

O

Objecto: o que o pode ser n'um contracto, 70 nota.

Vide *Causa*.

